



**António Fernando da
Silva Rodrigues
Machado**

**Impacto das políticas públicas na competitividade
empresarial local**



**António Fernando da
Silva Rodrigues
Machado**

**Impacto das políticas públicas na competitividade
empresarial local**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus Avós e aos meus Pais, a quem devo tudo o que hoje sou, ao meu irmão pelo incansável apoio e abraço fraterno que sempre me deu e à minha mulher pela constante dedicação e incentivo na realização deste objetivo de vida.

O júri

Presidente

Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto
Professora Associada, Universidade de Aveiro

Vogal - Arguente Principal

Professor Doutor Joaquim José Borges Gouveia
Professor Catedrático, Universidade de Aveiro

Vogal - Orientador

Professor Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro

palavras-chave

Políticas públicas, competitividade territorial, inovação, globalização, agência de investimento.

resumo

O presente trabalho propõe-se analisar a relevância das políticas públicas para a captação de investimento e apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial no concelho de Vila Nova de Gaia.

Esta dissertação afirma que os municípios têm um importante papel para a captação de investimento e a construção de políticas de proximidade de apoio ao tecido empresarial local. Enquadra as diferentes estratégias nacionais e locais com o atual processo de globalização dos mercados, onde os países e os seus municípios têm de competir a nível mundial, salientando as suas vantagens comparativas para garantir a localização de empresas multinacionais. Estas políticas de proximidade, desenvolvidas por organismos com responsabilidade na gestão dos territórios, devem ser enquadradas e compatibilizadas com as estratégias nacionais.

A literatura mais relevante sobre competitividade territorial é revista e utilizada para fundamentar as diferentes visões sobre esta temática. O trabalho de investigação é suportado por dados oficiais, publicados por entidades públicas de reconhecido mérito.

O documento é composto por uma caracterização do conceito de competitividade territorial, enquadrado com o processo de globalização e o contexto económico mundial. São identificadas as políticas públicas adotadas por Portugal para estimular a economia, comparando com estratégias adotadas por outros países. Posteriormente é feita uma análise ao caso de estudo deste trabalho, ou seja, as políticas públicas implementadas pelo Município de Vila Nova de Gaia para a captação de investimento e apoio ao tecido empresarial concelhio, com uma breve alusão às estratégias adotadas por outros municípios portugueses.

Para concluir, são identificadas algumas repercussões da implementação da estratégia definida para Vila Nova de Gaia, especialmente com a criação da agência municipal de investimento, AMIgaia, EEM, sendo sugerida como um bom exemplo de ferramenta de apoio às empresas, ao desenvolvimento económico local e de estímulo à competitividade territorial.

keywords

Public policies, territorial competitiveness, innovation, globalization, investment agency.

abstract

The aim of this paper is to analyze the relevance of local public policies to the attraction of investment and promotion of entrepreneurship in the municipality of Vila Nova de Gaia.

This paper states that municipalities have a major role in attracting investment and developing policies that supporting local businesses. It also frames the different national and local strategies under the current market globalization process, where countries and their municipalities have to compete worldwide, emphasizing the comparative advantages in order to ensure the settlement of multinational companies. These proximity policies, developed by agencies with responsibility in territory management, should be set and aligned with the national strategies.

The most relevant literature about territorial competitiveness is reviewed and use to ground the different views on the theme. The research is supported by official data published by public organizations of recognized merit and relevance.

The document consists of a conceptual approach to territorial competitiveness, framed by the globalization process as well as the worldwide economical environment. In this paper the public policies adopted by Portugal in order to stimulate the economy, comparing with the strategies followed by other countries are identified. It also develops a case study about the public policies carried out by the Municipality of Vila Nova de Gaia in order to attract investment and find support to local entrepreneurs, with a brief reference to the strategies adopted by other Portuguese municipalities.

Finally, some implications related to the implementation of the strategy defined by Vila Nova de Gaia are identified, especially the creation of a municipal investment agency, AMIgaia, which can be regarded as a good example of a supporting organizational tool to companies, local development and territorial competitiveness.

ÍNDICE

Capítulo 1. Introdução	11
Capítulo 2. Competitividade Territorial.....	18
2.1 A competitividade territorial e a globalização	18
2.2 A importância da Inovação	23
2.3 A importância do território	32
Capítulo 3. Situação portuguesa.....	38
Capítulo 4. Estudo do caso de Vila Nova de Gaia	58
4.1 Introdução	59
4.2 Caracterização geográfica do concelho de V. N. Gaia	60
4.3 Caracterização demográfica do concelho de V. N. Gaia	62
4.4 Caracterização do capital humano dos residentes;.....	62
4.5 Análise das atividades económicas.....	64
4.6 Estratégia municipal	70
Capítulo 5. AMIgaia, agência municipal de investimento.....	74
5.1 Apoio ao Investimento	79
5.2 Financiamento de PME's.....	80
5.3 Captação de Investimento.....	82
5.4 Cooperação Institucional	95
5.5 Apoio à internacionalização de empresas	100
5.6 Prémios Internacionais	102
5.7 Extinção da AMIgaia, EEM.....	103

Capítulo 6. Conclusão	104
Capítulo 7. Bibliografia.....	107

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Evolução do PIB Mundial (1951-2006)	19
FIGURA 2: Taxa de crescimento do PIB per capita mundial.....	19
FIGURA 3: Taxa de crescimento do PIB mundial	20
FIGURA 4: Evolução do PIB Mundial (1970- 2000)	21
FIGURA 5: Tipos de Inovação.....	25
FIGURA 6: Taxa de crescimento do PIB (2000-2012)	39
FIGURA 7: Saldo da Balança Comercial em % do PIB (1996-2012)	40
FIGURA 8: Défice Público em % do PIB (1995-2012).....	41
FIGURA 9: Dívidas Pública em % do PIB (1991-2012).....	41
FIGURA 10: Consumo Público e Privado em % do PIB (2000-2012)	43
FIGURA 11: Contributos para o crescimento do PIB (em pontos percentuais)	44
FIGURA 12: Balança Comercial (1996-2012)	47
FIGURA 13: Empresas exportadoras portuguesas	51
FIGURA 14: Enquadramento de Vila Nova de Gaia na Península Ibérica	60
FIGURA 15: Localização do município de Vila Nova de Gaia na GAMP	61
FIGURA 16: Distribuição das atividades económicas em Vila Nova de Gaia	67
FIGURA 17: Conjuntos Empresariais a Reabilitar	84
FIGURA 18: Parques Empresariais.....	91
FIGURA 19: Principais Vias de comunicação em Vila Nova de Gaia.....	93
FIGURA 20: Zonas Industriais.....	94

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: Crescimento do PIB per capita entre os anos 0-1998	20
QUADRO 2: Projeções do Banco de Portugal: 2013-2014	42
QUADRO 3: Estrutura do PIB português (1993-2010)	44
QUADRO 4: Exportações portuguesas por mercado	45
QUADRO 5: Evolução da economia portuguesa.....	46
QUADRO 6: Evolução da população (2001-2011)	62
QUADRO 7: População com 15 e mais anos por nível de escolaridade	63
QUADRO 8: População com 15 e mais anos por nível de escolaridade (%)	63
QUADRO 9: Taxa de Desemprego, Emprego e de Atividade Económica	64
QUADRO 10: População empregada total e por sector de atividade.....	66
QUADRO 11: Maiores empresas de V. N. Gaia (por vol. negócios)	69
QUADRO 12: Empresas existentes, constituídas e dissolvidas (2001-2011)	72
QUADRO 13: Participações sociais na INOVAGAIA.....	86

Capítulo 1.Introdução

Na atual conjuntura nacional de crise económica e com as diferentes medidas de austeridade impostas a Portugal, torna-se cada vez mais importante a adoção de medidas que permitam apoiar e estimular a economia portuguesa, através de políticas públicas eficazes e direcionadas às necessidades do tecido empresarial. Os incentivos à internacionalização da economia portuguesa desenvolvidos pelo AICEP são disso exemplo, seja pela criação de estímulos às exportações, como pela via de apoio e facilitação à penetração das empresas em mercados internacionais, pela criação de joint-ventures, criação de filiais, franchising ou parcerias nos mercados externos. No entanto, segundo Monteiro, Medina, e Laureano (2001), existe uma profunda necessidade de aquisição de competitividade no exterior e de formação de competências empresariais para a internacionalização, através de desenvolvimento tecnológico, formação de consórcios ou constituição de alianças estratégicas bem-sucedidas.

O alinhamento de políticas públicas de estímulo à internacionalização com o necessário crescimento do valor do Produto Interno Bruto português, para índices que permitam vislumbrar a retoma da nossa economia, será uma importante alavanca para ultrapassar os constrangimentos causados pelo aumento da taxa de desemprego e fazer face ao crescimento da dívida externa.

Paralelamente, o contínuo processo de globalização trouxe uma nova realidade a um mundo que não mais voltará a ser como o conhecemos no século passado. Efetivamente, o mercado global tem vindo a sofrer profundas alterações e a imparável transformação e modernização das atividades económicas, impõe às empresas, como condição de sobrevivência, a sua integração no sistema circulatório de criação de fluxos de cooperação e parceria com os restantes stakeholders e concorrentes, sem nunca esquecer a sua capacidade individual competitiva e de diferenciação. A envolvente externa às empresas é hoje, mais do que outrora, fulcral para o seu sucesso. Aquelas que não participarem em processos de inovação, criatividade e cooperação, características do atual mercado global, serão provavelmente excluídas.

A tecnologia assume, neste campo, a função de interface indispensável para a articulação das ideias e dos projetos empresariais com o mercado. Mas não é o único. Autores como Kline e Rosenberg (1986) defendem, ao nível da empresa, que a cadeia de inovação é iniciada com a perceção de uma oportunidade de mercado e/ou de uma invenção gerada no sistema científico e tecnológico. Nesta perspetiva, o processo de desenvolvimento de um projeto empresarial destinado à criação sustentada de riqueza, no contexto económico atual, compreenderá quatro aspetos que se interligam e se sucedem: a invenção (ideias que, após desenvolvidas e registadas dão origem a patentes), a inovação (dar uma utilidade, dar uma aplicação às patentes para a resolução de necessidades), a tecnologia (difusão da inovação, transformando-a numa ferramenta para o indivíduo) e a rentabilidade económica (criação de valor com a difusão e venda da tecnologia).

Utilizando o conceito da destruição criativa do economista austríaco Schumpeter, (1943), o processo de inovação numa economia de mercado, leva a que novos produtos destruam empresas antigas e respetivos modelos de negócios. As inovações dos empresários são a força motriz do crescimento económico sustentado a longo prazo, apesar da possibilidade de destruição de empresas bem estabelecidas.

Não obstante vivermos numa economia global bastante competitiva, a larga maioria do tecido empresarial está longe deste modelo de geração de patentes e inovação disruptiva, seja por via de investimento em I&D, seja por via de invenção.

Por outro lado, apesar dos enormes investimentos em I&D desenvolvidos em Portugal nos últimos anos, com destaque para a investigação académica, a questão crucial prende-se com a capacidade de converter a I&D em valor económico tangível para a economia. Conforme salienta Rodrigues (2013), diretora da Associação Industrial Portuguesa (AIP) para a competitividade empresarial, existe ainda em Portugal uma fraca participação das empresas nas atividades de I&D desenvolvidas no seio das universidades e uma débil relação entre entidades públicas e privadas. *O ainda fraco relacionamento que as empresas possuem com o sistema científico e tecnológico constitui fator decisivo,*

e o principal obstáculo, à incorporação da inovação no seio das empresas nacionais." Reforça ainda que "tem sido uma constante do plano estratégico da AIP o estreitamento das distâncias que ainda separam os centros produtores de conhecimento, universidades, dos centros produtores de bens e serviços, empresas (Rodrigues, 2013, pág. 14).

Cada vez mais as empresas vêm a inovação como fonte de crescimento e uma garantia futura de criação de valor sustentado. Perante a atual conjuntura portuguesa, a inovação é mais do que uma oportunidade, é uma necessidade. A associação das poucas vantagens competitivas ao nível dos recursos naturais com a atual escassez de capital e a reduzida dimensão do mercado doméstico torna crucial o aumento da competitividade das empresas portuguesas. Pese embora a consciência de que o mais relevante fator de competitividade empresarial deverá passar pela inovação, esta conjugação de fatores tem dificultado a opção das empresas pela geração de inovação disruptiva, que obriga a maiores investimentos. No entanto, a procura de soluções para melhorar as realidades existentes tem levado as empresas à geração de inovações incrementais, resultantes fundamentalmente da interação com outros agentes económicos e do capital de experiência acumulada. De salientar que, a geração de inovação pela via incremental é a utilizada pela esmagadora maioria das empresas nacionais.

Embora as inovações incrementais e disruptivas ocupem ambas um papel relevante, distinguem-se nos resultados que produzem e nos estímulos a adotar, justificando-se assim uma abordagem conceptual da inovação mais detalhada neste trabalho.

O crescente reconhecimento entre os economistas de que o avanço tecnológico seria a principal fonte de crescimento económico, implicou um incentivo para o desenvolvimento de uma teoria evolucionista, em parte resultante de estudos empíricos sobre inovação, outra parte resultante da leitura dos escritos de Schumpeter. Em qualquer dos casos, os primeiros modelos evolucionistas da economia estavam preocupados com o crescimento económico conduzido por avanços tecnológicos (Nelson, 2006). Assim, a teoria evolucionista de Darwin,

através de variação e retenção seletiva, parece ser aplicável ao estudo do processo de mudança e transformação em várias áreas, nomeadamente na economia, através das diferentes capacidades de adaptação às mudanças demonstradas pelas empresas.

Para Rodrigues (2001), a visão evolucionista da economia assenta a sua base conceptual na analogia entre os sistemas económicos e biológicos, sistemas dinâmicos constituídos por entidades com características próprias, dotadas da capacidade de adquirir e transmitir conhecimento, assim como de explorar e se adaptar ao meio envolvente.

A relação densa e dinâmica das ideias com a tecnologia e o mercado, não prescinde da existência de bases institucionais operantes e potenciadoras da vitalidade criativa dos agentes económicos. Os centros de conhecimento e investigação, as universidades, as associações empresariais, o governo e as autarquias locais poderão e deverão interagir na rede relacional do espaço económico atual, no sentido da criação de espaços territoriais-âncora, da facilitação de procedimentos, da geração de oportunidades e da intensificação dos nós de articulação entre todos os protagonistas.

Esta maior mobilidade e acessibilidade geral ao progresso tecnológico, proporcionado pela globalização, torna mais competitivos os territórios que possuem redes onde a circulação é mais rápida, sendo por este facto crucial o investimento na qualidade dos capitais humanos, relacional e social. Por este facto, Camagni (2002) considera os capitais humano, relacional e social de um território como fontes de competitividade essenciais para o seu sucesso.

O entendimento relativo à capacidade operativa das autarquias locais enquanto entidades ativas, positivamente irrequietas e indutoras de ambição nos agentes do seu território, requer a sua inadiável entrada no domínio exigente das políticas de fomento da inovação e de estímulo à atividade económica.

Para Mendes (2011, pág.18) há uma *“necessidade das cidades portuguesas interpretarem os novos desafios e produzirem visões, estratégias e lideranças que resultem numa real capacidade de atrair residentes, estudantes, talento, turistas, eventos, capital, empresas e instituições.”*

Acrescenta que *"a cidade do futuro é um espaço multidimensional de elevada intensidade, onde acontece muito e depressa."* Segundo Mendes (2011, pág. 18), à *"concentração de capitais humano, social, democrático, cultural, ambiental, tecnológico e financeiro, a cidade tem a responsabilidade de ser a chave libertadora, o problem-solver da humanidade."*

É neste espaço, onde convergem o desafio e a oportunidade, que surge o lugar a ocupar pelas políticas locais de apoio ao investimento. A intervenção autárquica deverá procurar, acima de tudo, criar mecanismos de facilitação, eliminação de dificuldades, ultrapassar obstáculos, favorecer a celeridade e gerar oportunidades de investimento.

Os municípios deverão assumir um papel fundamental, quer na captação de investimento direto estrangeiro, como na construção de ferramentas de apoio ao tecido empresarial concelhio. De facto, as políticas de proximidade poderão ajudar efetivamente as empresas, em particular PME's, a ultrapassarem a asfixia de financiamento, a identificarem novos mercados internos e externos e a encontrarem sinergias e economias de escala, só possíveis através de medidas estruturais de reordenação e organização do território.

Como referiu Daniel Bessa na iniciativa do Millennium BCP "Encontros Millennium", transcritos para o Diário de Notícias de 6 de Julho de 2010, *"as grandes empresas portuguesas devem procurar financiamento no exterior, deixando o financiamento interno para as pequenas e médias empresas."* Aqui poderão os municípios desempenhar um relevante papel, nomeadamente na mobilização das fontes de financiamento internas, criando verdadeiras plataformas de cooperação entre bancos, empresas de capital risco, garantia mútua, business angels, entre outros.

No entanto, o financiamento por si só não será suficiente para a mudança de paradigma das empresas portuguesas, nomeadamente no que diz respeito a incremento de produtividade e competitividade. Será fundamental complementar com uma correta afetação dos recursos, em especial os financeiros, para o necessário desenvolvimento do conhecimento e da inovação. Numa economia portuguesa que se pretende assente no conhecimento e inovação, o envolvimento

das empresas em atividades de I&D poderá constituir uma forma de vantagem competitiva.

Também aqui uma atitude proactiva dos municípios poderá revelar-se essencial, nomeadamente com a implementação de uma política pública que estimule a competitividade das empresas. Esta atuação exige eficácia, velocidade e simplificação de procedimentos, a tão desejada desburocratização de processos, mas também uma equipa técnica especializada para dar rápidas respostas às solicitações e exigências de empresas e/ou investidores, desconhecedores do território e da sua população. Um núcleo de competências que, através do seu conhecimento do solo industrial existente no concelho e respetivas condições infraestruturais, terá todas as condições para dar resposta às diferentes necessidades de empresas existentes ou que se pretendam deslocalizar, conhecimento esse que estruturas governamentais centralizadas dificilmente conseguem alcançar. Estas especificidades levaram o município de Vila Nova de Gaia a optar pela criação de uma estrutura empresarial municipal, que estimulasse o incremento da inovação e do desenvolvimento da economia local.

É neste contexto de adaptação dos territórios ao processo de globalização, que esta dissertação é desenvolvida, com o intuito de caracterizar o desenvolvimento económico verificado no concelho de Vila Nova de Gaia, enquadrá-lo com a competitividade do território e correlacioná-lo com o impacto das políticas públicas adotadas para a promoção da competitividade empresarial local. O trabalho organizar-se-á de acordo com as seguintes dimensões:

- Caracterização e definição de competitividade territorial e identificação das diferentes perspetivas de políticas públicas;
- Identificação dos instrumentos de apoio à competitividade;
- Caracterização do concelho de Vila Nova de Gaia e análise da evolução do seu tecido empresarial de 2001 a 2011, ou seja, desde que foram implementadas medidas direcionadas para a captação de investimento e o apoio ao tecido empresarial concelhio, nomeadamente através da criação da agência municipal de investimento;

- Análise das implicações das medidas adotadas na evolução do tecido empresarial e do emprego em V. N. Gaia;
- Estudo de cada uma das variáveis tendo como fator comparativo a evolução das mesmas variáveis a nível nacional.

A metodologia assenta na revisão da literatura considerada mais relevante para a temática em estudo, na recolha e tratamento de informação quantitativa e qualitativa sobre o território em análise. Por fim, a observação da evolução da experiência de política pública local e seu impacto no desenvolvimento do território.

Capítulo 2. Competitividade Territorial

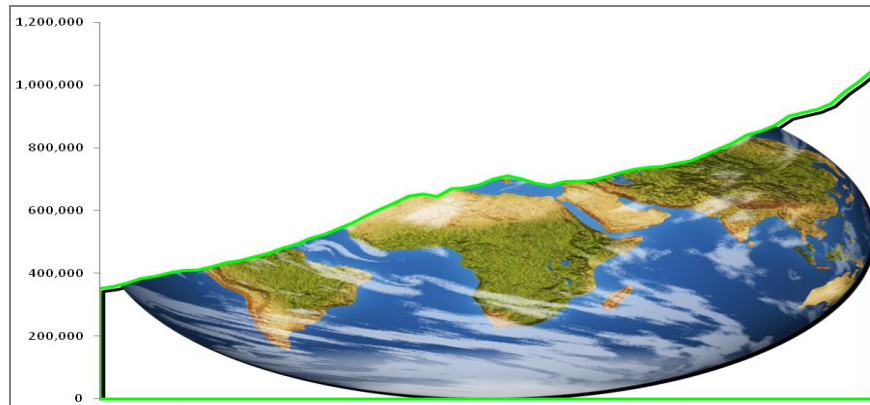
O final do século XX ficou marcado pelo início de uma nova era, pautada por reformas administrativas e pela menor intervenção dos Estados na economia, pelo desenvolvimento exponencial das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e pelas modificações decorridas na organização da produção (fim dos modelos fordista-keynesiano). Foi ainda neste período que se verificou uma intensificação do processo de globalização e a conseqüente e necessária internacionalização das economias, tornando o mercado global cada vez mais competitivo.

2.1 A competitividade territorial e a globalização

A eliminação de barreiras aos fluxos de bens, serviços e capitais, o desenvolvimento galopante dos sistemas de informação, comunicação e multimídia e o aumento da concorrência global, transformaram definitivamente o panorama do comércio mundial.

Paralelamente, a intensificação e aceleração do processo de globalização dos mercados, provocou profundas alterações nas trocas comerciais entre países e entre empresas. No entanto, o crescimento económico verificado desde 1950 manteve uma tendência crescente. Estas alterações da configuração industrial têm levado a crescimentos permanentes do Produto Interno Bruto (PIB) mundial desde o início da segunda metade do século XX e está a conduzir para um maior equilíbrio no nível de vida e bem-estar mundial (Lains, 2003). Não obstante, pode concluir-se que a geografia que sustenta a tendência de crescimento económico positivo mudou significativamente, sendo disso exemplo o aumento do peso na economia mundial de países como a China, a Índia ou o Brasil.

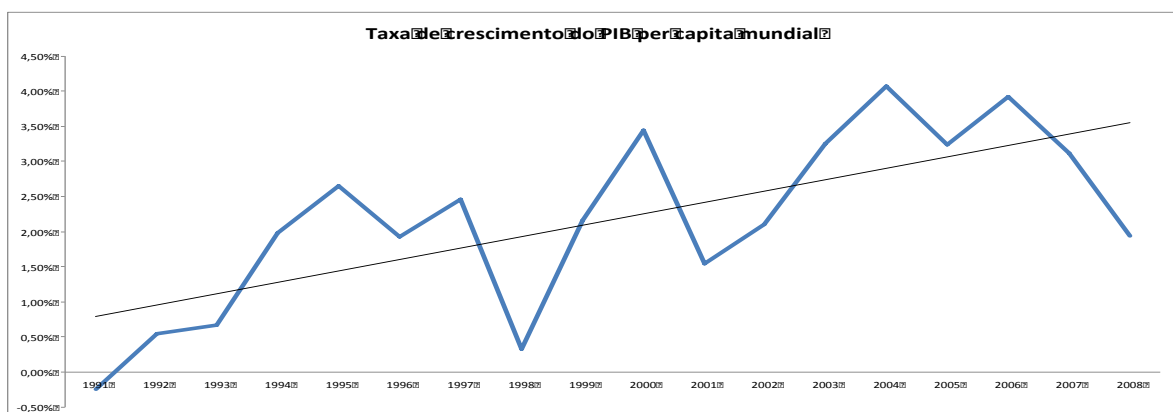
FIGURA 1: Evolução do PIB Mundial (1951-2006)



Fonte: Historical Statistics of the World Economy; (Copyright Angus Maddison)

De facto, nos últimos 50 anos, o crescimento económico mundial sofreu um impulso nunca antes visto nos séculos anteriores. Consequentemente, tem sido quase constante o crescimento do PIB e do PIB per capita mundial, o que idealmente se poderia traduzir na melhoria do nível de riqueza da população e, por conseguinte, do bem-estar generalizado. No entanto, este crescimento do PIB per capita tem ocorrido a níveis e velocidades diferentes ao longo do tempo, sendo a sua oscilação e variação também quase constante, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.

FIGURA 2: Taxa de crescimento do PIB per capita mundial



Fonte: Historical Statistics of the World Economy; (Copyright Angus Maddison)

Se recuarmos no tempo, durante o primeiro milénio o crescimento económico foi praticamente nulo, sendo fraco entre 1000 e 1800.

QUADRO 1: Crescimento do PIB per capita entre os anos 0-1998

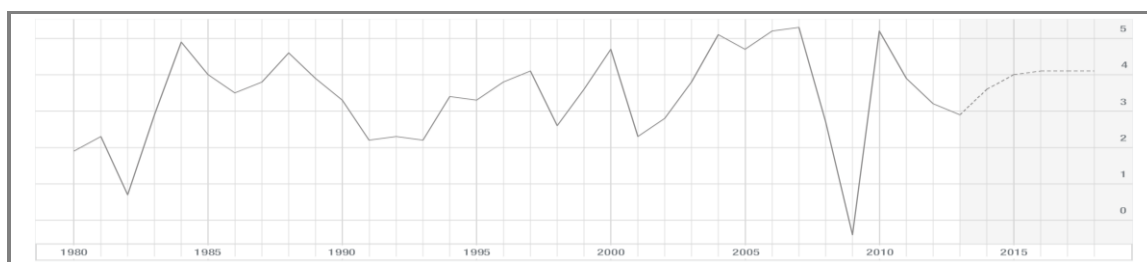
	0	1000	1820	1998	0-1000	1000-1820	1820-1998
	(1990 international dollars)				(annual average compound growth rate)		
Western Europe	450	400	1 232	17 921	-0.01	0.14	1.51
Western Offshoots	400	400	1 201	26 146	0.00	0.13	1.75
Japan	400	425	669	20 413	0.01	0.06	1.93
Average Group A	443	405	1 130	21 470	-0.01	0.13	1.67
Latin America	400	400	665	5 795	0.00	0.06	1.22
Eastern Europe & former USSR	400	400	667	4 354	0.00	0.06	1.06
Asia (excluding Japan)	450	450	575	2 936	0.00	0.03	0.92
Africa	425	416	418	1 368	-0.00	0.00	0.67
Average Group B	444	440	573	3 102	-0.00	0.03	0.95
World	444	435	667	5 709	-0.00	0.05	1.21

Fonte: Development Centre Studies, the World Economy, A MILLENNIAL PERSPECTIVE (OECD, Angus Maddison)

World economic performance was very much better in the second millennium of our era than in the first. Between 1000 and 1998 population rose 22-fold and per capita income 13-fold. In the previous millennium, population rose by a sixth and per capita GDP fell slightly. Maddison (2001, pág. 27).

Foi em Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, com a Revolução Industrial, que a economia mundial iniciou o seu processo de crescimento mais acelerado e sustentado. Esta tendência de crescimento económico mundial manteve-se no século XX, com taxas médias de cerca de 2% ao ano. À exceção de 2009, ano da grave crise financeira global, durante o século XXI a economia mundial manteve o seu ritmo crescente.

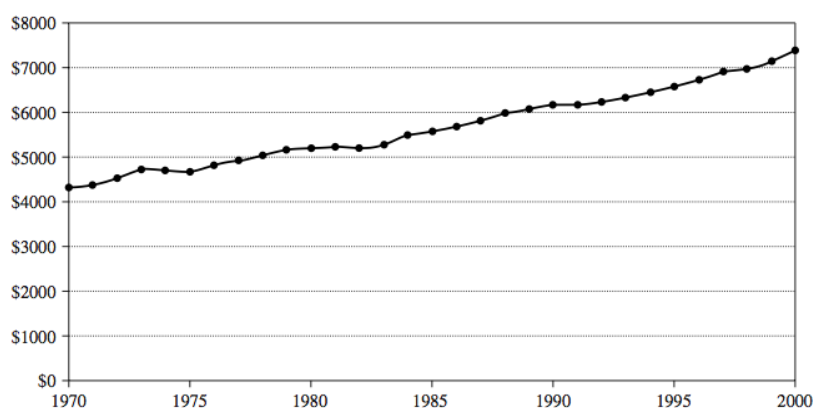
FIGURA 3: Taxa de crescimento do PIB mundial



Fonte: World Economic Outlook (October 2013)

No período compreendido entre 1970 e 2000 a taxa média de crescimento do PIB per capita, para os 112 países com dados estatísticos, foi de 1,8% ao ano (Barro & Sala-i-Martin, 2003). No entanto, enquanto para os 38 países da África Subsaariana a taxa média de crescimento foi de apenas 0,6%, para as 9 economias do Leste Asiático a taxa média de crescimento foi de 4,9%, o que reforça a existência de diferentes velocidades de crescimento. Para os 23 países da OCDE, a taxa média de crescimento foi de 2,7%, menor do que a do Leste Asiático (Barro & Sala-i-Martin, 2003).

FIGURA 4: Evolução do PIB Mundial (1970- 2000)



Fonte: Economic growth second edition, (Barro & Sala-i-Martin, 2003)

Em média, a população mundial enriqueceu de 1970 a 2000, o que não significa que todos os cidadãos tenham visto o seu rendimento disponível aumentar, muito por força das diferentes taxas de crescimento anteriormente referidas (Barro & Sala-i-Martin, 2003).

O PIB per capita dos países de mais elevado rendimento (OCDE) subiu à taxa média anual de 2,3%, entre 1965 e 2004. No mesmo período a África subsariana registou uma queda de 0,2%, enquanto o PIB per capita mundial cresceu a uma taxa de 1,5% ao ano (Amaral, Serra, & Estêvão, 2007).

Sobre esta temática, Stiglitz (2006) refere que o processo de globalização está a produzir "países ricos com pessoas pobres". Para o economista, apesar do crescimento económico mundial verificado, o crescente aumento das

desigualdades resultam da intensa pressão para a redução dos salários dos trabalhadores não especializados e menos especializados. Os vencedores da globalização serão aqueles com mais capital e maior especialização, perdendo a classe média poder de compra e bem-estar.

Stiglitz (2006, pág. 21) define a globalização como “a integração mais próxima de países e povos do mundo”. A causa poderá estar na redução de custos de transporte e comunicação e na redução de barreiras artificiais para os fluxos de mercadorias, serviços, capital, conhecimento e pessoas nas fronteiras internacionais. Se bem concebida, a globalização pode ser benéfica e contribuir para o aumento do bem-estar global das populações. Stiglitz (2006)

Mendes (2011, pág. 24) caracteriza o processo de globalização como uma megatendência irreversível, referindo que a globalização económica consiste na *“integração das economias nacionais no chamado espaço económico global, caracterizado pela circulação de bens, capital, serviços e trabalhadores num contexto de progressiva diluição de barreiras.”* Afirma ainda que *“os fatores críticos que suportam a globalização são o comércio livre, o outsourcing, a revolução das comunicações, a liberalização laboral e a harmonização legal.”* Já Palmer (2009) define a globalização como a diminuição ou a eliminação de restrições impostas pelos estados às trocas comerciais, através das suas fronteiras e o complexo e integrado sistema de produção e transação que daí emergiu.

Citando Friedman (2007), a globalização é mais longe, mais rápido, mais barato e mais profundo. No seu livro “O mundo é plano”, o autor defende que os campos de competição entre os países desenvolvidos e os países emergentes estão a ficar nivelados, referindo como exemplos a China e a Índia.

Esta transformação nos processos de trocas comerciais, tem tido notórias consequências na deslocalização de empresas da Europa para mercados com menores custos dos fatores de produção. No entanto, apesar da destruição de postos de trabalho que a globalização tem provocado nos países mais desenvolvidos, o equilíbrio global tem sido conseguido através da criação de

postos de trabalho em países menos favorecidos, com a deslocalização das grandes indústrias para países onde a mão-de-obra é mais barata.

Apesar das externalidades positivas causadas pelo processo de globalização, verifica-se uma tendência de redução da capacidade de geração de riqueza pelas empresas e, conseqüentemente, da diminuição do rendimento disponível das famílias.

2.2 A importância da Inovação

O processo de globalização é uma tendência irreversível, originando profundas transformações na forma de estar das empresas e dos estados, com efeitos nas trocas comerciais entre empresas e no relacionamento entre os países. Conforme referido no capítulo anterior, a consequência mais visível foi o surgimento do mercado global, caracterizado pela mais fácil e rápida circulação de bens, capitais e pessoas, num contexto de progressiva diluição de fronteiras e barreiras alfandegárias. A presente alteração de paradigma abriu portas a novas ameaças, mas também a enormes oportunidades às empresas.

Esta megatendência global suscita a resignação perante uma onda de mudança da qual não é possível escapar, mas também uma instabilidade decorrente da necessidade de tomar posições face às ameaças e oportunidades inerentes à mudança (Mendes, 2011).

Este caminho para o livre comércio, que permitiu o acesso a produtos e serviços a preços mais baixos, obrigou as empresas a uma maior preocupação com os níveis de produtividade e eficiência dos processos, essencial para elevar os índices de competitividade. A competição, que anteriormente se encontrava fundamentalmente a nível local e nacional passou, com a globalização, a estar em todo o mundo, obrigando estados e empresas a reformas estruturais com vista à obtenção de ganhos de eficiência e de competitividade.

Outra alteração decorrente da "aproximação" dos países e dos mercados teve que ver com os fatores determinantes para a competitividade. O acesso

abundante a matérias-primas e mão-de-obra, bem como o desenvolvimento de processos produtivos mais eficientes, deram lugar àquele que hoje é o fator determinante para a competitividade das empresas, a inovação.

Para Rodrigues (2001), a mundialização das atividades económicas e a rápida transição entre uma economia baseada nos recursos para uma economia baseada no conhecimento e na aprendizagem, introduzem novos elementos condicionantes da capacidade competitiva das sociedades e novas exigências à construção de políticas de desenvolvimento. De facto, nos dias de hoje, as empresas adquirem vantagens competitivas através da inovação, sendo consensual a sua relevância crescente nas atividades económicas, hoje o motor do desenvolvimento socioeconómico.

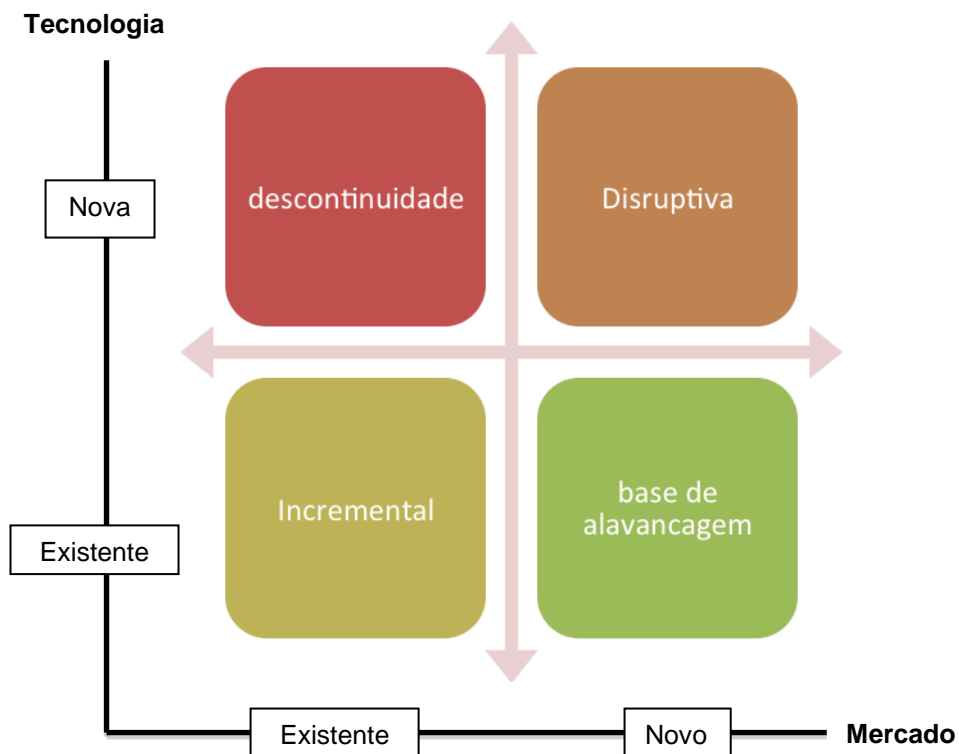
Segundo Freeman (1985), foi no decorrer do século XX que Schumpeter dedicou grande parte do seu trabalho ao desenvolvimento da teoria e de modelos relacionados com as inovações técnicas. Para Schumpeter, as inovações técnicas estavam no centro do processo competitivo. Particularmente no que diz respeito ao comércio internacional, nos últimos dez a vinte anos, a inovação técnica e a competição tecnológica têm vindo a demonstrar uma relevância cada vez maior para o desempenho de toda a economia global.

Para Fagerberg (2003), Schumpeter desenvolveu uma definição de inovação como " novas combinações de recursos existentes" e salienta a relevância da distinção entre inovação e invenção ou descoberta. Schumpeter vê a inovação como uma atividade social específica (função) realizada na esfera económica e com um fim comercial, enquanto as invenções, para além de poderem ser realizadas em diferentes contextos, não têm intenção de comercialização. A inovação pressupõe a invenção, mas é algo mais. É a capacidade das empresas utilizarem recursos para o desenvolvimento de produtos, serviços ou processos de forma a oferecerem propostas de valor diferenciadas, com aceitação no mercado, e que permita a obtenção de rentabilidade financeira. A inovação tem como grande objetivo a obtenção de vantagens competitivas.

Importa diferenciar os vários tipos de inovação desenvolvidos, tendo em conta os tipos de produtos ou serviços oferecidos, os mercados, as capacidades de investimento, ou até mesmo as estratégias e objetivos das empresas.

Na figura seguinte a inovação é segmentada através de uma matriz que relaciona o tipo de inovação, nova ou existente, como o mercado alvo, existente ou novo.

FIGURA 5: Tipos de Inovação



Fonte: elaboração própria

Assim, a inovação incremental está relacionada com processos de melhoria contínua de uma tecnologia existente num mercado existente, pelo que terá uma baixa necessidade de investimento em I&D. Não tem como finalidade a criação de novas linhas de negócio, novos produtos ou mudanças nos processos organizacionais, mas a procura de soluções para melhorar uma realidade atual. De salientar que, em Portugal, a grande maioria das empresas assenta a sua estratégia neste tipo de inovação.

Se, por outro lado, a tecnologia existente for aplicada num mercado novo é criada uma base de alavancagem, pois permite o seu alargamento para novos mercados e para um número maior de consumidores, possibilitando uma maior escalabilidade do negócio. Quando uma tecnologia nova é aplicada num mercado já existente, terá como consequência uma descontinuidade, no entanto o risco é elevado. Por fim, se aplicamos uma tecnologia nova num mercado novo estamos perante uma inovação radical ou disruptiva. Esta inovação será de alto risco e grande investimento, tendo como objetivo principal uma mudança de paradigma.

Outra forma de distinguir os diferentes tipos de inovação passa pela sua divisão em inovação organizacional ou tecnológica. Se o objetivo da empresa é a otimização e maximização do lucro de produtos ou processos existentes, a inovação diz-se organizacional. A finalidade é a realização de mudanças nos processos e na estrutura da empresa. Este processo de inovação tem, geralmente, baixo input tecnológico e encontra-se relacionada com a inovação incremental.

Por outro lado, quando o foco está na tentativa de desenvolver avanços a nível da criação de novos produtos, direcionado para a inovação radical, estamos perante inovação tecnológica. Laranja (2007) refere que a inovação tecnológica é o processo pelo qual as empresas introduzem novas tecnologias nos seus produtos ou processos, necessitando para tal, não só de aptidões pessoais e individuais, como também de rotinas organizacionais para gerar, absorver, aprender e manipular grandes quantidades de conhecimento em diferentes áreas.

A Inovação tecnológica tem como principal intuito a criação de valor através da resolução de problemas identificados no mercado. Desta forma, inovação tecnológica poderá ser a utilização de conhecimentos na aplicação de ferramentas e materiais, de forma a criar soluções para os problemas/necessidades existentes no mercado. Efetivamente, seja pela via de investigação científica desenvolvida em universidades ou pela simples interação em feiras com o mercado existente ou potencial, o conhecimento assume um papel crucial no processo de qualquer forma de inovação.

A investigação científica, em particular a desenvolvida em contexto universitário, desempenha um importante papel como fonte de conhecimento codificado e, ocasionalmente, na descoberta de tecnologias industrialmente relevante nas economias baseadas no conhecimento. No entanto, apesar do conhecimento desenvolvido nas universidades gerar impulsos na inovação do sector empresarial, permitindo transferência de tecnologia, criação de redes de competências, geração de protótipos e patentes, as empresas tendem a valorizar mais a formação de competências através da criação de relações com fornecedores, clientes e associações ligadas ao sector.

Numa economia global, onde o conhecimento codificado pode mais facilmente ser acedido, mais relevante se torna o conhecimento tácito para sustentar ou aumentar a posição competitiva das empresas. Para Lundvall e Borrás (1999), um dos maiores limites do processo de globalização está na capacidade de mobilidade territorial do conhecimento, argumento sustentado com a distinção entre conhecimento tácito e codificado. Defendem ainda que a informação e o conhecimento codificado são facilmente disseminados, enquanto o conhecimento tácito e o saber-fazer não o são, fundamentalmente pela sua característica de enraizamento territorial e organizacional.

Segundo Maskell e Malmberg (1999), quando alguém tem acesso relativamente fácil a conhecimento explícito/codificado, a criação de capacidades únicas e de produtos depende da produção e uso do conhecimento tácito. Por ser difícil de transmitir ao longo de grandes distâncias, e à medida que ocorre a internacionalização de mercados, a incapacidade de troca deste conhecimento tácito é cada vez maior. De facto, estando enraizado num contexto social e institucional específico, em que é produzido, torna-se especialmente dependente desse mesmo contexto.

Combinando estas duas características do processo de inovação, o conhecimento tácito completamente ligado ao seu contexto e a importância da interação social, torna-se evidente a razão pela qual o aspeto geográfico é cada vez mais relevante. O conhecimento tácito não circula, não se transfere facilmente, porque a sua transmissão necessita de uma relação de proximidade entre parceiros que

já compartilham alguns pontos em comum, como a língua, códigos de comunicação, normas criadas por um ambiente institucional compartilhado e conhecimento pessoal mútuo, baseado num passado de colaboração ou interação informal. Como Rodrigues (2001) sugere, o conhecimento de natureza tácita, ao contrário do conhecimento codificado, não pode ser transferido com facilidade, designadamente por não ser expresso de uma forma explícita. Neste âmbito, o conhecimento tácito está intrinsecamente relacionado com o contexto envolvente, local onde o processo de ampliação do conhecimento se produz através de interações (Polany, 1967). A dificuldade de aquisição e disseminação do conhecimento tácito confere vantagens competitivas territoriais (Coates e Warwick, 1999).

O produto final surge dos benefícios da interação entre utilizadores e produtores e personifica dentro dele novo conhecimento que não poderia ter sido produzido isoladamente. Reconhecendo este facto, desde 1970 os governos dos países industrializados têm lançado inúmeras iniciativas para efetivar a interligação entre os conhecimentos tácito e codificado, entre as investigações académica e as inovações nas empresas. O objetivo essencial é induzir o desenvolvimento económico local baseado na investigação, criando parques tecnológicos localizados próximo de polos universitários, apoiados por incubadoras de empresas e por fundos públicos em capital semente, entre outras formas de interdependências institucionais que são desenvolvidas para estimular a ligação entre universidades e empresas.

Neste contexto, as políticas de inovação têm vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante, sendo mais difícil conseguir um crescimento sustentado sem que as empresas e/ou regiões efetuem aprendizagem e inovação. Por outro lado, as regiões tornam-se mais inovadoras e competitivas através da promoção de relações sistémicas fortes entre as empresas e a infraestrutura de conhecimento regional. A região é cada vez mais o nível em que a inovação é produzida, através de redes regionais de inovadores, grupos locais e instituições de investigação (Lundvall e Borrás, 1999).

Nesta linha de pensamento, podemos identificar três tipos de sistemas regionais de inovação. Por um lado, os que se caracterizam pela incorporação territorial das empresas que baseiam a sua atividade na inovação, principalmente em processos de aprendizagem localizados, estimulados pela proximidade geográfica, social e cultural, sem muita interação direta com organizações de conhecimento (Cooke, 2001). Tradicionalmente estes sistemas desenvolvem-se espontaneamente, tendo as indústrias como base o conhecimento tácito. Paradigmático é o exemplo da região Emília-Romagna em Itália e do sector dos moldes na Marinha Grande, em Portugal.

Por outro lado, os sistemas regionais de inovação em rede. Aqui, verifica-se uma maior preponderância dos institutos de investigação e desenvolvimento criados a nível regional, universidades, organizações de formação profissional e outras organizações locais implicadas em processos de inovação de empresas (Asheim e Cooke, 1999). Estes sistemas estão tradicionalmente pouco ligados ao Estado e a primeira geração de empresas surge a partir de spin-offs das universidades. Os exemplos mais paradigmáticos são Baden - Wurttemberg's na Alemanha, Silicon Valley nos EUA e o Cluster de biotecnologia da Universidade de Cambridge no Reino Unido.

Por fim temos os sistemas nacionais de inovação regionalizados, onde os atores exógenos e as relações externas desempenham um papel de maior destaque. Neste modelo, a indústria e a infraestrutura institucional estão funcionalmente mais integradas em sistemas de inovações nacionais ou internacionais, em que a atividade de inovação realiza-se principalmente através da cooperação com atores fora da região. Tradicionalmente, o papel dos atores externos, em regra o estado, esteve na origem duma primeira clusterização de atividades, tendo como exemplo os Parques de Ciência e Tecnologia construídos um pouco por toda a Europa (Cooke, 1998). Dentro destes sistemas, a cooperação surgirá mais provavelmente entre pessoas do mesmo contexto ocupacional ou educativo, o que facilita a circulação e a repartição do conhecimento "por comunidades de prática", cujos membros podem atravessar limites inter-regionais e internacionais. Por norma, estas comunidades organizam-se com o objetivo de resolver problemas práticos que enfrentam as grandes organizações e, no processo,

produzem inovação. Nesta ótica, a proximidade organizacional e a semelhança ocupacional são mais importantes do que a proximidade geográfica, no apoio à produção, identificação, apropriação e fluxo do conhecimento tácito. As comunidades de prática podem estender-se para fora da empresa, podendo incluir clientes e fornecedores, fluindo assim o conhecimento para além dos limites das organizações. O conhecimento tácito também pode fluir para além das fronteiras regionais e nacionais se a proximidade da "comunidade virtual organizacional" for intensa. Assim, a aprendizagem (e a repartição do conhecimento tácito) não tem de ser de acordo com o espaço, se a proximidade relacionada estiver presente.

Segundo Asheim (2005), os sistemas regionais de inovação são inspirados nos sistemas nacionais de inovação, pois, em ambos os sistemas o foco está na relevância das vantagens comparativas dos territórios e das respetivas sociedades. Reforça ainda que, devido às relações informais originadas pela proximidade entre as organizações, estimulando a confiança e a partilha, as regiões propiciam o estabelecimento de relações mais sistémicas entre os agentes económicos.

Como referido anteriormente, a sustentabilidade e competitividade das empresas, pode depender do conhecimento tácito, dificilmente deslocalizável e que requer proximidade entre as instituições para reduzir os riscos inerentes a processos de inovação. No entanto, a globalização pode tornar cada vez mais codificado o conhecimento tácito, podendo comprometer a vantagem competitiva das regiões.

Outra linha de pensamento defende que o conhecimento estratégico e os aspetos mais importantes do processo de aprendizagem continuam localizados, em consequência do papel da proximidade geográfica e das instituições locais na estimulação da aprendizagem interativa (Markusen, 1996).

Asheim (2005) salienta ainda a relevância dos sistemas regionais de inovação como veículos de ligação entre os sectores públicos e privados, construindo desta forma sinergias e vantagens regionais adicionais, para além dos recursos e dos mercados, através da cooperação e criação de plataformas de partilha de conhecimento.

As empresas agrupadas em determinadas localidades necessitam do acesso a fontes de conhecimento não local, como complemento ao conhecimento que geram e compartilham localmente. Os canais de conhecimento global são uma extensão entre as diferentes concentrações geográficas nodais de empresas e outras organizações produtoras de conhecimento (Bathelt, Malmberg e Maskell, 2004).

Em síntese, a inovação pode representar uma fonte potencial de vantagens comparativas ao aumentar a capacidade de aprendizagem das empresas e dos trabalhadores. No entanto, para a criação de uma vantagem competitiva, é necessária a ligação de três etapas: tecnologia, produtos e mercado. As empresas devem começar por identificar as necessidades de mercado e então criar um produto que una a tecnologia existente às necessidades identificadas.

Contudo, o sector privado investe em I&D menos do que o necessário, pelo que as políticas públicas de inovação podem desempenhar um papel relevante, nomeadamente como uma via para minimizar esta lacuna. As políticas de inovação definem as ações estruturais dirigidas a influenciar positivamente os processos ligados ao desenvolvimento e difusão da inovação. Estes processos ocorrem simultaneamente com a complexidade e incerteza que caracteriza os contextos económicos e sociais em mudança.

Assentando a competitividade das economias nas relações existentes entre o público e o privado, criando redes de interação e aprendizagem coletiva dependentes do contexto envolvente, o conhecimento é visto como o principal recurso e a aprendizagem como o processo mais relevante na promoção da inovação (Lundvall e Johnson, 1994).

De facto, a diferenciação entre os territórios verificada através do conhecimento, aprendizagem e capacidade de gerar inovação, traduz a relevância da competitividade territorial e as vantagens comparativas conseguidas por recursos, condições e dinâmicas próprias de especificidades territoriais.

Para Rodrigues (2001), o conhecimento de natureza tácita, ao contrário do conhecimento codificado, encontra as suas raízes em organizações e localizações específicas, não sendo assim provável a sua disseminação à escala

global. Por outro lado, refere que os processos de aprendizagem associados aos mecanismos interativos que suportam a inovação revestem-se de um forte carácter social, dependente dos contextos territoriais, institucionais e culturais onde evoluem.

Assim, apesar do rápido processo de globalização a que o mundo está sujeito, as idiosincrasias e especificidades de cada região permitem alavancar as vantagens comparativas e a competitividade de cada território. Estes fatores são essenciais para a perceção e justificação dos diferentes ritmos de crescimento económico verificado entre países e entre regiões.

2.3 A importância do território

Como referido por Alves et al. (2008, pág. 4), "*A globalização, conjugada com a menor intervenção dos Estados-nação, a par do aumento da população urbana, trouxe não só um maior protagonismo aos territórios, como lhes atribuiu autonomias e responsabilidades acrescidas, e induziu as condições necessárias para a ascendência de novos territórios estratégicos (regiões e cidades)*".

Simultaneamente, territórios e atividades económicas reconhecem entre si uma total interdependência. Territórios competitivos promovem e concorrem para captar atividades competitivas e sustentáveis e, por consequência, para a atratividade de investimentos, para a promoção do empreendedorismo e para a inovação. Estas forças são acionadas e postas à disposição dos agentes económicos pelo poder político e pelas suas formas de organização do território e aglomeração.

De facto, têm-se multiplicado as opiniões de especialistas que referem o território, com as suas singularidades e características distintas, como fator chave para a competitividade e conseqüente desenvolvimento das regiões e países onde estão inseridos. Segundo Alves et al. (2008, pág. 4): "*os desenvolvimentos teóricos recentes em torno da ciência organizacional, da geografia económica e da economia regional têm defendido que a competitividade dos territórios ganhou um novo impulso, realidade indissociável do desenvolvimento da globalização,*

passando a constituir tema recorrente em inúmeras abordagens, quer de investigadores, quer nos meios académicos, políticos, económicos e sociais". A partir da década de 1990, a competitividade dos territórios passou a constituir preocupação dos governos mundiais, em especial na América do Norte e na Europa. Os territórios passaram a ser centros de decisão política, económica, social e ambiental.

Assim, impõem-se um estudo conceptual mais aprofundado sobre competitividade territorial. Para Lopes (2001), competitividade territorial é a capacidade demonstrada por uma dada comunidade para garantir as condições económicas que permitam o seu desenvolvimento sustentado.

Pese embora as opiniões de economistas que defendem a relevância da competitividade territorial no panorama mundial, importa referir aqueles para os quais os territórios não competem entre si, estando a competição restringida à atividade empresarial. Para Krugman (1994), ao contrário das empresas, as regiões não entram em bancarrota e não são eliminadas do mercado, pelo que o conceito de "competitividade regional" é um conceito vazio e sem sentido.

Em linha com o pensamento de Krugman esteve Porter (1994) ao afirmar que são as empresas que competem e não os países, dependendo a produtividade da sofisticação e tecnologia com que as empresas competem. Porter dá mais ênfase ao modo como as empresas competem nas indústrias, para a obtenção de ganhos de produtividade, do que às indústrias em que um país compete. A aplicação da competição territorial às políticas regionais pode originar em distorções no desenvolvimento económico, privilegiando uns sectores em detrimento de outros (Budd, 1998).

Pires (2007) contra-argumenta, afirmando que quando uma região não tem capacidade para atrair investimentos e capital humano fica numa situação semelhante à de uma empresa sem sucesso.

Nesta linha de pensamento, Mendes (2011, pág. 36) refere que *"os requisitos para o sucesso das empresas, países, regiões e cidades passam pela capacidade de dispor de trabalhadores altamente qualificados, pelo que se avizinha uma guerra global pela disputa do talento que garante a vantagem competitiva."*

Camagni (2002) salienta o papel do território nos processos de acumulação de conhecimento e aprendizagem coletiva, fator distintivo e de diferenciação. Essencial para aumento de competitividade são as sinergias criadas através de cooperação, nomeadamente em processos de inovação, verificadas e facilitadas pela proximidade entre empresas situadas num mesmo território. Os territórios competem entre si para atraírem investimento direto estrangeiro e para obterem uma função produtiva dentro da divisão internacional do trabalho (Camagni, 2009). A atratividade e competitividade de um território assentam num conjunto alargado de fatores comuns, que são encontrados em externalidades físicas, nas acessibilidades ou qualidades do meio envolvente, mas também no capital relacional e na capacidade de aprendizagem do território.

De facto, apesar das diferentes visões relativamente à competitividade territorial, os territórios, regiões e cidades têm vindo a assumir cada vez mais relevância a nível mundial, num período da história em que metade da população mundial vive nas grandes cidades. Segundo as Nações Unidas a percentagem da população a viver em áreas urbanas cresceu em 2010 para 50,6% da população mundial, isto é, cerca de 3,5 biliões de pessoas, estimando-se cerca de 6,4 biliões para 2050.

Por este facto, Mendes (2011, pág. 27) refere que *"as lógicas de proximidade potenciam o desenvolvimento de ecossistemas sociais, políticos e económicos e, por consequência, a clusterização do conhecimento. Assim, assistir-se-á a uma feroz competição entre localizações na disputa do estatuto de nós de relevância nas redes estruturantes do processo de globalização"*. Afirmando ainda que *"a migração global abre possibilidades interessantes ao nível do capital social, podendo mesmo constituir em muitos casos a chave para a competitividade de cidades, regiões e até países"*.

Para Porter (1994) o mundo está perante uma profunda alteração ao conceito tradicional de competitividade. Com a globalização, as vantagens comparativas das empresas deixaram de ser medidas apenas nos custos dos fatores de produção, mão-de-obra e matérias-primas, para passarem a incluir conceitos como inovação, qualidade e diferenciação.

No que à competitividade dos territórios diz respeito, podemos identificar quatro grandes alterações (Alves e Joaquim, 2008):

1. A competitividade das empresas faz-se à escala global, com outros territórios e regiões que tenham um padrão de concorrência idêntico;
2. A competitividade entre empresas faz crescer a inovação;
3. A inovação é fruto da dinâmica da informação cruzada entre o conhecimento codificado (disponível) e o conhecimento tácito (aquele que faz parte e que está dentro da própria empresa), mas há uma parte do conhecimento tácito (a mais relevante) que está fora da empresa, inserida no tecido social e económico da região;
4. A globalização dos mercados e a intensificação da concorrência aumentam não só a capacidade organizacional do território para vender aquilo que se produz, como potencia a dinâmica da região com vista à sua inserção no mercado global, razão pela qual a capacidade organizativa é um fator crítico nos territórios e regiões em que existe um número elevado de PME, de que é exemplo o tecido empresarial português.

Perante esta alteração de paradigma, os territórios terão de ter a capacidade de aproveitar as oportunidades económicas geradas pela globalização e criar ferramentas de apoio e estímulo à competitividade das suas empresas, possibilitando uma melhoria no bem-estar social, criação de emprego e garantia de melhor coesão social.

No âmbito desta dissertação e na sequência do enquadramento teórico, considera-se competitividade territorial como a capacidade dos territórios na captação de investimento e no desenvolvimento de políticas públicas de estímulo à competitividade das empresas que, associado aos seus fatores naturais, matérias-primas e recursos humanos, e ao seu conhecimento tácito, nomeadamente know-how e inovação, faz a singularidade de cada território, com características próprias e diferenciadoras.

Aproveitando as novas tecnologias na partilha e difusão de informação, que se têm vindo a multiplicar no mercado global, é visível o crescente aumento da importância das interconexões, das parcerias, do “Networking”, assente em

processos constantes de inovação e na criação de plataformas tecnológicas entre países e regiões, permitindo o estabelecimento de correlações entre necessidades e acontecimentos nos diferentes cantos do mundo. Com esta conjugação de fatores surge a necessidade de criação de um interlocutor único entre o investidor, nacional ou estrangeiro, que proporcione um serviço personalizado em todas as fases da concretização do investimento, representando todas as entidades administrativas envolvidas.

Neste sentido, Camagni e Capello (2010) defendem que deve existir uma renovação das políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento dos territórios. Conforme anteriormente referido, a construção de políticas públicas de desenvolvimento regional, modernas e renovadas, devem levar em linha de conta os seguintes novos elementos:

- Promoção do conhecimento e do capital humano;
- Desenvolvimento dos fatores relacionais e incentivo à criação de cooperações, parcerias e sinergias entre empresas, de forma a explorar as potencialidades, a cultura e o know-how do território, alavancando os seus pontos fortes e as suas oportunidades;
- Impulsionar a criação de redes de comunicação avançadas com vista ao fácil e rápido acesso ao mercado globalizado, a informação especializada e a oportunidades de negócio.

Para Camagni e Capello (2010) são ainda necessárias alterações ao nível do estilo das políticas públicas, nomeadamente:

- Na preparação dos territórios para processos de inovação;
- No incentivo aos atores regionais para estarem recetivos a novas ideias de negócio e estilos de organização;
- No desenvolvimento da cooperação entre territórios e empresas;
- Na inclusão do máximo de atores regionais no processo de desenvolvimento dos seus territórios.

Concluindo, as diferentes idiosincrasias e características específicas dos territórios, justificam a necessidade de um conjunto de políticas públicas que permitam enfatizar pela positiva a diferenciação natural dos territórios. No entanto,

as transformações e modificações do contexto mundial trazem, continuamente, novos desafios, pelo que as políticas de desenvolvimento regional necessitam de constante renovação.

Capítulo 3. Situação portuguesa

A atual conjuntura, caracterizada por uma crise económica, teve consequências bastante nefastas e preocupantes em inúmeros países, nomeadamente Espanha, Irlanda, Grécia e Portugal. Não obstante, as perspetivas futuras são ainda incertas, quer para a zona Euro, como para o conjunto das economias emergentes.

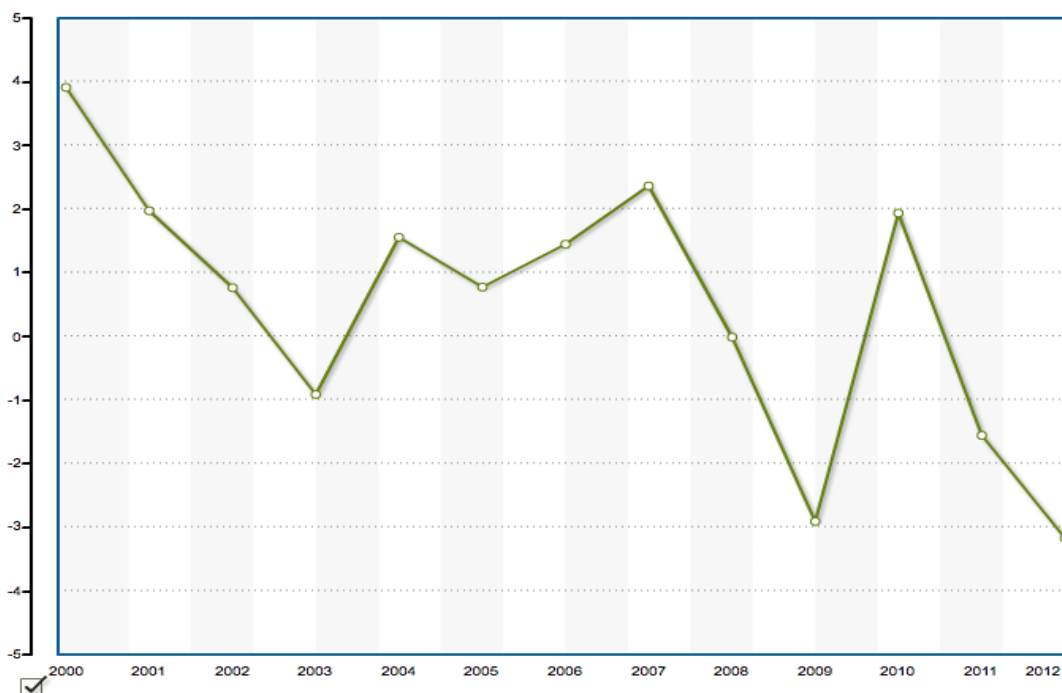
As políticas de austeridade em vigor na zona euro, visando principalmente a reforma do sistema financeiro europeu, o equilíbrio das contas públicas e a redução da dívida pública, estão a restringir o crédito às empresas e às famílias, contrair a procura interna e a aumentar o nível de desemprego. No entanto, economias avançadas como Estados Unidos da América e Japão estão em situação idêntica. Consequentemente, os países emergentes vêm a sua economia condicionada negativamente pela redução da procura externa mundial (Melro, 2013).

Por sua vez, a retração do consumo interno e da procura externa, nomeadamente nos países europeus, o aumento do desemprego e a dificuldade de acesso ao crédito pelas empresas, marcaram profundamente a economia nestes últimos anos. Fazendo uma análise aos últimos 60 anos, verifica-se que foi apenas durante esta última década que a economia nacional cresceu menos do que as suas congéneres europeias (Santos Pereira, 2011). Esta instabilidade mundial acelerou a crise interna portuguesa e tornou mais evidente os desequilíbrios macroeconómicos acumulados.

Desde a segunda metade dos anos 90, segundo autores como Catroga (2013), Portugal terá seguido políticas erradas, que nos conduziram à estagnação económica, a trajetórias insustentáveis de endividamento público e privado, a um défice externo crescente e a uma ineficiente afetação de recursos nos vários sectores da economia. Acrescendo a contração da procura interna, a economia portuguesa manteve-se em recessão durante 2012. Na última década, o PIB

português cresceu em média abaixo de 1%, ou seja, em dez anos, a riqueza criada pela economia portuguesa praticamente estagnou (Lourenço, 2012).

FIGURA 6: Taxa de crescimento do PIB (2000-2012)



Fontes de Dados: INE-BP - Contas Nacionais Anuais (Base 2006)

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2013-04-01

A resposta da economia portuguesa a esta tendência pode ser pela melhoria do desempenho competitivo das empresas, pela evolução dos equilíbrios macroeconómicos ou pelas transformações territoriais (Vieira da Silva, 2010).

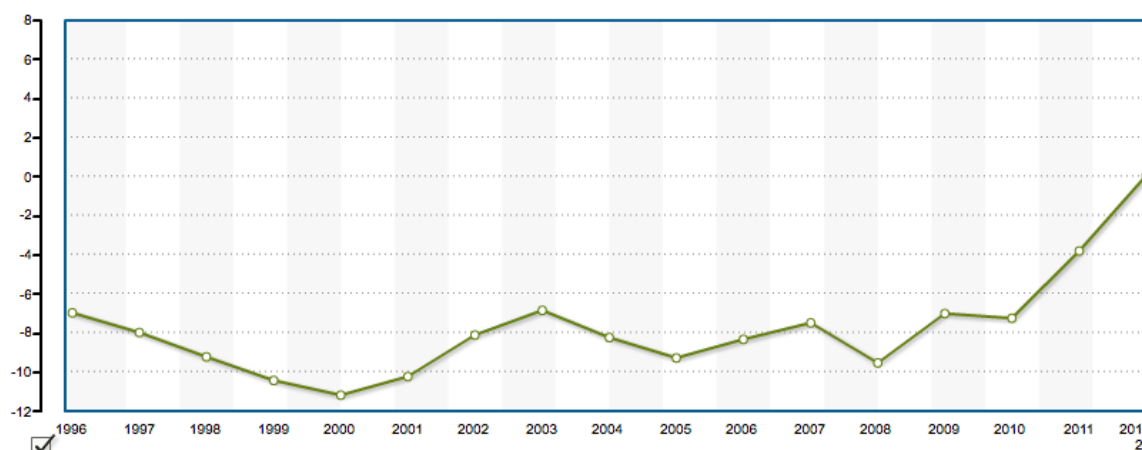
Portugal encontra-se num processo de transformação estrutural, diretamente relacionado com a crise económica e financeira instalada, bem como com a tentativa de cumprir com os compromissos assumidos pelo estado português, nomeadamente através da redução da despesa pública e do esforço para aumentar a competitividade da economia.

Segundo o ex-ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento, Vieira da Silva (2010, pág. 19), *"Do ponto de vista do desenvolvimento, o défice central que a economia portuguesa precisa de ser capaz de vencer e ultrapassar é o da*

fragilidade do seu crescimento económico. Esta fragilidade resulta, em primeiro lugar, do défice estrutural do nosso relacionamento externo em matéria de bens e serviços. Ao longo do último século, em todas as fases e ciclos económicos, mesmo em períodos de maior expansão económica, o défice das nossas trocas com o exterior constituiu um entrave a um crescimento mais forte e sustentado.”

Mesmo com as diferentes medidas de abertura da economia portuguesa ao exterior, adotadas desde a segunda metade do século passado, o desequilíbrio nas trocas comerciais foram uma constante. Se analisarmos a balança comercial portuguesa desde 1995, verificamos que a economia se caracteriza por défices constantes, exceção feita a 2012.

FIGURA 7: Saldo da Balança Comercial em % do PIB (1996-2012)

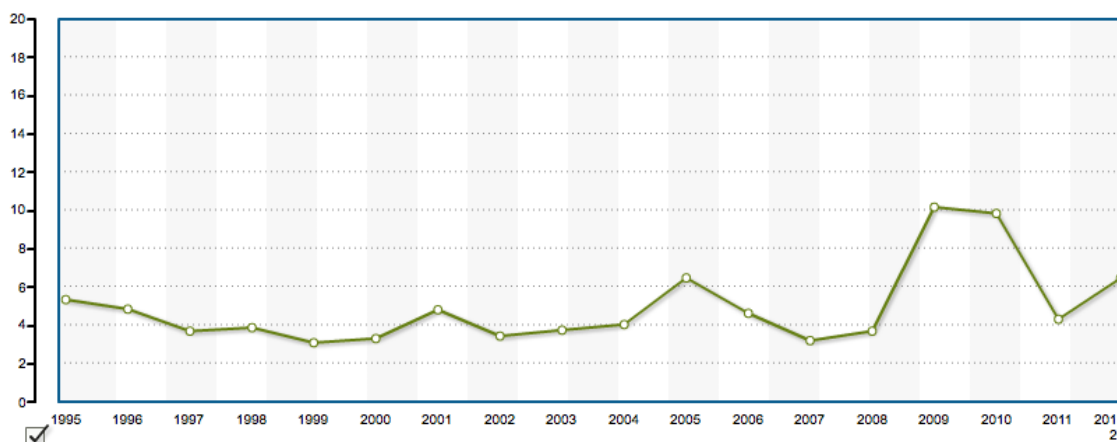


Fontes de Dados: BP - Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP)
INE-BP - Contas Nacionais Anuais (Base 2006)
Fonte: PORDATA

Este défice reflete a falta de competitividade com o exterior da economia portuguesa. De acordo com o World Economic Fórum, entre 2000 e 2010, Portugal passou da 22^a para a 49^a posição no que concerne à performance da sua economia.

Associado ao problema do défice na balança comercial, Portugal tem vindo a registar défices orçamentais constantes. De 2002 a 2012, o défice orçamental verificado foi, em média, 5,7% do PIB (Lourenço, 2012).

FIGURA 8: Déficit Público em % do PIB (1995-2012)



Fontes de Dados: INE-MF

INE-BP - Contas Nacionais Anuais (Base 2006)

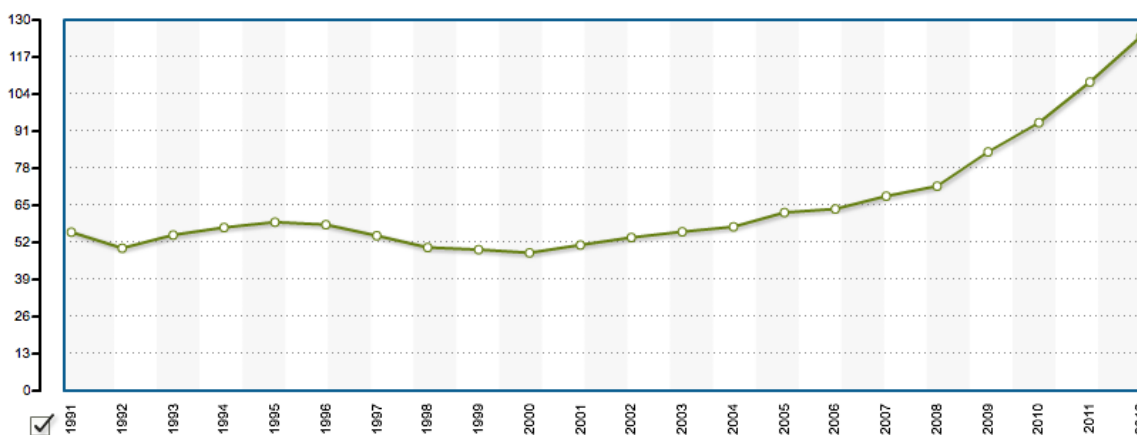
Fonte: PORDATA

Última actualização: 2013-12-02

Como corolário, em 2012 Portugal registou uma dívida pública de aproximadamente 123% do PIB e uma dívida externa de 240% do PIB.

Como se pode observar no gráfico seguinte, o peso da dívida pública no PIB aumentou durante a crise financeira mundial que teve início em 2008.

FIGURA 9: Dívidas Pública em % do PIB (1991-2012)



Fontes de Dados: INE-BP - Contas Nacionais Anuais (Base 2006)

DGO/MF-BP-INE

Fonte: PORDATA

O fraco desempenho da economia verificado neste período foi acompanhado pela criação de desequilíbrios financeiros, expansão do endividamento público e privado e do aumento da dívida externa (Catroga, 2013).

A conjugação destes fatores levou Portugal, em Abril de 2011, a recorrer a ajuda internacional para garantir a continuidade do financiamento externo e dar início a um processo de ajustamento da economia nacional. Assim, o programa de ajustamento desenvolvido pela Troika (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) tinha o objetivo de eliminar os dois défices, externo e orçamental.

Como referiu Catroga (2013), a economia portuguesa evidenciava, em Abril de 2011, a necessidade de realizar três ajustamentos estruturais: o das contas públicas, o das contas externas e o ajustamento do modelo de crescimento do PIB, aumentando o peso relativo dos sectores expostos à concorrência internacional, essenciais para a competitividade externa.

Em Portugal, este ajustamento provocou uma contração da procura interna, em sintonia com a evolução dos restantes mercados europeus, com consequências na redução do consumo público e privado nacional.

QUADRO 2: Projeções do Banco de Portugal: 2013-2014

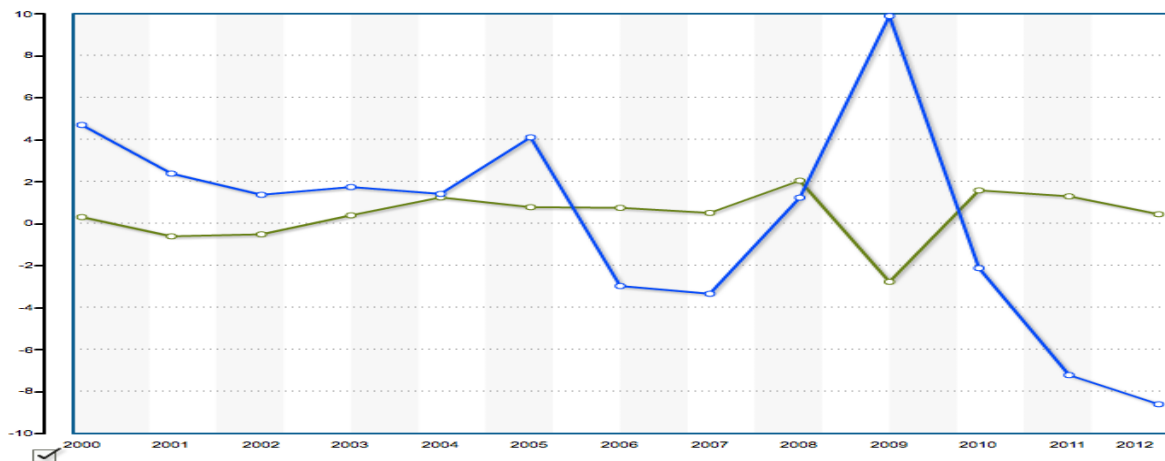
	Pesos 2011	BE Primavera 2013			BE Inverno 2012		
		2012	2013 ^(p)	2014 ^(p)	2012 ^(p)	2013 ^(p)	2014 ^(p)
Produto Interno Bruto	100.0	-3.2	-2.3	1.1	-3.0	-1.9	1.3
Consumo privado	66.5	-5.6	-3.8	-0.4	-5.5	-3.6	0.1
Consumo público	20.0	-4.4	-2.4	1.5	-4.5	-2.4	1.5
Formação bruta de capital fixo	17.9	-14.5	-7.1	1.9	-14.4	-8.5	2.8
Procura interna	104.4	-6.8	-4.2	0.4	-6.9	-4.0	0.8
Exportações	35.8	3.3	2.2	4.3	4.1	2.0	4.8
Importações	40.1	-6.9	-2.9	2.7	-6.9	-3.4	3.5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)							
Exportações líquidas		3.9	1.9	0.7	4.2	2.1	0.6
Procura interna		-7.0	-4.2	0.4	-7.2	-4.0	0.8
<i>da qual:</i> Variação de existências		0.2	-0.1	0.1	0.0	0.2	0.0
Balança corrente e de capital (% PIB)		0.8	3.6	4.8	-0.1	3.1	4.4
Balança de bens e serviços (% PIB)		0.1	2.8	3.8	0.3	3.1	4.1
Índice harmonizado de preços no consumidor		2.8	0.7	1.0	2.8	0.9	1.0

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (p) – projetado. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas, e baseia-se em informação disponível até meados de março de 2013.

De acordo com o quadro 2, a procura interna em Portugal registou no ano de 2012 uma queda de 7%, com novo decréscimo previsto para 2013. O consumo público e privado seguiram em linha com a procura interna. Esta queda verificada no consumo, justifica-se essencialmente pela redução do rendimento das famílias e pela redução das despesas do Estado.

FIGURA 10: Consumo Público e Privado em % do PIB (2000-2012)

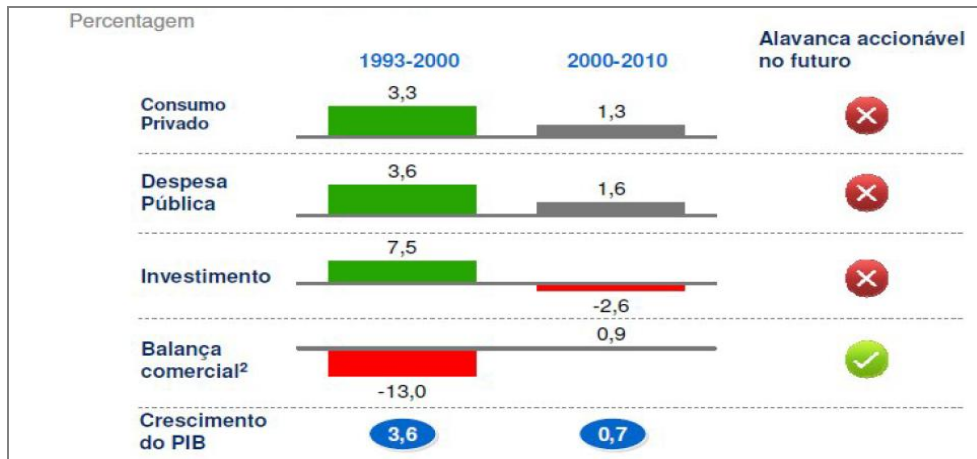


Fontes de Dados: INE-BP - Contas Nacionais Anuais (Base 2006)

Fonte: PORDATA

Associando esta diminuição do consumo público e privado à redução da formação bruta de capital fixo (investimento das empresas), motivado essencialmente pela dificuldade de recurso ao crédito, só por via da redução das importações e aumento das exportações seria possível elevar o valor do PIB português para níveis que permitissem vislumbrar a retoma da nossa economia, fazer face à dívida externa e corrigir o desequilíbrio da balança corrente.

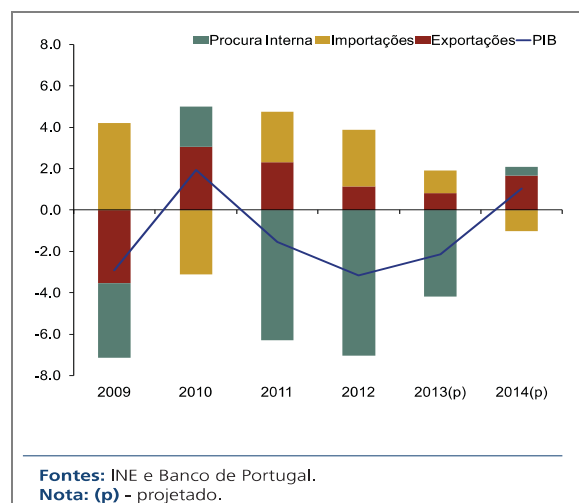
QUADRO 3: Estrutura do PIB português (1993-2010)



Fonte: McKinsey

Apesar de a economia portuguesa ser demasiado pequena para um crescimento do PIB sustentado no consumo interno, público e privado, na última década uma percentagem significativa do investimento português foi canalizado para a procura interna, em detrimento do investimento na produção de bens transacionáveis, expostos à concorrência externa. Esta opção contribuiu para a progressiva perda do peso das exportações no PIB nacional. Consequentemente, o peso das importações aumentou, bem como do consumo público e privado (Lourenço, 2012).

FIGURA 11: Contributos para o crescimento do PIB (em pontos percentuais)



A quebra verificada na procura interna provocou uma queda acentuada nas importações, facto que contribui para o reequilíbrio do saldo da balança comercial. Entre 2010 e 2013, o saldo da balança de bens e serviços recuperou de um défice de -6,5% para um excedente de 3% do PIB. Segundo as previsões do Banco de Portugal, esta evolução positiva irá contribuir para uma recuperação do saldo conjunto da balança de transações correntes e de capital, de um défice de 8,8% para um excedente de 4,5% do PIB (Melro, 2013).

A necessidade de aumentar as vendas ao exterior, seja por via de exportações ou de processos de internacionalização de empresas portuguesas, tornou prioritário o esforço de diversificação dos mercados-alvo. Conforme podemos verificar no quadro 4, o peso do mercado europeu no comércio externo português tem vindo paulatinamente a ser substituído por mercados emergentes, nomeadamente PALOP, BRIC, Magrebe e Médio Oriente.

QUADRO 4: Exportações portuguesas por mercado

valores em milhões de euros

Destino	2010		2011		2012		Variação	
	€	%	€	%	€	%	2011/2012	
Intra-União Europeia	28104	75%	31910	74%	32218	71%	308	1%
Extra-União Europeia	9163	25%	10959	26%	13130	29%	2171	20%
EEFTA	419	1%	467	1%	514	1%	47	10%
DOPEP	2597	7%	3192	7%	4162	9%	970	30%
PALOP	2104	6%	2913	7%	3621	8%	708	24%
TOTAL	37267	100%	42869	100%	45348	100%	2379	6%

Fonte: INE

No entanto, a presença de Portugal nos mercados internacionais é ainda vulnerável e bastante exposta à concorrência de economias que se encontram em estádios diferentes de desenvolvimento, como sendo as economias emergentes e em vias de desenvolvimento. Como resposta, as empresas portuguesas deverão encarar a globalização como um desafio, uma oportunidade coletiva para voltar a crescer, através de investimento nacional, investimento direto estrangeiro e das exportações (Félix Ribeiro, 2013).

Como é visível no quadro 5, fruto do aumento das exportações e redução das importações verificado fundamentalmente desde 2011, tem havido uma melhoria no défice externo de Portugal.

QUADRO 5: Evolução da economia portuguesa

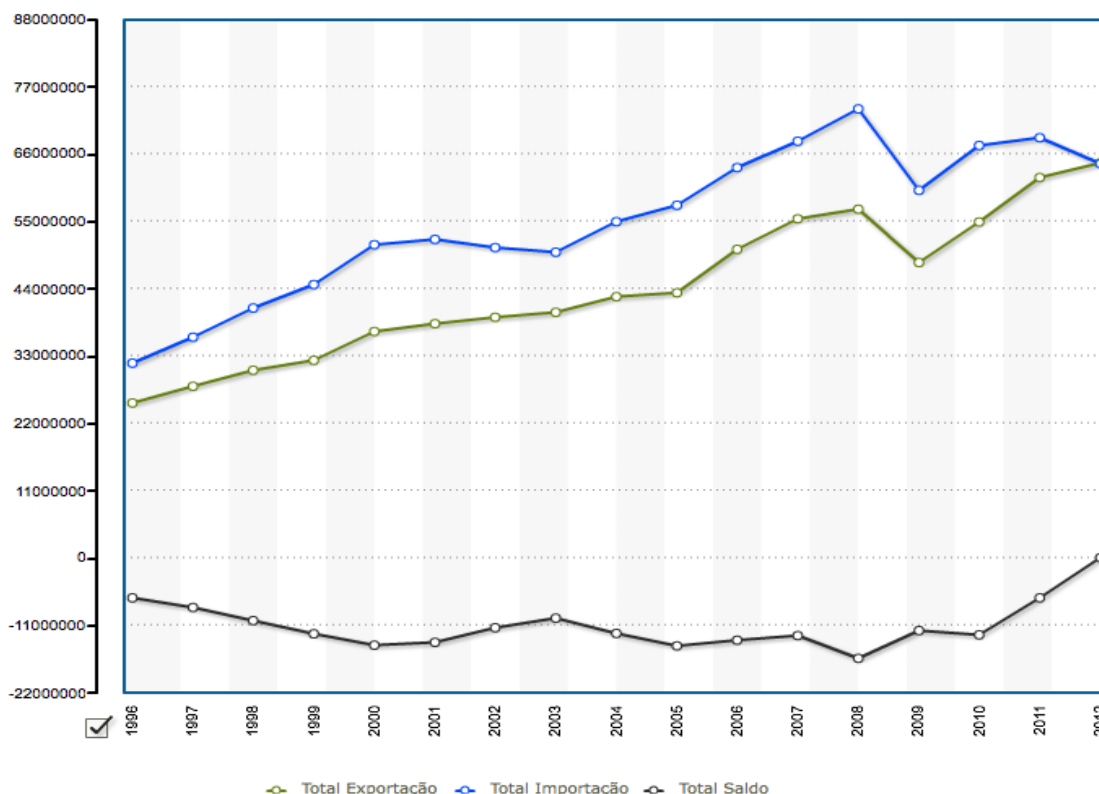
valores em milhões de euros						
EVOLUÇÃO ECONÓMICA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PIB (preços correntes)	168.504	172.835	171.040	165.387		
Taxa de variação do PIB	-2,9%	1,9%	-1,6%	-3,2%	-1,0%	1,3%
Exportações de bens e serviços	-10,9%	10,2%	7,2%	3,3%	3,6%	4,8%
Importações de bens e serviços	-10,0%	8,0%	-5,9%	-6,9%	-1,4%	3,5%
Saldo Orçamental (défice público)	-10,2%	-9,8%	-4,2%	-5,0%	-4,5%	-1,8%
Dívida Pública (em função do PIB)	83,1%	93,3%	107,8%	120,5%	115,7%	113,4%

Fonte: BOP

Percebendo as alterações estruturais provocadas pela globalização nas trocas comerciais internacionais e na procura interna nacional, as empresas portuguesas têm conseguido vencer a aposta nos mercados externos, intensificando e aumentando o peso das exportações no volume de negócios. Como consequência, o peso das exportações no PIB português tem vindo a aumentar ano após ano, em substituição do consumo público e privado.

Conforme se verifica na figura 12, o saldo da balança comercial registou, pela primeira vez em 60 anos, um valor positivo. Consequentemente o saldo da balança de pagamentos aproximou-se do equilíbrio.

FIGURA 12: Balança Comercial (1996-2012)



Fontes de Dados: BP - Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP)

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2013-02-21

Replicando as palavras do Ex-Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, em 2012 ao jornal Correio da Manhã: *"Mais do que nunca, internacionalizar é existir. Nas exportações, na globalização das empresas, na atração de investimento estrangeiro. A situação da economia nacional e o risco de recessão na Europa exigem esta aposta de forma estratégica"*.

Já Daniel Bessa sustentou, no âmbito dos "Encontros Millennium", transcritos para o Diário de Notícias de 5 de Junho de 2008, que *"num país tão pequeno e aberto, temos que investir para exportar, exportar para criar emprego e assim permitir que as condições de vida melhorem."*

Como referido anteriormente, neste contexto económico em que o imparável processo de globalização leva as empresas a uma necessidade premente de

internacionalizar, fatores como o acesso a serviços e tecnologias avançadas, a sustentabilidade ambiental e energética das atividades, a capacidade de inovação e diferenciação dos bens e serviços bem como dos processos produtivos, determinam a força competitiva das empresas e dos sectores económicos.

Por este facto, “internacionalizar” será uma palavra-chave, decisiva e fundamental para a melhoria da posição competitiva das empresas portuguesas e uma retoma sustentada do nosso crescimento económico, seja pela via do aumento das exportações e diversificação dos mercados, seja pela via da globalização de empresas e de marcas, ou ainda pela via da atração de investimento estrangeiro qualificante. Doravante, esta será uma prioridade nacional. Como exemplo da implementação destas medidas, foi a parceria estratégica celebrada entre a EDP e a China Three Gorges. O impacto deste negócio na reputação global de Portugal poderá favorecer muitas outras oportunidades. Atores como a EDP podem servir de empresas-âncora, abrindo portas à internacionalização de outros ativos nacionais, incluindo de pequenas e médias empresas.

Ainda no desenvolvimento de estímulos e apoios à internacionalização do tecido empresarial nacional, a promoção de Portugal em mercados da fachada atlântica, da América do Sul e da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa assume um papel estratégico. Para além da necessária consolidação da posição das empresas portuguesas na Europa, as presenças mais recentes na Venezuela, Colômbia, Brasil, Angola ou Moçambique, resultaram em contratos de fornecimentos ou parcerias muito relevantes nos sectores da Construção Civil, Energia, Saúde e Farmacêutica.

É por este facto prioritário a contínua adoção de medidas que permitam contribuir para a internacionalização dos diferentes sectores empresariais, para o aumento das exportações nacionais e para a captação de investimento direto estrangeiro, tornando as empresas, as regiões e o país mais competitivos.

Félix Ribeiro (2013) sugere que um dos objetivos que Portugal deveria assumir como prioritário, seria o de participar numa parceria transatlântica de comércio e investimento, que integrasse a União Europeia, Estados Unidos, Canadá e México, com vista ao estímulo às exportações e atração de investimento

estrangeiro. Portugal deverá ainda reforçar a cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa, favorecendo, por esta via, um relacionamento mais próximo com as principais potências asiáticas.

Também as políticas públicas que estão a ser preparadas deverão estar em linha com as prioridades anteriormente definidas, visando sustentar estas dinâmicas de internacionalização e impulsionar redes de empresas exportadoras, seja através do novo QREN (Portugal 2020) em fase de reprogramação estratégica, seja através de iniciativas como a linha de financiamento “PME Crescimento”.

Catroga (2013) considera fundamental para o processo de ajustamento estrutural atualmente vivido em Portugal, a criação de condições para o desenvolvimento do sector produtivo, decisivo para o crescimento potencial da economia, acompanhado pela realocação de recursos e a alteração do modelo de crescimento. No que concerne ao financiamento às empresas, este ajustamento trouxe um agravamento das dificuldades de acesso ao crédito e um custo acrescido nas taxas de juro.

Como referiu o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, na conferência Horizonte 2020, organizada pela Associação Portuguesa de Management no dia 21 de janeiro de 2014, no plano estratégico o problema das infraestruturas e equipamento em Portugal está praticamente resolvido. Doravante urge apostar na competitividade das empresas. Neste sentido, os fundos europeus que Portugal irá receber no quadro de referência estratégico para o horizonte 2014-2020, deverão ser canalizados para apoiar e fomentar a competitividade das empresas, aumentando a riqueza nacional e estimulando a criação de postos de trabalho. O investimento para o sector público irá ser reduzido em detrimento de um aumento dos fundos para o sector privado. Acrescentou que, apesar de os fundos destinados ao apoio à I&D e internacionalização das empresas portuguesas continuarem a ser a fundo perdido, o restante subsídio dirigido às empresas será transformado em incentivos reembolsáveis. Segundo este membro do governo, através da criação do Banco de Fomento, com o recurso a fundos comunitários, o estado português poderá colmatar a falha de mercado atualmente existente no que concerne à

dificuldade de acesso ao crédito e ao seu custo demasiado elevado, fatores que causam, por si só, perdas de competitividade face a concorrentes externos.

A história tem vindo a mostrar a relevância de medidas adotadas pelo Estado no estímulo à economia. Atentos às alterações verificadas no contexto económico mundial, em particular no comércio internacional, outros países europeus reagiram de imediato. Veja-se o exemplo Irlandês da década de 90, com a criação da “Enterprise Ireland”, organismo responsável por estimular as exportações e apoiar as empresas (a captação do Investimento é tratado por outro organismo). O governo irlandês criou ainda um “Export Trade Council”, órgão de coordenação e cooperação entre todos os organismos (público e privado) envolvidos na promoção e no desenvolvimento do comércio e das exportações. Já a Inglaterra, em 1999, optou por criar a UKTI (UK Trade and Investment) com responsabilidades na promoção das exportações e na captação do investimento estrangeiro.

Em Espanha, a elevada contribuição das PME's para a taxa de emprego e a sua forte contribuição para o PIB, são fatores que denotam a sua importância no tecido empresarial espanhol. Por este facto, justifica-se a necessidade de dirigir às PME's uma especial atenção, criando instrumentos, ferramentas e estratégias que lhes permitam combater as dificuldades do cenário económico em que se encontram desde 2008 (García e del Corte, 2011).

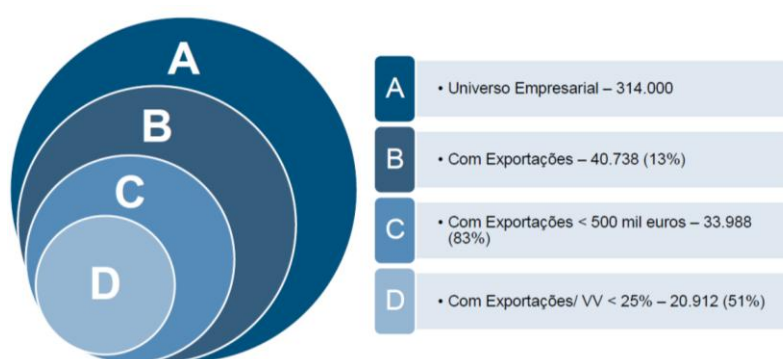
Recente estudo da Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE) aponta para a existência de 322.881 empresas em Portugal, das quais 80% (259.021) são microempresas - menos de dez trabalhadores. As pequenas empresas - com menos de 50 trabalhadores - representam 15% do total (48.000). As médias empresas - menos de 250 trabalhadores - correspondem a cerca de 5% (15.000) e as grandes empresas - com mais de 250 trabalhadores – representam 0,3% (860).

Este cenário traduz um forte motivo para as limitações à internacionalização sentidas pela maioria das empresas nacionais, nomeadamente a reduzida dimensão, que limita claramente as soluções de acesso a mercados externos. De facto, a elevada contribuição das PME na taxa de emprego, assim como o seu

contributo para o PIB, são fatores que denotam a sua importância dentro do tecido empresarial do nosso país.

No entanto, existe uma forte concentração das exportações portuguesas num número reduzido de empresas, as 100 maiores empresas exportadoras são responsáveis por quase metade do total das exportações nacionais.

FIGURA 13: Empresas exportadoras portuguesas



Fonte: AIP, Associação Industrial Portuguesa; Conferência "Lusofonia económica realizada em 19 de março de 2013;

Não obstante as dificuldades económicas e financeiras com que as empresas se defrontam, o sector exportador continua a superar as expectativas.

Para superar a atual crise e conseguir estimular a competitividade, uma solução passa por potenciar a internacionalização das empresas. Uma grande percentagem do comércio internacional das PME's concretiza-se com exportações e não com investimentos no exterior ou obtenção de parcerias, métodos de entrada mais caros e morosos (García e del Corte, 2011). Porquanto, é crucial para as empresas a procura de novos mercados, onde os efeitos da crise criam oportunidades de negócio para empresas mais competitivas do que as já instaladas, ou seja, mercados menos expostos à conjuntura internacional.

Num mundo global um dos benefícios da liberalização da circulação de capitais é a facilitação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) de países desenvolvidos ou tecnologicamente mais avançados, facto que, por si só, leva a uma aceleração dos processos de transferência de tecnologias e conhecimentos, impulsionando o

desenvolvimento económico e intelectual de países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

Como refere Moura (2009, pág.ii), *"o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é geralmente considerado como um fator que afeta o crescimento económico do país recetor, via transferência de novas tecnologias e know-how, formação da força de trabalho, integração na economia global, aumento da concorrência e desenvolvimento e reestruturação empresarial."* O autor (id.) acrescenta que o IDE é geralmente considerado, por muitas instituições internacionais, políticos e economistas, como um fator gerador de crescimento económico e também como a solução para os problemas económicos dos países em desenvolvimento. As teorias económicas sugerem que os fluxos de capital estrangeiro, quando alocados eficientemente, geram crescimento económico.

Em 2002, a OCDE afirmava que os países com economias mais frágeis consideram o IDE como a única fonte de crescimento e modernização da economia. Esta linha de pensamento leva a que muitos Estados, em particular os países em vias de desenvolvimento, proporcionem um tratamento especial ao capital estrangeiro (Carkovic e Levine, 2002). É normal existirem agências públicas cuja atividade consiste em atrair investimentos estrangeiros utilizando fundos públicos, o que demonstra que os Estados estão dispostos a suportar alguns custos para atrair esses investimentos (Ford, Rork e Elmslie, 2008). Os exemplos mais usuais de tratamento especial dado a investimentos estrangeiros são a oferta de terrenos para instalações e a concessão de benefícios fiscais e de empréstimos bonificados (Hanson, 2001).

Nesta linha de pensamento, e pegando no exemplo angolano, foi decidido pelo respetivo governo, em Dezembro de 2011, apresentar o "Programa operativo para a deslocalização de empresas para Angola". Este programa foi desenvolvido com o intuito de criar as condições necessárias para implementar um conjunto de instrumentos que viabilizariam a transferência de indústrias, empresas agropecuárias e das pescas, e serviços produtivos tecnologicamente atualizados, que se teriam tornado financeiramente inviáveis nos países de origem (Portugal, Espanha e Itália) devido à contração da procura, para a sua realocação em

Angola, ao abrigo dos benefícios deste programa.

Quanto ao governo português, foi na conferência de imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros de 23 de abril de 2013, que o Ex-Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, apresentou as linhas estratégicas do programa para o crescimento, o emprego e o fomento industrial. Esta estratégia assentaria em sete eixos principais:

- Formação e qualificação, onde se juntariam os dois grandes sectores de formação existentes em Portugal, o ensino dual e o ensino técnico-profissional.
- Financiamento: através de uma diversificação e melhoria das fontes de financiamento existentes, pelo que foi proposto o alargamento dos prazos das linhas PME Crescimento, redução dos spreads a que as empresas estariam sujeitas, criação de uma instituição financeira para redesenhar os instrumentos ao dispor das PME, nacionais e comunitários, e criação de uma linha PME Exportações, destinada a colmatar a falha de mercado na concessão de crédito para satisfazer necessidades básicas como a compra de matérias-primas.
- Consolidação empresarial: criação do programa Consolidar, dotado de um conjunto de incentivos (nomeadamente fiscais) que ajudaria as empresas a reestruturarem-se através de fusões e aquisições, tornando o tecido empresarial português mais coeso.
- Promoção do investimento e competitividade fiscal; reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para tornar o País mais atrativo ao investimento estrangeiro e criação de um programa nacional contra a burocracia que permitiria agilizar os investimentos.
- Internacionalização: criação de ferramentas de apoio à internacionalização de empresas dando maior relevância à diplomacia económica.
- Empreendedorismo e inovação: promoção do empreendedorismo e da inovação, através do programa Start Up Portugal.
- Infraestruturas logísticas: aposta na ferrovia, desenvolvimento de um plano para os portos e redução da taxa única portuária.

A realocação de recursos e estímulos para o sector produtivo da economia e um melhor equilíbrio do valor acrescentado dos sectores primário, secundário e terciário, exigem iniciativas empresariais, tanto de investimento nacional como de Investimento Direto Estrangeiro. Neste contexto, e de acordo com Catroga (2013), a criação de um clima favorável ao investimento é crucial.

Conforme foi já referido, nesta fase da globalização dos mercados e do conhecimento, onde diariamente novos desafios são impostos às empresas, importa alavancar e promover internacionalmente as vantagens territoriais comparativas. Considerando que esta competição é cada vez mais intensa, e que vai para além da verificada entre países, uma maior proximidade pode ser crucial para a adoção de políticas eficazes de apoio ao desenvolvimento empresarial e captação de investimento, de acordo com as características específicas de cada território.

Uma política de proximidade, desenvolvida por quem melhor conhece e tem a responsabilidade de gerir o território, deve ser enquadrada e compatibilizada por aqueles que são, em última instância, os interesses de Portugal e a estratégia global definida para o desenvolvimento económico nacional.

Desenvolver soluções de acolhimento empresarial, seja através da construção de Centros de Incubação, Parques Empresariais ou Parques Tecnológicos, é cada vez mais relevante no atual mercado global, onde os países e os seus municípios têm de competir a nível mundial para aliciar empresas multinacionais a optarem por se instalar no seu concelho e não no de outro qualquer país.

Por outro lado, o efeito do encerramento de empresas e o conseqüente aumento do desemprego, levou governos e autarquias a sentirem a necessidade de criação de ferramentas de apoio ao tecido empresarial instalado, bem como a criação de estímulos para a captação de Investimento Direto Estrangeiro.

Por conseguinte, a intervenção dos municípios na prossecução das políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento empresarial e à captação de investimento assume cada vez mais relevância, no sentido de tornar os territórios mais atrativos para investir. No futuro, os municípios serão menos julgados pelas

obras que realizam e mais pelo valor que acrescentarem ao território, pelos estímulos e incentivos criados às empresas e pelos índices de competitividade territorial.

Uma atitude proactiva das autarquias, enquanto agentes indutores da promoção da competitividade territorial, revela-se cada vez mais preponderante no apoio à eficiência empresarial de base local, devendo assumir, cada vez mais, um papel de agentes promotores de investimento. Por conseguinte, as autarquias deveriam passar a ser avaliadas em função do seu PIB per capita, do desenvolvimento económico e social do seu território e pelos postos de trabalho gerados.

Para um investidor que pensa global, as autarquias têm que o captar, oferecendo condições e vantagens competitivas da realidade local. O conhecimento tácito e codificado, os recursos naturais, o acesso a serviços e tecnologias avançadas, a sustentabilidade ambiental e energética das atividades, a capacidade de inovação e diferenciação dos bens e serviços e o apoio à internacionalização, são alguns dos fatores que determinam a força competitiva dos territórios e das empresas, e por conseguinte, a sua sobrevivência no mercado global.

Segundo Daniel Bessa (AMIGAIA, pág. 4, 2008), *"há cidades mais competitivas na qualidade de vida que oferecem e cidades mais competitivas nas oportunidades de emprego e de rendimento qualificado – com as primeiras a mostrarem vantagem na atração de pessoas de elevados rendimentos, e as segundas a mostrarem-se mais competitivas no poder de atração de populações mais jovens e mais qualificadas."*

Os concelhos têm que procurar atrair novas empresas, assim como estas têm de atrair novos clientes. Para isso, é essencial uma oferta adequada de infraestruturas, de acesso a equipamentos de transporte de passageiros e de mercadorias, de acesso às mais atuais redes de comunicação digital. O município de Vila Nova de Gaia procura, de acordo com as melhores práticas, ter uma oferta de zonas de acolhimento diferenciadas, procurando corresponder às diferentes necessidades das empresas suas clientes. (Daniel Bessa, AMIGAIA, pág. 4, 2008).

Na era da globalização, o papel das autarquias e respetivas estruturas municipais, porque conhecem as vantagens comparativas inerentes das particularidades e recursos locais, pode ser reforçado. Quanto mais se intensifica a globalização, maior será a necessidade de iniciativas e de políticas de proximidade, que permitam estimular e apoiar o empreendedorismo e empresas locais, integrando-as em rede e projetando-as a nível nacional e internacional (Basílio Horta, Presidente do AICEP em 2009, AMIGAIA, 2009b). *"A boa combinação do binómio global e local encontra em instituições como agências municipais de investimento elementos indispensáveis da rede em que nos devemos e estamos a organizar para garantir o equilíbrio económico e a justiça social nas nossas sociedades."* (Basílio Horta, Presidente do AICEP em 2009, AMIGAIA, pág. 7 2009b).

Na conferência de 27 de Fevereiro de 2014, realizada na Culturgest, o Presidente da Câmara Municipal de Cascais Carlos Carreiras, referiu ser defensor da "glocalização", ou seja, na aposta dos fatores diferenciadores do território para ser competitivo. O autarca salientou as boas condições geográficas do seu concelho e venceu que ter uma boa governança e salvaguardar os recursos são políticas fundamentais para qualquer líder de cidades. Na mesma conferência, o Presidente da Câmara Municipal de Águeda, Gil Nadais, referiu que o principal capital das cidades são as pessoas. São elas que criam o emprego, que são responsáveis pela necessidade de educação e de tempos livres. O autarca destacou ainda a necessidade de desburocratizar os processos dos municípios. Finalmente, o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Almeida Henriques, explicou que a mais-valia de Viseu é a qualidade de vida que oferece, a atração das pessoas para o centro histórico e a vida universitária. Deu especial ênfase ao grande número de alunos do ensino superior em Viseu, facto que influencia positivamente a dinâmica e a vida da cidade, nomeadamente no que tem que ver com a cultura e o lazer. Com um sector de comércio e serviços ativo, o município tem como desafio constante a fixação de pessoas no interior.

No capítulo seguinte será apresentado o caso concreto de Vila Nova de Gaia, onde a orientação da intervenção autárquica definiu como objetivo estratégico e prioritário da sua atuação a promoção da competitividade territorial, através de

uma política local de apoio ao investimento e ao acolhimento empresarial, da promoção do empreendedorismo e do apoio à internacionalização e financiamento de projetos.

Capítulo 4. Estudo do caso de Vila Nova de Gaia

Uma intervenção autárquica proactiva não se poderá satisfazer unicamente com as vantagens competitivas do seu território. A localização geográfica, o dinamismo demográfico, as infraestruturas, entre outros, são fatores que poderão distinguir positivamente os concelhos, no entanto, no contexto económico atual, é possível e desejável ir mais longe no apoio ao investimento. As autarquias locais, no âmbito das suas competências, deverão esgotar todas as possibilidades de atuação com vista ao fomento do investimento, à criação de riqueza e à criação do emprego. Por este facto, reveste-se de um carácter singular a criação de um conjunto diversificado de incentivos à criação e expansão de empresas e de negócios.

Assim aconteceu no Município de Vila Nova de Gaia, onde foram criadas condições, quer de base estrutural, quer de natureza social, que fomentaram na sociedade a vontade de empreender, de arriscar, de inovar e de vencer. Neste sentido, o Município desenvolveu um conjunto de meios de informação de base territorial indispensáveis a uma correta decisão quanto a uma futura localização do investimento privados. Como referiu Luís Filipe Menezes (Município de Gaia, pág. 1, 2006), *"os grandes investidores nacionais e estrangeiros já perceberam as vantagens de investir em Gaia: a população usufrui hoje de uma taxa de cobertura de infraestruturização básica a quase 100%; as acessibilidades que foram construídas permitem uma mobilidade sem paralelo nos grandes centros urbanos; os espaços verdes e de lazer são dos mais qualificados do país. É por isso que o grande e prestigiado investidor tem, em Gaia, condições para desenvolver o que ambicionamos e projetamos estrategicamente - criar riqueza e emprego."*

Um dos fatores de competitividade de um município é o seu capital humano (Vieira, 2008), ou seja, o grau de qualificação e competências dos recursos humanos que residem nesse território, complementado pelos residentes de municípios vizinhos, mas que trabalham em empresas lá sediadas. Na maioria das decisões de investidores e empreendedores, um dos critérios com maior peso

é a existência de recursos humanos qualificados, com competências científicas e tecnológicas de excelência e de jovens criativos.

Assim, com o intuito de melhor conhecer Vila Nova de Gaia, mais propriamente o território e a população residente, ou seja, os recursos físicos e humanos que dispõe, torna-se essencial a realização de uma análise do município compreendendo as seguintes dimensões:

- Caracterização geográfica;
- Caracterização demográfica;
- Caracterização do capital humano dos residentes;
- Análise das atividades económicas;

Para o efeito será efetuado uma análise comparativa aos valores apurados pelos Censos 2001 e 2011, com a respetiva estimativa anual da população, calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos. Todos os valores são da responsabilidade do INE e encontram-se publicados no PORDATA.

4.1 Introdução

Foram vários os fatores que me levaram a escolher o concelho de Vila Nova de Gaia como caso de estudo, desde logo aqueles que me permitiram adquirir o capital de conhecimento necessário para a elaboração da presente dissertação do Mestrado em Administração e Gestão Pública. Saliento, a nível pessoal, o facto de residir neste município desde 1988 e, a nível profissional, ter sido diretor geral da AMIgaia, EEM em 2010 e 2011, e ser diretor geral da INOVAGAIA desde 2009 até à presente data.

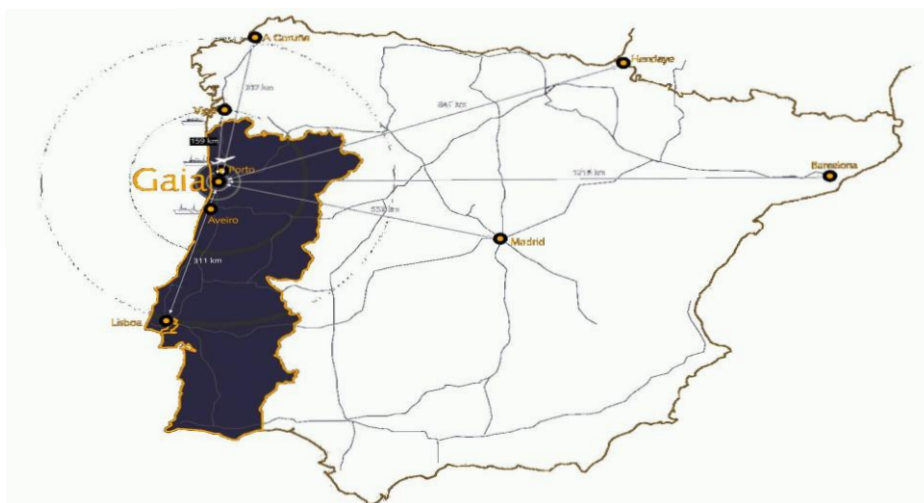
O tratamento da literatura e informação recolhida sobre o território permite uma observação da evolução da experiência das políticas públicas locais e seu impacto no desenvolvimento de Vila Nova de Gaia, nomeadamente na criação e manutenção de emprego, na captação de investimento e no apoio ao tecido empresarial.

4.2 Caracterização geográfica do concelho de V. N. Gaia

Enquadrada na Área Metropolitana do Porto, Vila Nova de Gaia ocupa uma área aproximada de 168 quilómetros quadrados, estando integrada na Região do Norte (NUTSII) e no Grande Porto (NUTSIII). Os seus limites geográficos compreendem, a Norte, os municípios de Gondomar e Porto, a Este, o município de Gondomar, a Sul, os municípios de Espinho e Santa Maria da Feira e, a Oeste, o Oceano Atlântico. Beneficiando de uma localização geográfica considerada estratégica, Vila Nova de Gaia pode ocupar o lugar de porta do Atlântico e ser a centralidade do Noroeste Peninsular, que movimenta por si só um universo de 4 milhões de habitantes, entre a Corunha e a cidade de Coimbra.

Atualmente, cerca de 60% da população portuguesa vive em meios urbanos, prevendo-se que em 2015, 8 em cada 10 portugueses sigam o mesmo caminho. Sendo Vila Nova de Gaia um importante meio urbano, tem de estar atenta a este forte crescimento do fluxo de população que, por efeito, desperta o interesse de muitas empresas, nomeadamente pelo aumento da quantidade de recursos humanos disponíveis, mas também pelas infraestruturas de apoio e meios logísticos que estes movimentos populacionais originam.

FIGURA 14: Enquadramento de Vila Nova de Gaia na Península Ibérica

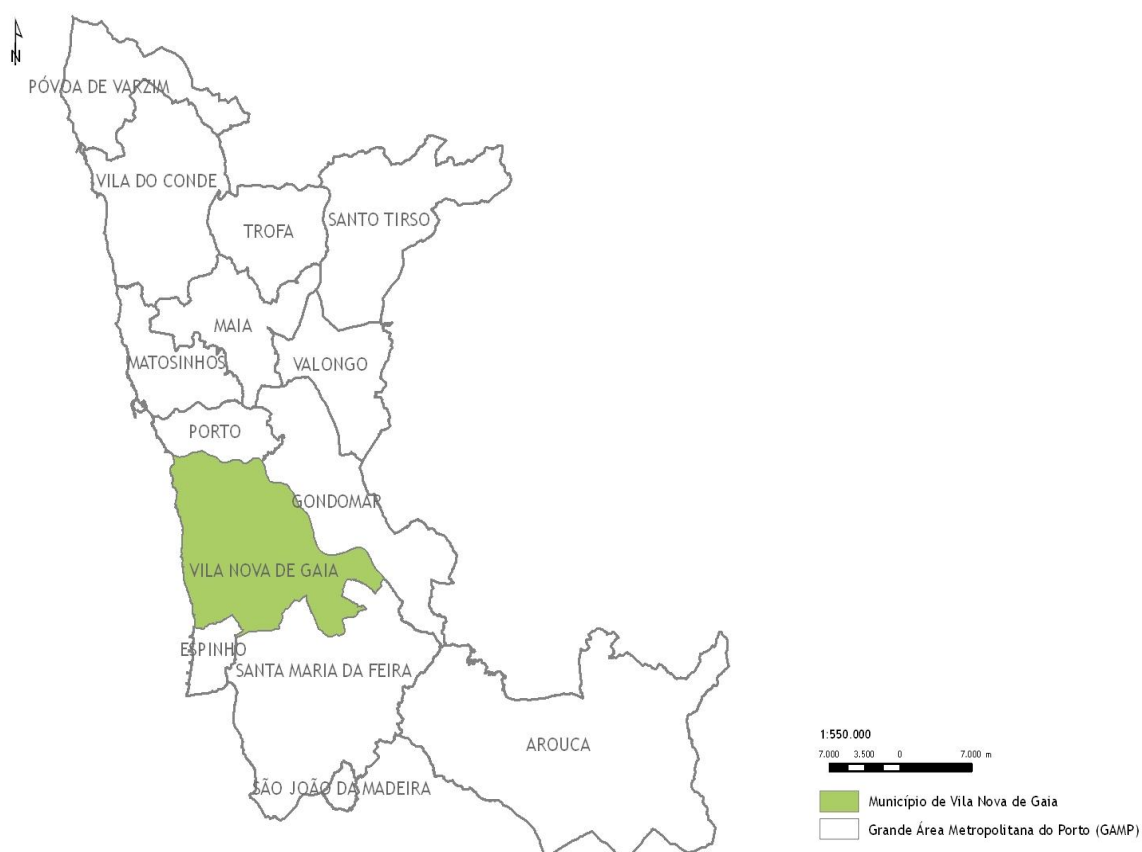


Fonte: AMIgaia, EEM

Vila Nova de Gaia foi um dos nove municípios que fundaram a Área Metropolitana do Porto (AMP), atualmente alargada para dezasseis - Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia - e designada por Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP).

A Grande Área Metropolitana do Porto resulta de parcerias entre diferentes agentes municipais, conjugando esforços para reforçar as suas capacidades organizacionais com o objetivo de, entre outros, captar a inovação, atrair novas atividades económicas e potenciar o dinamismo da sociedade civil.

FIGURA 15: Localização do município de Vila Nova de Gaia na GAMP



Fonte: IGEOE/INE (2008) “Carta Administrativa Oficial de Portugal”

4.3 Caracterização demográfica do concelho de V. N. Gaia

Vila Nova de Gaia é o município com mais população do Norte de Portugal e o terceiro mais populoso do país. Os seus 302.986 habitantes representam cerca de 24% da população do Grande Porto e 3% da população nacional.

QUADRO 6: Evolução da população (2001-2011)

	Superfície em km ²		População residente		Jovens (%) menos de 15 anos		População em idade ativa (%) 15 aos 64 anos		Idosos (%) 65 e mais anos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	92 152	92 212	10 362 722	10 557 560	16,2	15,0	67,3	66,1	16,5	18,9
Grande Porto	815	815	1 261 864	1 287 256	16,5	14,9	70,3	68,6	13,2	16,5
Vila Nova de Gaia	169	169	289 354	302 986	17,3	15,5	70,8	69,4	12,0	15,1

Fonte: PORDATA

Uma análise à evolução verificada na população total entre 2001 e 2011 permite aferir que o município de Vila Nova de Gaia registou uma taxa de crescimento de 4,7%, valor bastante superior ao verificado ao nível do Grande Porto (2,0%) e de Portugal (1,9%). Este crescimento da população total do concelho correspondente a um crescimento de 13.632 pessoas. No mesmo período, a estrutura etária da população do concelho sofreu uma alteração, com a percentagem da população jovem e em idade ativa a decrescer, em detrimento da população mais idosa. Daqui poderemos concluir que, à semelhança da evolução de Portugal e do Grande Porto, a população de V. N. de Gaia envelheceu no período em análise.

4.4 Caracterização do capital humano dos residentes;

Um fator relevante para a caracterização do capital humano de um concelho é a percentagem da população com habilitações no grau de instrução do ensino superior. Nos quadros seguintes, apresenta-se a distribuição da população do

concelho de Vila Nova de Gaia, Grande Porto e Portugal por grau de instrução, em valor absoluto e em percentagem.

QUADRO 7: População com 15 e mais anos por nível de escolaridade

	Sem nível de escolaridade		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo		Básico 3º ciclo		Secundário		Médio		Superior	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	1 568 250	934 129	2 625 865	2 444 206	1 203 798	1 152 362	1 417 095	1 714 586	1 159 830	1 411 801	66 965	88 023	657 712	1 244 742
Grande Porto	129 802	79 759	324 555	295 956	142 766	142 709	184 070	207 014	163 173	176 146	10 129	11 276	100 409	182 739
Vila Nova de Gaia	30 098	18 851	75 298	70 853	32 661	33 970	43 593	49 801	36 461	41 476	1 952	2 752	19 464	37 951

Fonte: PORDATA

QUADRO 8: População com 15 e mais anos por nível de escolaridade (%)

	Sem nível de escolaridade		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo		Básico 3º ciclo		Secundário		Médio		Superior	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	18,0	10,4	30,2	27,2	13,8	12,8	16,3	19,1	13,3	15,7	0,8	1,0	7,6	13,8
Grande Porto	12,3	7,3	30,8	27,0	13,5	13,0	17,4	18,9	15,5	16,1	1,0	1,0	9,5	16,7
Vila Nova de Gaia	12,6	7,4	31,4	27,7	13,6	13,3	18,2	19,5	15,2	16,2	0,8	1,1	8,1	14,8

Fonte: PORDATA

Em 2011, no município de Vila Nova de Gaia, cerca de 28% da população, 70.853 habitantes, possuíam como qualificação académica o grau do 1º ciclo do ensino básico, predominância também verificada no Grande Porto e em Portugal. Por sua vez, é o 3.º Ciclo a segunda qualificação com maior expressão no município de Vila Nova de Gaia com cerca de 50.000 habitantes, correspondendo a 19,5% do total, em tudo semelhante aos valores registados no Grande Porto e em Portugal.

O número de habitantes abrangidos pela classe “Sem nível de escolaridade” possui pouca representatividade, cerca de 7,4%, correspondendo a 30.098 habitantes. Este valor encontra-se ao nível do Grande Porto, mas é inferior à média nacional. Verifica-se que a população residente sem nível de qualificação diminuiu, de 2001 para 2011, cerca de 5,2% em V. N. Gaia, acompanhando a trajetória do grande Porto, 5% e de Portugal, 7,6%.

Em contrapartida, a população do concelho com ensino secundário e superior sofreu um aumento no período em análise, situando-se em 16,2% e 14,8% respetivamente. Podemos ainda observar que a população de Vila Nova de Gaia, qualificada com o ensino superior cresceu 18.487 habitantes no período compreendido entre 2001 e 2011. De salientar que o crescimento verificado neste concelho foi superior ao verificado no grande Porto e a nível nacional.

Concluindo, a formação académica predominante no município de Vila Nova de Gaia reflete-se nos graus académicos do 1º e 3.º ciclo, verificando-se no entanto um acréscimo nos graus académicos superiores. O Censos de 2011 reflete a baixa formação da população de Vila Nova de Gaia, onde 67,9% tem habilitações até ao 3º ciclo escolar. Este registo é, ainda assim, melhor do que a média nacional e do Grande Porto.

4.5 Análise das atividades económicas

As taxas de atividade, emprego e desemprego, indicadas na tabela seguinte, são de extrema relevância para conhecer as dinâmicas económicas a nível territorial. A taxa de atividade em Portugal foi, em 2011, de 55,9%, valor inferior ao do Grande Porto (58,1%). No município de Vila Nova de Gaia a taxa de atividade foi, no ano em referência, de 59,7%, superior à média nacional.

QUADRO 9: Taxa de Desemprego, Emprego e de Atividade Económica

	População Ativa		Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego segundo Censos (%)		Taxa de emprego segundo Censos (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	4 990 208	5 023 367	57,4	55,9	6,8	13,2	53,5	48,5
Grande Porto	647 391	636 738	61,4	58,1	8,0	16,4	56,5	48,6
Vila Nova de Gaia	152 439	152 560	63,9	59,7	8,1	17,9	58,5	49,0

Fonte: PORDATA

O aumento da população total verificado de 2001 para 2011, provocou um ligeiro aumento da população ativa no concelho de V. N. de Gaia e conseqüentemente

da mão-de-obra disponível. Neste município, 69% da população encontrava-se em idade ativa, indivíduos com idades compreendidas entre 15 e 64 anos.

Por sua vez, a taxa de emprego registada em Vila Nova de Gaia no final de 2011 (49,0%) foi ligeiramente superior à média do Grande Porto (48,6%) e de Portugal (48,5%). No entanto, de 2001 para 2011, a procura de trabalho pelas empresas não acompanhou a evolução da população ativa, havendo inclusivamente um decréscimo da taxa de emprego em 9,5% e um aumento da taxa de desemprego para 17,9%.

Contrariamente aos indicadores de emprego e atividade, a taxa de desemprego do município de Vila Nova de Gaia, 17,9%, foi superior à média nacional (13,2%) e do Grande Porto (16,4%), reforçando a necessidade do desenvolvimento de atividades empreendedoras e dinamizadoras da atividade económica. Segundo Luís Filipe Menezes (Município de Gaia, 2006, pág. 1), *"só há uma maneira de combater o desemprego e fomentar o emprego: criar riqueza. A criação de riqueza gera desenvolvimento, cria postos de trabalho e promove a qualidade de vida. E a riqueza só se cria com investimento público e privado."*

Sobre os números do desemprego em Vila Nova de Gaia, Luís Filipe Menezes, Presidente da edilidade na época, considerou, no Diário de Notícias em 22 de fevereiro de 2012, ser uma taxa elevada. No entanto, apresentou um estudo elaborado em 30 de Janeiro de 2012 pelo IPOM (Instituto de Pesquisa de Opinião de Mercado), onde é referido que 51% do desemprego de Vila Nova de Gaia foi gerado fora do território municipal, o que significa que este terá sido um dos poucos municípios do país onde, nos últimos dez anos, haverá um grande equilíbrio entre os empregos destruídos e empregos gerados. Concluiu referindo que o desemprego desencadeado pelas empresas residentes no concelho teria sido de 7%.

A análise do quadro seguinte permite observar o elevado peso do sector terciário nas atividades económicas, a diferentes escalas. Ao nível de Portugal o sector terciário representava 70,5% da população empregada em 2011 e 74,8% no Grande Porto. Já em Vila Nova de Gaia este mesmo sector representava, em 2001, 60,2% população empregada, tendo registado um aumento para 73,7 % em

2011. Esta alteração esteve em linha com os aumentos verificados a nível regional e nacional no que ao peso de setor terciário diz respeito. Em sentido oposto, os sectores primário e secundário viram o seu peso diminuído nesta década.

QUADRO 10: População empregada total e por sector de atividade

	Sectores de actividade económica								Sectores de actividade económica (%)					
	Total		Primário		Secundário		Terciário		Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	4 650 947	4 361 187	231 646	133 386	1 632 638	1 154 709	2 786 663	3 073 092	5,0	3,1	35,1	26,5	59,9	70,5
Grande Porto	595 529	532 190	9 842	6 966	209 904	127 341	375 783	397 883	1,7	1,3	35,2	23,9	63,1	74,8
Vila Nova de Gaia	140 081	125 214	1 034	556	54 656	32 332	84 391	92 326	0,7	0,4	39,0	25,8	60,2	73,7

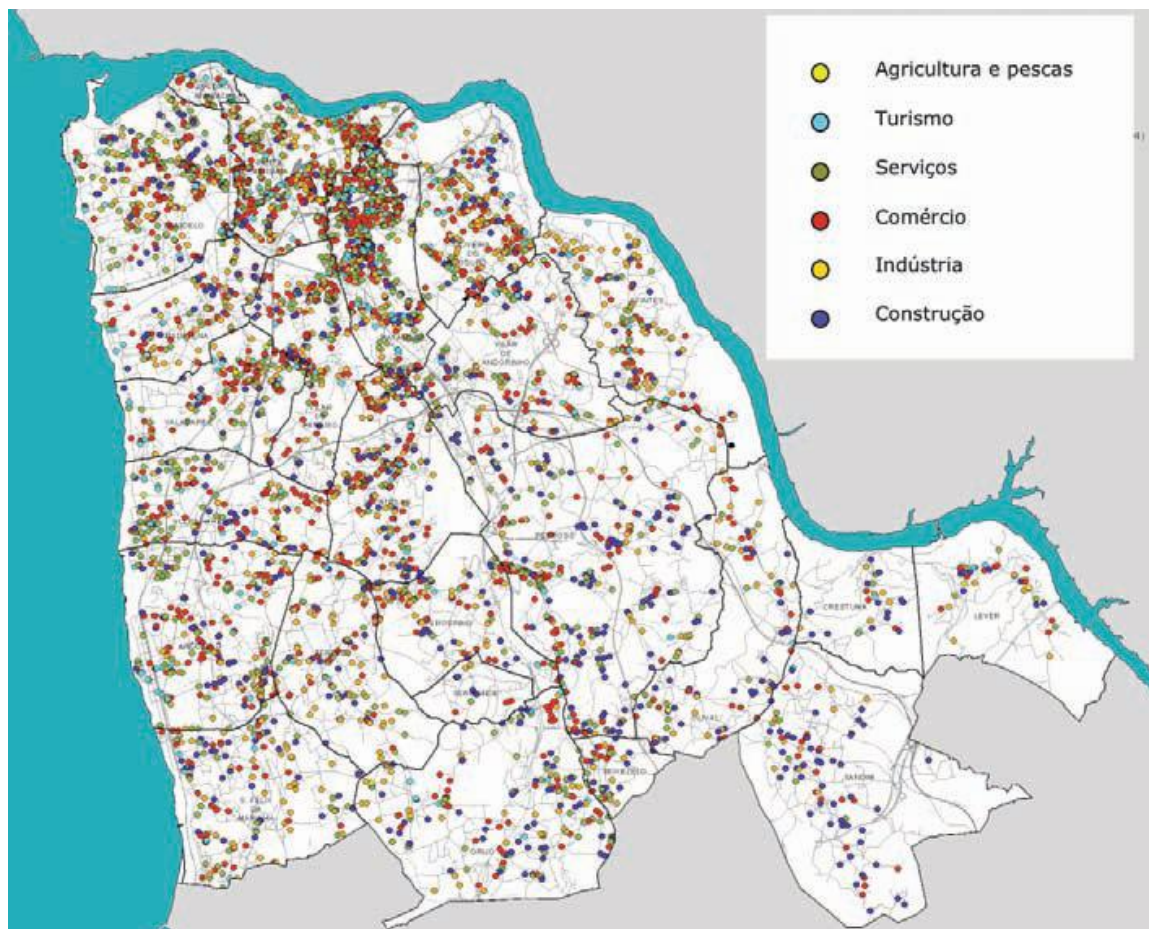
Fonte: PORDATA

De salientar a alteração na oferta de emprego, registando uma redução de postos de trabalho nos sectores primário e secundário e um aumento no sector terciário, facto que se fica a dever à desindustrialização verificada um pouco por todo o país. Como referiu Luís Mira Amaral na conferência organizada em 24 de fevereiro pela Associação Portuguesa de Management, Desafios da Reindustrialização de Portugal, " É preciso perceber que a Europa envelheceu, acomodou-se a potência do Life-style e tem perdido empregos industriais para outros continentes. Quando se perceber que é nos empregos industriais que se gera o maior valor acrescentado e que os serviços estão intimamente ligados à atividade industrial, percebe-se que a desindustrialização europeia é uma causa do seu impasse económico."

Ainda assim, Vila Nova de Gaia detinha em 2011 um elevado número de pessoas ao serviço do setor secundário, 32.332 indivíduos. O sector primário representava em 2011 aproximadamente 0,4% da população empregada, muito abaixo dos 25,8% do sector secundário e dos 73,7% do sector terciário. Comparativamente com o Grande Porto, e tal como se verificou na análise anterior relativamente a outros indicadores, o município de Vila Nova de Gaia apresenta uma evolução semelhante nos sectores secundário e terciário. No entanto, no que ao sector

primário diz respeito, Vila Nova de Gaia regista um valor inferior à média nacional (3,1%) e à média do Grande Porto (1,3%).

FIGURA 16: Distribuição das atividades económicas em Vila Nova de Gaia



Fonte: Relatório das Atividades Económicas - Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia

O comércio tem um peso considerável na atividade económica do concelho e apresenta a maior concentração nas imediações do eixo principal do município, a Avenida da República. Por outro lado, os centros comerciais assumem grande importância entre as atividades comerciais, sendo de destacar a existência de dois polos de atração de elevada atividade comercial (GAIURB, 2008).

O relatório sobre a evolução das atividades económicas elaborado no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Gaia revela que os produtos metálicos são o ramo industrial mais representativo na indústria do

concelho (18%), do ponto de vista do número de empresas, sendo seguido pelo fabrico de mobiliário (15%) e pelas indústrias alimentares e de bebidas (12%). A atividade empresarial em Vila Nova de Gaia é ainda caracterizada como bastante diversificada, visto que 45% das empresas instaladas encontram-se disseminadas por 41 tipos de atividades económicas diferentes (GAIURB, 2008).

As empresas instaladas no concelho são caracterizadas pela sua reduzida dimensão. Segundo o Plano Diretor Municipal, (GAIURB, 2008) 72% das empresas empregam menos de 250 trabalhadores, dos quais cerca de 80% têm menos de 10 pessoas ao serviço. Apenas 1% das empresas do concelho empregam mais de 250 trabalhadores. Ao nível da estrutura social, cerca de 50% das empresas apresentam um capital social inferior a 5.000€ e 71% até 25.000€. As empresas com capital social superior a 500.000€ representam apenas 3% do total, o que confirma a reduzida dimensão das empresas instaladas.

O mesmo relatório realça o facto de o tecido industrial de Vila Nova de Gaia ser predominantemente constituído por pequenas e médias empresas, na medida em que cerca de dois terços das unidades têm menos de 20 trabalhadores e pelo menos 70 % faturam até 1,5 milhões de euros.

A difusão dos estabelecimentos pelo território do concelho constitui, naturalmente, uma fonte de preocupação. A maioria das indústrias está localizada fora das zonas industriais devido ao seu estado de saturação. Também o elevado dinamismo demográfico e a atratividade evidenciada relativamente à fixação de novas atividades económicas, representam desafios acrescidos no plano do ordenamento das atividades empresariais.

Seguidamente são apresentadas aquelas que em 2011 eram as 50 maiores empresas do concelho de Vila Nova de Gaia, organizadas por volume de negócios, em sentido decrescente.

QUADRO 11: Maiores empresas de V. N. Gaia (por vol. negócios)

Nome	Área de atividade
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Comércio de veículos automóveis ligeiros
BA VIDRO, S.A.	Fabricação de vidro de embalagem
CAETANO - AUTO, S.A.	Comércio de veículos automóveis ligeiros
CAETANO - BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Comércio de veículos automóveis ligeiros
CABELTE - CABOS ELÉCTRICOS E TELEFÓNICOS, S.A.	Fabricação de outros fios e cabos eléctricos e electrónicos
CENTRO HOSPITALAR DE VILA NOVA DE GAIA/ESPINHO, E.P.E.	Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento
SOGRAPE VINHOS, S.A.	Produção de vinhos comuns e licorosos
CONSTANTINO FERNANDES OLIVEIRA & FILHOS, S.A.	Valorização de resíduos metálicos
GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA	Comércio por grosso de produtos petrolíferos
SYMINGTON - FAMILY ESTATES, VINHOS, LDA	Produção de vinhos comuns e licorosos
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA	Comércio de veículos automóveis ligeiros
SYMINGTON - VINHOS, S.A.	Produção de vinhos comuns e licorosos
COTESI - COMPANHIA DE TÊXTEIS SINTÉTICOS, S.A.	Fabricação de cordoaria
QUINTA AND VINEYARD BOTTLERS - VINHOS, S.A.	Produção de vinhos comuns e licorosos
N.D. (PORTUGAL) TRANSPORTES, LDA	Transportes rodoviários de mercadorias
PETROVAZ - REVENDA COMBUSTÍVEIS A GRANEL, LDA	Comércio por grosso de produtos petrolíferos
SOGRAPE - DISTRIBUIÇÃO, S.A.	Comércio por grosso de bebidas alcoólicas
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	Fabricação de veículos automóveis
ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA, EEM	Distribuição de água
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	Comércio de veículos automóveis ligeiros
CAETANO MOTORS, S.A.	Comércio de veículos automóveis ligeiros
PORTIS - HÓTEIS PORTUGUESES, S.A.	Hotéis com restaurante
GROZ - BECKERT PORTUGUESA, LDA	Fabricação de máquinas para as indústrias têxtil, do vestuário e do couro
HOSPITAL DA ARRÁBIDA - GAIA, S.A.	Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento
ALERT LIFE SCIENCES COMPUTING, S.A.	Edição de outros programas informáticos
CENTRAL DEBORLA - COMÉRCIO DE UTILIDADES, S.A.	Outro comércio por grosso de bens de consumo, n.e.
TORRES & VAZ, LDA	Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados
SAINT-GOBAIN AUTOVER PORTUGAL - COMÉRCIO DE VIDRO AUTOMÓVEL, S.A.	Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis
ANTERO & CA., S.A.	Comércio por grosso de minérios e de metais
CAETANO FÓRMULA, S.A.	Comércio de veículos automóveis ligeiros
BARBOT - INDÚSTRIA DE TINTAS, S.A.	Fabricação de tintas (excepto impressão), vernizes, masticos e produtos similares
SOGEVINUS FINE WINES, S.A.	Produção de vinhos comuns e licorosos
GRAN CRUZ PORTO - SOCIEDADE COMERCIAL DE VINHOS, LDA	Produção de vinhos comuns e licorosos
AUGUSTO GUIMARÃES & IRMÃO, LDA	Comércio por grosso de produtos químicos
AMCOR FLEXIBLES PORTUGAL, LDA	Fabricação de outras embalagens de papel e de cartão
TEGOPI - INDÚSTRIA METALOMECÂNICA, S.A.	Fabricação de estruturas de construções metálicas
GRAPHICSLIDERPACKAGING - ARTES GRÁFICAS, S.A.	Fabricação de outras embalagens de papel e de cartão
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	Comércio de veículos automóveis ligeiros
COMPANHIA UNIÃO DOS VINHOS DO PORTO E MADEIRA, LDA	Produção de vinhos comuns e licorosos
SUN CHEMICAL PORTUGAL - TINTAS GRÁFICAS, UNIPessoal, LDA	Fabricação de tintas de impressão
JAYME DA COSTA, MECÂNICA E ELECTRICIDADE, S.A.	Instalação eléctrica
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	Comércio de outros veículos automóveis
GE POWER CONTROLS PORTUGAL - UNIPessoal, LDA	Fabricação de material de distribuição e controlo para instalações eléctricas de baixa tensão
COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO, S.A.	Viticultura
SUNVIAUTO - INDÚSTRIA DE COMPONENTES DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis
TRACAR - TRANSPORTES DE CARGA E COMÉRCIO, S.A.	Transportes rodoviários de mercadorias
ARCEN - ENGENHARIA, S.A.	Fabricação de máquinas para as indústrias de materiais de construção, cerâmica e vidro
ARA SHOES PORTUGUESA - FÁBRICA DE CALÇADO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA	Fabricação de calçado

Fonte: elaboração própria

Da observação deste quadro importa salientar que a produção de vinhos comuns e licorosos, exercida em Vila Nova de Gaia, tem um forte peso na economia do concelho, assumindo também um grande relevo a nível nacional, justificada fundamentalmente pela localização, neste concelho, das caves de Vinho do Porto. De realçar ainda o sector do comércio de veículos automóveis e respetivos componentes, justificado essencialmente pela instalação em Vila Nova de Gaia da unidade de produção e montagem da Salvador Caetano e suas participadas.

4.6 Estratégia municipal

Perante o estudo prévio efetuado, o município de Vila Nova de Gaia estabeleceu como um dos objetivos base para o seu desenvolvimento, a valorização do capital humano pelo que, pensando nas gerações futuras, considerou fundamental a criação de condições para o estabelecimento do seu bem-estar, em matéria social, económica, profissional e educacional.

A caracterização de Vila Nova de Gaia, nas vertentes anteriormente desenvolvidas, permite a definição do concelho como dotado de uma boa localização geográfica e com a dimensão territorial que permite o desenvolvimento de iniciativas para a captação de investimento com vista à instalação de unidades empresariais. O território permite ainda fazer face à elevada difusão dos estabelecimentos empresariais, realocando-os em zonas industriais existentes ou a construir. Com cerca de 28.000 organizações instaladas em 2011, a atividade empresarial em Vila Nova de Gaia é caracterizada como bastante diversificada, constituída por empresas de reduzida dimensão e com um elevado peso do sector terciário. A taxa de atividade económica em 2011 foi de 59,7%, superior à média nacional.

Este município é ainda dotado de grande disponibilidade de recursos humanos, sendo o terceiro município com mais população de Portugal. O aumento da população tem fundamentalmente a ver com a deslocalização de outros territórios nacionais. Estes movimentos populacionais levaram a um aumento da população ativa neste Concelho (152.560 indivíduos em 2011). Pese embora a taxa de

emprego do município de Vila Nova de Gaia em 2011 (49,0%) tivesse sido superior à média do Grande Porto (48,6%) e de Portugal (48,5%), a taxa de desemprego foi superior à média nacional.

No que respeita à caracterização do capital humano, a população do concelho com ensino superior sofreu nesta última década um aumento superior ao comparativo nacional, situando-se em cerca de 15%. Daqui se conclui que a população de V. N. Gaia aumentou os seus índices de qualificação, nomeadamente ao nível do ensino superior.

Este diagnóstico permitiu conhecer melhor o concelho de Vila Nova de Gaia e concluir como sendo um território com recursos físicos e humanos propícios para o investimento e acolhimento de empresas.

Esta conclusão levou o poder local a desenhar uma estratégia global, com o intuito de conquistar novas metas de bem-estar e progresso, definindo como prioritário a construção de novas e modernas vias estruturantes de ligação aos principais eixos rodoviários e a requalificação do edificado, componentes essenciais para um desenvolvimento sustentado. Vila Nova de Gaia é atravessada pelas principais rodovias nacionais e está situada a poucos minutos do aeroporto Francisco Sá Carneiro, do porto marítimo de Douro-Leixões e da linha férrea do norte, pelo que haveria que criar ligações secundárias a estas infraestruturas, essenciais para o tecido empresarial. Como referiu Luís Filipe Menezes (Gaia, 2011, pág. 7), *"Era necessário dotar o concelho de infraestruturas que possibilitassem o desenvolvimento"*. O trabalho inicial teria que passar pela criação de condições de perenidade para os munícipes, que iriam desde a rede viária e as redes de saneamento à construção de empreendimentos sociais, equipamentos desportivos e de lazer. Seguidamente seria necessária uma requalificação de toda a orla marítima e fluvial com vista a melhorar a qualidade de vida e permitir uma nova abordagem ao negócio do vinho do Porto e do turismo na zona histórica. Por fim, viria a atração de novos investimentos. O objetivo último desta estratégia era a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar e o reforço dos laços essenciais desta comunidade (Câmara Municipal de Gaia, 2011).

Como se verifica no quadro 11, este concelho concentrava em 2011 o maior número de empresas do sector industrial da região, o que fazia de V. N. Gaia um dos principais centros industriais do País, com mais de 28.000 empresas.

QUADRO 12: Empresas existentes, constituídas e dissolvidas (2001-2011)

	Empresas		Sociedades constituídas		Sociedades dissolvidas	
	Total		Total		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal		1 112 000	45 290	31 987	6 858	32 473
Grande Porto		140 473	5 824	4 702	1 038	4 302
Vila Nova de Gaia		28 897	1 150	945	165	780

Fonte: PORDATA

Em 2011, Vila Nova de Gaia acolhia 3% das empresas nacionais e 21% das empresas do Grande Porto, números que demonstram a relevância deste concelho a nível empresarial para o todo nacional.

Depois de concluídos os investimento necessários para o cumprimento dos objetivos de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e reestruturação das infraestruturas do território, nomeadamente as acessibilidades, a rede de parques urbanos, os espaços comerciais modernos e as novas áreas de lazer, a edilidade deveria canalizar as suas prioridades para o desenvolvimento económico.

Como referiu Marco António Costa na London School of Economics em abril de 2007, *"a aposta será transformar a zona histórica da cidade, em 6 anos, na capital do lazer e de qualidade do noroeste peninsular, sendo o bairro residencial de referência da Área Metropolitana do Porto"*. Referiu ainda que V. N. Gaia estava vocacionada para o investimento no comércio e serviços, nomeadamente no turismo de elevada qualidade. A estratégia visava atrair jovens quadros e sectores liderantes do universo intelectual e artístico de toda a região. Por outro lado, haveria que criar condições para atrair, igualmente, um mercado europeu que hoje investe numa segunda habitação, em locais patrimonialmente valorizáveis do ponto de vista histórico e cultural. Terminou referindo que V. N. de Gaia pretendia

oferecer interessantes oportunidades de investimento nos seus modernos parques empresariais e na sua orla marítima, nomeadamente na envolvimento do maior porto de embarcações de recreio, a Marina do Douro, cuja construção estava a iniciar.

O desenvolvimento de políticas públicas de apoio ao tecido empresarial existente e a criação de polos empresariais, estrategicamente localizados, portadores de dinâmicas de difusão espacial com impactos significativos à escala regional, constituiria, deste modo, uma prioridade e um fator catalisador de formas mais estruturadas da organização do território. Este diagnóstico de necessidades levou o município de Vila Nova de Gaia a criar a primeira agência municipal de investimento, no formato de empresa municipal, focada nos seguintes objetivos:

- Promoção do espírito empresarial;
- Apoio ao tecido empresarial existente;
- Acolhimento empresarial;
- Desenvolvimento do ambiente empresarial;
- Captação de investimento;
- Apoio à internacionalização das empresas.

Capítulo 5. AMIgaia, agência municipal de investimento

O processo de globalização das atividades económicas colocou na agenda autárquica o domínio interventivo do apoio ao investimento empresarial, inserido numa rede de dinâmicas na qual se movimentam os investidores, as associações, as instituições de conhecimento e investigação, a administração pública e o governo.

É frequentemente apontado que o desenvolvimento de qualquer projeto empresarial destinado à criação sustentada de riqueza terá, no contexto económico atual, de compreender três polos dinamicamente interligados: a inovação, a tecnologia e o território. A relação por vezes complexa entre a ideia, a tecnologia e o mercado, implica a existência de bases institucionais operantes, dando relevância acrescida ao papel das autarquias como agentes indutores de ambição, de facilitação, de celeridade de processos e projetos. Este foi o entendimento do município de Vila Nova de Gaia e que levou ao surgimento da necessidade de criação de uma estrutura municipal, especializada na promoção territorial, captação de investimento e apoio ao tecido empresarial concelhio.

Foi neste contexto estratégico que, em abril de 2006, foi apresentada por Luís Filipe Menezes e Marco António Costa, Presidente e Vice-Presidente da edilidade à época, a intenção de criação da Agência Municipal para a Promoção do Investimento em Vila Nova de Gaia. Esta estrutura municipal teria três grandes objetivos estratégicos: o apoio à inovação tecnológica, o fomento da modernização e expansão do tecido económico local e o estímulo da relação amigável entre o investimento empresarial e o meio ambiente (Município de Gaia, pág. 4, 2006). Para o edil de Vila Nova de Gaia, a criação da Agência Municipal estaria enquadrada com os vetores estratégicos delineados para o município: qualidade de vida, coesão social e captação pró-ativa de investimento. Inaugurada em janeiro de 2007, a AMIgaia foi a primeira Agência Municipal de Investimento em Portugal vocacionada e qualificada para apoiar o tecido económico concelhio. Nos seus estatutos foi definido a forma jurídica de entidade

empresarial de natureza municipal, nos termos do disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, com o seguinte objeto social:

A empresa tem por objeto social a promoção e o desenvolvimento de políticas locais estruturantes de apoio ao investimento e à atividade económica no concelho de Vila Nova de Gaia, designadamente mediante:

- a) O fomento e acolhimento de novos projetos empresariais, que contribuam para a diversificação do tecido empresarial local, nomeadamente em atividades de elevado valor acrescentado;*
- b) O apoio à internacionalização das empresas locais, com impacto nas vertentes de promoção das exportações e captação de investimento relevante para o desenvolvimento sustentado do concelho;*
- c) A gestão e construção de novas áreas de acolhimento empresarial que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados, para a implantação física de investimentos, que pelas suas características e mérito possam contribuir para o fortalecimento da cadeia de valor do concelho e da região, através do desenvolvimento de atividades inovadoras em determinados sectores ou mercados, que potenciem a criação de emprego estável e qualificado;*
- d) A promoção de parcerias estratégicas com agentes económicos públicos e privados de relevante interesse para o tecido económico que possam contribuir para o reforço da coesão económica e social local.*

Para além do objeto atrás referido, é missão da AMIgaia aumentar a notoriedade do tecido empresarial local, através do desenvolvimento de um ambiente favorável à competitividade empresarial e à dinamização de investimento estruturante.

Na prossecução do seu objeto e da sua missão, a AMIgaia atuará como interface na captação de investimento e pautará a sua atividade pela procura de eficácia,

de celeridade e de simplificação de procedimentos. Acessoriamente poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto.

A estrutura de recursos humanos adotada era composta por um conselho de administração no qual se reuniram a nível local 2 administradores, já com funções no universo municipal e o Presidente, António Martins da Cruz, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e com uma vasta experiência como Embaixador. A estrutura completava-se com uma equipa técnica constituída por um diretor geral, uma técnica superior em comunicação, uma técnica oficial de contas e uma técnica administrativa.

A Agência Municipal de Investimento de Vila Nova de Gaia (AMlgaia) surgiu com a ambição de trabalhar o seu território de intervenção, tornando-o progressivamente mais propício à geração e desenvolvimento de oportunidades de futuro, apoiar e impulsionar o desenvolvimento do tecido empresarial local e, conseqüentemente, melhorar os níveis de empregabilidade e qualidade de vida.

A AMlgaia, EEM teve desde logo na sua génese como objetivo primordial o desenvolvimento de ferramentas para a dinamização da atividade económica no município de Vila Nova de Gaia. Assumiu-se como um instrumento de melhoria da eficácia da política autárquica visando a modernização do tecido económico local, a captação de investimento, o apoio à internacionalização, a promoção do emprego e da qualificação profissional.

"A AMlgaia, EEM foi criada como instrumento estratégico do município para, por um lado, promover as suas vantagens competitivas e, por outro lado, dinamizar as condições de base infraestrutural para o acolhimento empresarial. Neste domínio, a AMlgaia tem tido um papel crucial face ao seu curto período de vida. O Parque Empresarial de São Félix da Marinha, projeto que a AMlgaia desenvolveu e concluiu e o Centro de Incubação que é já uma realidade." António Martins da Cruz em entrevista ao Jornal Audiência de 5 de Novembro de 2008.

Inserida num território com uma forte implantação empresarial, tinha ainda como desafio dar resposta às necessidades existentes e fazer chegar as oportunidades às empresas situadas no concelho, criando mecanismos de facilitação e difusão da informação, eliminando obstáculos, gerando celeridade nos processos e

oportunidades. Com este propósito, foi desenvolvido, em parceria com o pelouro do desenvolvimento económico da câmara municipal de V. N. Gaia, o “Plano Municipal de Apoio ao Acolhimento Empresarial”, que integrava um conjunto de medidas concretas de apoio ao investidor e de incentivo à atividade empresarial:

- Redução de taxas e criação de benefícios fiscais nos impostos cuja receita o município tivesse direito;
- Agilização de procedimentos na apreciação de processos;
- Realização de obras de infraestruturaração;
- Prestação de serviços de apoio e acompanhamento de projetos de investimento, nomeadamente resultantes de inovação e que incluíssem o capital de risco e a garantia mútua.

Para a realização de uma política autárquica pró-ativa de apoio ao investimento, uma das áreas nucleares teria que passar pela informação de base territorial sobre a qual deveriam assentar os projetos e iniciativas empresariais. O conhecimento prévio do terreno, das acessibilidades e do território como um todo é decisivo para a opção e para a decisão do investidor. *"O Município, através da sua agência de promoção de investimentos, a AMIgaia, está permanentemente disponível para acompanhar e orientar todos os investidores interessados nas nossas propostas. Elucidando-os pormenorizadamente sobre estas matérias, sobre os diferentes incentivos tarifários e fiscais que o município poderá propiciar, e sobre quais os parceiros públicos e privados presentes no terreno."* Marco António Costa na palestra proferida na Conferência sobre o Desenvolvimento Regional de Portugal na London School of Economics, em abril de 2007.

A fase inicial da atividade da AMIgaia, EEM foi marcada pelo diagnóstico e caracterização dos indicadores fundamentais para a identificação de vantagens competitivas do território, nomeadamente a localização geográfica, a capacidade empreendedora dos agentes locais e as dinâmicas demográficas. Igualmente se procedeu à análise interpretativa dos indicadores estatísticos relativos à atividade económica local, mais propriamente no que concerne à tipologia sectorial das empresas, à sua dimensão estrutural e coeficiente tecnológico. Estes fatores

vieram reforçar a necessidade de uma intervenção pública autárquica capaz de contribuir para a inovação e reordenação empresarial e industrial do concelho. A informação recolhida foi ainda essencial para a definição dos objetivos estratégicos que permitiriam saltos significativos de desenvolvimento e de criação de riqueza.

Neste domínio foram estabelecidas as seguintes metas iniciais para a AMIgaia, EEM:

- Reordenamento industrial, a implementar pela via da criação dos novos parques empresariais;
- Criação de uma “via verde” para a gestão de processos;
- Fomento da cooperação institucional;
- Promoção da relação amigável ente o investimento industrial e o meio ambiente;
- Adoção de mecanismos de incentivo para a deslocalização de atividades industriais incompatíveis com a vivência residencial;

Para atingir estas metas, a AMIgaia, EEM organizou a sua atividade em cinco grandes áreas:

- a) Apoio ao investimento;
- b) Financiamento de PME's;
- c) Captação de investimento;
- d) Cooperação institucional;
- e) Apoio à internacionalização de empresas.

Para Ana Teresa Lehmann (AMIGAIA, 2008b), Vice- Presidente da CCDR-N e responsável pela Agenda Prioritária da Internacionalização da Região Norte de Portugal à data, a criação da AMIgaia, EEM foi um fator decisivo na promoção proactiva do município como destino de Investimento Direto Estrangeiro de qualidade. Destacou ainda a forma como Vila Nova de Gaia encarou o apoio às empresas, nomeadamente os serviços de proximidade criados por quem conhece

o terreno e os recursos que o município tem para oferecer. Considerou que os municípios têm um papel importante na atração de Investimento Direto Estrangeiro, e o que Vila Nova de Gaia conseguir atrair é bom para o Norte e para Portugal.

Na prossecução dos seus vetores estratégicos, a AMIgaia, EEM realizou o propósito de juntar um grupo de empresas e empresários de referência, criando uma plataforma de valorização de oportunidades, fomentando sinergias, um diálogo aberto, cooperação e networking entre si. António Martins da Cruz (AMIGAIA, 2009b)

"A AMIgaia, agência municipal de investimento, enquanto plataforma para a promoção e desenvolvimento das políticas locais de apoio ao investimento em Gaia, tem prestado apoio à Luís Simões, sendo com enorme gratidão que apresentamos o nosso agradecimento." (Leonel Simões, Administrador do Grupo Luís Simões, SGPS, SA (AMIGAIA, 2009b).

5.1 Apoio ao Investimento

Cientes da importância da diminuição dos tempos de implementação das atividades empresariais, a AMIgaia, EEM iniciou a constituição de um núcleo de aceleração de processos de modo a facilitar a interligação aos serviços municipais bem como encontrar as principais respostas às necessidades de instalação, licenciamento e financiamento. Paralelamente, foram definidos um conjunto de serviços relacionados com a informação segmentada ao investidor, nomeadamente no que diz respeito a financiamento, apoios comunitário, consultoria fiscal, diagnóstico empresarial do concelho, entre outros.

Complementarmente, a câmara municipal de Vila Nova de Gaia, por intermédio da AMIgaia, disponibilizou aos investidores, todos os meios de informação de base territorial indispensáveis à correta decisão quanto à localização dos seus investimentos, tendo preparado as seguintes medidas:

- SIMI - Sistema de Incentivos Municipais ao Investimento: para os investimentos que se localizassem nos projetos estruturantes de Vila Nova de Gaia, e que contribuíssem para a criação de postos de trabalhos, para a inovação, para a internacionalização e para a competitividade do tecido económico local.
- Gaia.Invest – SIG de apoio ao investimento: instrumento que visava colmatar a necessidade de informação sistematizada para o investidor e também gerir e estruturar a informação existente sobre os espaços industriais, nomeadamente infraestruturas e equipamentos conexos. Assim, foi desenhado um sistema de informação de suporte à localização e caracterização dos espaços empresariais do município e do respetivo tecido empresarial local.

A AMIgaia, EEM não pretendia ser um mero intermediário entre a administração municipal e os investidores que procurassem Vila Nova de Gaia ou que estivessem já instalados. Como ator dinâmico do processo, a AMIgaia, EEM deveria ser um valor acrescentado para os dois lados daquela relação. Com operacionalidade e com eficácia.

Perante inadequações entre a oferta e a procura nos investimentos, a AMIgaia, EEM ofereceria uma localização que iria ao encontro das necessidades dos investidores e das oportunidades concelhias. Estas dinâmicas territoriais permitiriam coordenação territorial, crescimento económico e melhorias na qualidade de vida. Acresce que, com a AMIgaia, EEM o município ganharia visibilidade nacional e internacional. (Martins da Cruz, (AMIGAIA, 2008b).

5.2 Financiamento de PME's

A criação de um fundo de financiamento dirigido à modernização e aumento de competitividade das micro e pequenas empresas do concelho, foi uma ambição do município de Vila Nova de Gaia que se veio a concretizar por via da AMIgaia, EEM, com a criação do GAIA.finicia.

Constituído em 2007, o fundo de financiamento GAIA.finicia nasceu de uma cooperação com o IAPMEI, o BPI e a Norgarante. Promovido e gerido pela AMIgaia, EEM, esta cooperação visava a constituição de um fundo financeiro no montante global de 500.000 €, dos quais 20% (100.000€) assegurados pela AMIgaia, EEM sob a forma de subsídio reembolsável sem juros, e os restantes 80% (€400.000) pelo Banco BPI, sob a forma de empréstimo bancário a uma taxa de juro preferencial.

Este fundo de financiamento tinha como finalidade promover a dinamização do tecido empresarial local, estimular o investimento das micro e pequenas empresas do concelho de Vila Nova de Gaia e promover a sua modernização, por forma a otimizar os produtos e/ou serviços prestados. A prioridade seria dada a projetos de investimento apresentados por jovens empresários que promovessem a criação de emprego e o desenvolvimento sustentado da economia local.

Os projetos poderiam ser financiados até 100%, no máximo de €45.000, para investimentos a realizar por empresas já constituídas e até 85%, também no máximo de €45.000, para investimentos a realizar na criação de empresas. O prazo de reembolso do empréstimo seria de 3 a 6 anos, com 1 ano de carência, e taxa de juro a Euribor a 6 meses + 1% de spread.

Tendo desde logo a AMIgaia, EEM assumido como prioritário colmatar a falha do mercado financeiro no financiamento das micro e pequenas empresas, o GAIA.finicia foi encarado como uma ferramenta estratégica. Esta plataforma de financiamento teve desde sempre uma atividade que pode ser considerada como de grande relevância pois, em 6 anos de existência, o GAIA.finicia financiou 32 projetos, gerou cerca de 1,5 milhões € em investimento e permitiu a criação de cerca de 160 novos postos de trabalho. Considerando a aposta estratégica do município de Vila Nova de Gaia no apoio ao tecido empresarial do concelho e no combate ao desemprego, a AMIgaia, EEM empenhou-se na divulgação e prossecução dos objetivos que estiveram na base da constituição deste fundo de financiamento.

Como corolário do trabalho realizado, o GAIA.finicia é frequentemente apontado como exemplo na mobilização e gestão do fundo sendo, a nível nacional, o fundo

de financiamento FINICIA que os melhores resultados apresenta, quer em número de projetos financiados, quer em volume de financiamento atribuído. Segundo o IAPMEI, entidade com responsabilidades de monitorização destas plataformas, o GAIA.finicia foi a que, até 2011, mais dinâmica apresentou a nível nacional. Este sucesso deveu-se não só à taxa de juro muito atrativa mas, essencialmente, pelo acompanhamento personalizado da agência de investimento.

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) considerou o programa GAIA.finicia como o melhor programa deste género a nível nacional. Os resultados positivos, como o aumento de postos de trabalho e uma taxa de execução de 95,5% das candidaturas aprovadas, e o volume de financiamento realizado estiveram na base da decisão. Jornal DESTAK de 8 de Fevereiro de 2011.

O GAIA.finicia veio trazer novas dinâmicas às micro e pequenas empresas. Para além do financiamento dos projetos rececionados, o que esteve na génese da sua criação ia para além do mero empréstimo de capital a investimentos, pois não é sua função a concessão de crédito. Na realidade, o município de Vila Nova de Gaia pretendia que o fundo funcionasse como um incentivo, como uma alavanca ao investimento das empresas na sua modernização, otimização de produtos e serviços e conseqüente aumento de produtividade e criação de postos de trabalho.

5.3 Captação de Investimento

Houve uma aposta da AMIgaia, EEM na dinamização de iniciativas de captação de investimento para o concelho. Para o efeito, o município de Vila Nova de Gaia, apostou no planeamento de uma rede diversificada de infraestruturas de acolhimento empresarial. Vetor estratégico de desenvolvimento do tecido económico local e regional, esta rede funcionaria como interface entre os sistemas empresarial, científico e educativo sendo, por essa via, um fator de afirmação do município no contexto internacional, na captação de investimento

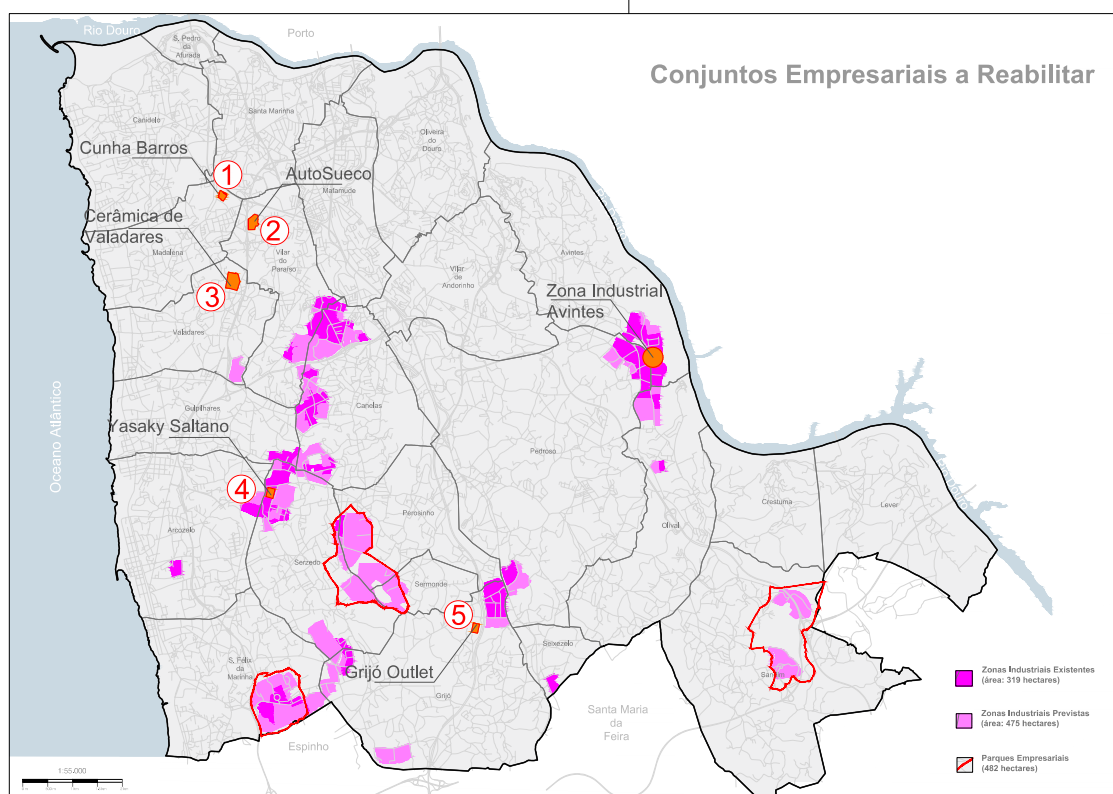
qualificado e conseqüentemente um fator de diferenciação na competitividade empresarial. Foi com este intuito que o município de V. N. Gaia considerou estratégico para o desenvolvimento económico a construção de novas vias estruturantes de ligação aos principais eixos rodoviários, a requalificação do edificado existente e a criação de polos empresariais estrategicamente localizados. Estes polos empresariais seriam portadores e promotores de dinâmicas de difusão espacial com impactos significativos à escala regional, constituindo um fator catalisador de formas mais estruturadas da organização do território.

A atratividade empresarial em V. N. Gaia, observável na procura de empresários nacionais e internacionais para a instalação de investimento no concelho, associada aos incentivos direcionados para os investimentos de base territorial oferecidas pelo município, conduziu a AMIgaia, EEM ao desenvolvimento de um plano estratégico de acolhimento empresarial.

"A câmara de Gaia está a apostar na criação de parques empresariais e respetivas acessibilidades, bem como vai colocar em prática em 2009 um processo de reabilitação das zonas industriais já existentes." Marco António Costa, Vice-presidente do município de V. N. Gaia à data, em entrevista ao Jornal Audiência em 5 de Novembro de 2008.

Neste âmbito, a AMIgaia, EEM definiu como prioritário a construção de um centro de incubação de ideias e empresas, a criação de uma rede de três polos tecnológicos, localizados em São Félix da Marinha, Perosinho e Sandim e a modernização das infraestruturas empresariais existentes, localizadas nas freguesias de Avintes, Canelas e Serzedo. Deste modo, seriam cumpridos os objetivos de promoção de uma oferta diversificada de espaços dotados de condições adequadas à instalação de atividades inovadoras.

FIGURA 17: Conjuntos Empresariais a Reabilitar



Fonte: Gaiurb - Urbanismo e Habitação, EEM

A estratégia integrava diversas valências, nomeadamente as prioridades estabelecidas para os novos centros de incubação e parques empresariais, bem como para a dinamização das restantes áreas de acolhimento industrial existentes no concelho. Esta aposta permitiria contribuir para a melhoria da competitividade das empresas e dinamizar a captação de investimentos com valor acrescentado.

Centro de Incubação

Tem-se assistido nas últimas décadas a uma viragem profunda da economia tradicional para uma economia empreendedora e à consequente valorização social do empreendedor. A importância da inovação e do empreendedorismo na economia tem vindo a ser cada vez mais enfatizada, sendo estes dois fatores

considerados a chave do desenvolvimento económico. Estimular a capacidade empreendedora, passa então por induzir comportamentos favoráveis à inovação sistemática, por criar dinâmicas de aperfeiçoamento contínuo e por acelerar o processo de modernização e crescimento económico. Quando a capacidade empreendedora está associada a uma capacidade de inovação, o desenvolvimento terá uma natureza criadora, geradora de oportunidades de mercado, e concomitantemente dará lugar a investimento, empresas, crescimento e melhoria de bem-estar económico, num ciclo altamente profícuo.

Na atual conjuntura, tendo presente o quadro das competências de uma nova geração de políticas locais, o fomento das atividades económicas e a promoção do empreendedorismo adquirem uma importância nuclear, facto pelo que foi aposta da AMIgaia, EEM a construção de um centro de incubação de base tecnológica no concelho de Vila Nova de Gaia, a INOVAGAIA.

A INOVAGAIA, constituída em Setembro de 2006 como associação de direito privado sem fins lucrativos, teve como finalidade inicial construir, gerir e explorar o centro de incubação de base tecnológica, inserido no parque tecnológico de S. Félix da Marinha, bem como criar condições para o desenvolvimento de planos de negócios de empresas e o acolhimento de projetos de I&D. Esta associação prestaria ainda todo o apoio que os projetos emergentes de base tecnológica carecessem, quer durante a sua fase inicial, quer na fase de desenvolvimento da atividade empresarial.

Na sua estrutura societária fundadora, a INOVAGAIA contou, para além do município de Vila Nova de Gaia, com o sistema empresarial, académico e científico, nomeadamente, o Grupo Mota-Engil, o Grupo Teixeira Duarte, o Grupo Soares da Costa e o Grupo Salvador Caetano, assim como com a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro e o Instituto Politécnico do Porto e ainda, no plano associativo-empresarial, com a AEP, a ANJE e a ACIGAIA. Em Dezembro de 2008 entraram como novos associados as instituições que dão corpo ao tecido académico de Vila Nova de Gaia, o ISLA, o IESF, o Instituto Jean Piaget e o ISPGAYA. Ao congregar tão significativas instituições, a INOVAGAIA estava, por essa via, a prestar o seu importante contributo para o desenvolvimento

estratégico do tecido económico local e regional e a criar uma rede de Networking relevante para a transferência de conhecimento das instituições de ensino para as empresas.

A INOVAGAIA detém atualmente um fundo social fixado em 1.466.270,40€.

QUADRO 13: Participações sociais na INOVAGAIA

ASSOCIADOS	FUNDO SOCIAL	CAPITAL SUBSCRITO
Município de V. N. Gaia	80,73%	1.183.770,40 €
AEP – Associação Empresarial de Portugal	4,60%	67.500,00 €
Universidade de Aveiro	0,85%	12.500,00 €
Universidade do Porto	0,85%	12.500,00 €
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A	0,85%	12.500,00 €
CLEAR - Instalações Eletromecânicas S.A	0,85%	12.500,00 €
Instituto Politécnico do Porto	0,85%	12.500,00 €
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários	5,12%	75.000,00 €
Salvador Caetano, SGPS, S.A	0,85%	12.500,00 €
MOTA-ENGIL, Soc. Gestora de participações sociais, S.A.	0,85%	12.500,00 €
ACIGAIA - Associação Comercial e Industrial de V. N. Gaia	0,17%	2.500,00 €
ISLA Gaia - Instituto Superior de Línguas e Administração	0,85%	12.500,00 €
IESF - Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais	0,85%	12.500,00 €
Instituto PIAGET - Coop. Desenv. Humano Integral e Ecológico C.R.L	0,85%	12.500,00 €
ISPGaya - Instituto Superior de Gaia	0,85%	12.500,00 €
TOTAL	100,00%	1.466.270,40 €

Fonte: elaboração própria

Um passo importante na afirmação da INOVAGAIA foi certamente a construção do centro de incubação, fruto de uma candidatura à Ação D da Medida de Apoio à Criação de Novas Infraestruturas Tecnológicas do Quadro Comunitário de Apoio

III, aprovada e homologada em maio de 2007, cujo montante de investimento global foi cerca de quatro milhões de euros e cujo incentivo atribuído foi de 75% do montante das despesas elegíveis. A conclusão da construção do centro de incubação ficou concluída em julho de 2008, tendo merecido da DREN – direção regional de economia do norte um voto de louvor pela celeridade e competência na sua execução.

O centro de incubação privilegia o acolhimento de projetos de investigação e desenvolvimento, designadamente aqueles que são criadores de conhecimento, provenientes de valências de ensino tecnológico e de nível académico médio e superior, bem como a criação de novas empresas de base tecnológica que fomentem e propaguem a inovação no seio da atividade económica, por aplicação desses conhecimentos avançados.

Como referiu Álvaro Santos, Presidente fundador da INOVAGAIA e do centro de incubação, em entrevista ao programa "Porto Alive" do Porto Canal em 2009, *"...oferecer um espaço qualificado para as empresas nascerem, crescerem e se desenvolverem. Uma das mais-valias e particularidades da INOVAGAIA é envolver no seu fundo social um conjunto de instituições de ensino, associações empresariais e grandes grupos empresariais, responsáveis pelo desenvolvimento deste projeto que envolveu um investimento de aproximadamente 4 Milhões de euros. Este foi o primeiro centro de incubação construído em Vila Nova de Gaia, iniciativa inovadora e pioneira a nível municipal. Foi uma estratégia deste município. Este centro de incubação insere-se num espaço mais vasto, com 120 hectares, o parque empresarial de São Félix da Marinha. Estão aqui um conjunto de condições excelentes para os investidores se instalarem e desenvolverem os seus projetos. Este investimento é muito salutar, considerando a altura em que vivemos, de profunda crise económica e social e contra ventos e marés o centro de incubação tem tido um sucesso inicial muito positivo. Em Vila Nova de Gaia há muitos jovens empreendedores, que estão a apostar o seu conhecimento, reunindo capital e parceiros para aqui poderem desenvolver as suas atividades. A INOVAGAIA disponibiliza um conjunto de serviços partilhados de apoio aos empreendedores, desde o apoio jurídico, à elaboração do plano de negócios,*

entre outros. Estas mais-valias são muito importantes para quem está a iniciar a sua atividade profissional, a sua empresa."

De realçar que em Junho de 2009, a INOVAGAIA tornou-se o primeiro centro de incubação de Portugal com certificação de toda a implementação e certificação do Sistema de Gestão da Qualidade – Norma NP EN ISSO 9001:2000, para a gestão e exploração do centro de incubação de base tecnológica especializada em gestão.

Já em 2011 a INOVAGAIA foi premiada com uma menção especial, no prémio EDP energia elétrica e ambiente, na categoria serviços.

Uma instituição de referência nacional no fomento do empreendedorismo e no apoio ao tecido económico local, a INOVAGAIA tem vindo a implementar a sua missão de gestão e exploração do centro de incubação, facultando o necessário apoio a empreendedores e a projetos emergentes durante a fase de arranque e desenvolvimento da atividade empresarial, dotando o município de Vila Nova de Gaia de uma fundamental ferramenta para o acolhimento, aconselhamento e acompanhamento ativo nos demais domínios do empreendedorismo, tecnologia e inovação.

Na INOVAGAIA, o empreendedor encontra uma estrutura de suporte que consubstancia os seguintes vetores principais:

- Prestar apoio técnico especializado em gestão, ajudando o empreendedor na execução do plano de negócios e seus componentes, no processo de constituição legal da empresa e na candidatura formal para a sua instalação no centro de incubação;
- Colocar à disposição do empreendedor um conjunto de meios que lhe permitam dar corpo à sua ideia, facilitando o acesso a um núcleo de trabalho, serviços de comunicação e secretariado, biblioteca, etc., inserindo-o num ambiente propício à inovação;
- Prestar toda a informação e consultoria relativamente a apoios financeiros, aconselhar e encaminhar o empreendedor para a melhor solução no que respeita a fontes de financiamento e facultar-lhe a formação necessária.

"O Centro de Incubação é um espaço de receção e apoio ao nascimento de unidades empresariais. O que podemos esperar é que seja um espaço para quem tenha projetos de carácter empresarial, com determinadas características da área tecnológica, possa encontrar ali, e durante um período alargado de tempo, equipamentos, uma sala totalmente equipada e um espaço que lhes permita dar corpo ao seu projeto empresarial". Marco António Costa, Vice-presidente do município de V. N. Gaia à data, em entrevista ao Jornal Audiência em 5 de Novembro de 2008.

Com uma taxa de ocupação de cerca de 90% registada em dezembro de 2013, a INOVAGAIA tinha já contribuído para o nascimento de mais de 70 projetos empresariais, correspondendo a cerca de uma centena e meia de colaboradores diretos.

Em janeiro de 2012, após a extinção da AMIgaia, EEM, a INOVAGAIA assumiu as atividades até então desenvolvidas pela agência de investimento e procedeu à alteração dos estatutos, incorporando as seguintes áreas de atuação:

- Reforçar a colaboração entre os seus associados e entre os seus associados com a comunidade científica e empresarial;
- Fomentar e acolher novos projetos empresariais que contribuam para a diversificação do tecido empresarial local, nomeadamente em atividades de elevado valor acrescentado;
- Apoiar a internacionalização das empresas locais, com impacto nas vertentes de promoção das exportações e captação de investimento relevante para o desenvolvimento sustentado do concelho;
- Promover a gestão e construção de novas áreas de acolhimento empresarial que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados para a implantação física de investimentos que, pelas suas características e mérito, possam contribuir para o fortalecimento da cadeia de valor do concelho e da região, através do desenvolvimento de atividades inovadoras em determinados sectores ou mercados, que potenciem a criação de emprego estável e qualificado;

- Promover parcerias estratégicas com agentes económicos públicos e privados de relevante interesse para o tecido económico, que possam contribuir para o reforço da coesão económica e social local;
- Realizar atividades de valorização e divulgação de resultados de I&D e concretizar a sua implementação no ramo empresarial, permutar e difundir informação técnica e científica;
- Promover, desenvolver e apoiar a execução de infraestruturas de apoio tecnológico para a modernização;
- Apoiar a criação ou atuação de unidades de investigação aplicada e de núcleos empresariais de tecnologias avançadas e participar na sua constituição;
- Promover o registo de patentes e fazer a sua exploração;

Parques Empresariais Concelhios

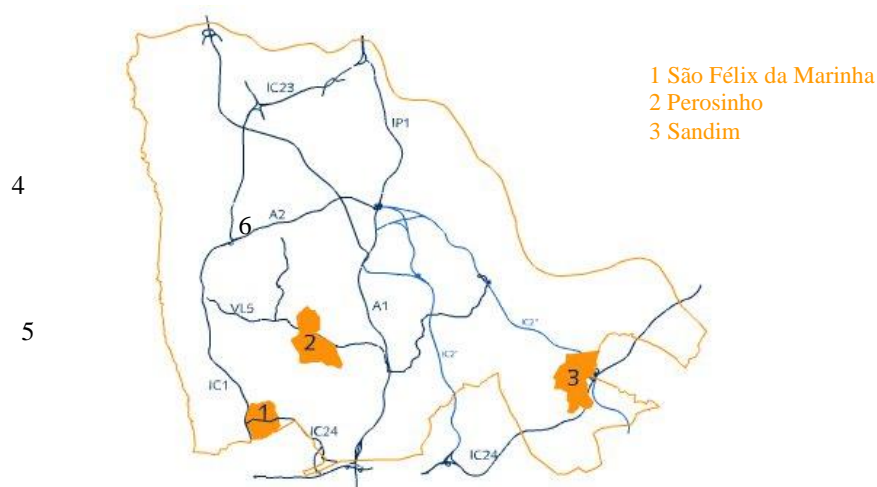
As empresas localizadas nos parques empresariais são, geralmente, detentoras de um conjunto de oportunidades que lhes conferem vantagens competitivas consideráveis, em comparação com as suas congéneres localizadas fora destas infraestruturas. A oferta de serviços especializados, partilha de equipamentos e proximidade física entre os agentes económicos, constituem condições propícias ao desenvolvimento de sinergias e interações, incentivando projetos conjuntos, parcerias ou trocas informais de informação, suscetíveis de promover a crescente consolidação de clusters. A criação destas redes de conhecimento e networking permitem uma racionalização de recursos das empresas e conseqüentemente um aumento da eficiência e produtividade.

Considerando estas oportunidades, a AMIgaia, EEM desenvolveu uma ação que permitia dar uma resposta integrada aos desafios da competitividade, articulada com outros projetos ao nível da inovação e do empreendedorismo, que assentaria fundamentalmente em duas tipologias /ofertas de infraestruturas de acolhimento empresarial:

- Uma rede principal de parques empresariais de nova geração, dotados de uma área projetada significativa (superior a 20 hectares) usufruindo de serviços partilhados, serviços de apoio à gestão e oferta de valências tecnológicas;
- Uma rede complementar de espaços de acolhimento empresarial, polos empresariais de iniciativa pública e privada de dimensão mais reduzida, com vocações diversificadas e territorialmente difusas.

Assim foi desenhada a estratégia de construção dos parques empresariais de São Félix da Marinha, Perosinho e Sandim, com características únicas no contexto regional, fruto das excelentes acessibilidades e do leque de serviços de apoio disponibilizados pela AMIgaia, EEM. Estes parques empresariais permitiriam melhorar a oferta de solo industrial concelhio e aumentar em cerca de 100% as áreas destinadas ao acolhimento empresarial, contribuindo desta forma para o objetivo último de promoção e qualificação do emprego e captação de investimento industrial de elevado índice tecnológico. A instalação destas unidades empresariais permitiria igualmente a criação de condições de excelência ao desenvolvimento da atividade empresarial e de conter a dispersão da atividade industrial pelo concelho, passando a vigorar um novo paradigma de desenvolvimento e ordenamento do território.

FIGURA 18: Parques Empresariais



Fonte: AMIgaia, EEM

O atual cenário de contração de investimentos empresariais, fruto da difícil conjuntura económica nacional e internacional, levou o município de Vila Nova de Gaia a concentrar os investimentos no parque tecnológico de São Félix da Marinha. Numa tentativa de acompanhar a menor necessidade e consequente procura de solo empresarial e industrial, a construção dos parques empresariais de Sandim e Perosinho foram suspensos.

Assim, a AMIgaia, EEM foi mandatada pelo município de V. N. Gaia para operacionalizar a candidatura ao Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico, inscrito no Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento, do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (QREN), com vista ao financiamento da construção do parque empresarial de São Félix da Marinha. Apesar da aprovação condicional desta candidatura ter acontecido em junho de 2011, o parque empresarial iniciou a sua construção em 2009 e desde logo se assumiu como uma infraestrutura de acolhimento empresarial qualificada, ao serviço da estratégia de desenvolvimento empresarial e de ordenamento territorial do concelho. Este parque possui uma localização privilegiada, junto a um dos nós da A-29/IC-1, com ligação à A-41/IC-24 e A1, ficando deste modo asseguradas as condições de comunicação tanto para Norte como para Sul. Tem, ainda, acessos facilitados a várias infraestruturas de transportes tais como o porto de Leixões e de Aveiro, terminais ferroviários de passageiros e mercadorias e ao aeroporto Francisco Sá Carneiro.

O parque empresarial de São Félix da Marinha pode acolher, entre outros, projetos empresariais de base tecnológica, de valor acrescentado, capazes de potenciar valor e suscetíveis de contribuir para melhorar a qualificação dos recursos humanos e geradores de postos de trabalho qualificados, atraindo desta forma novas competências, indutoras de melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

Implantado numa área com cerca de 10 hectares, o parque empresarial foi desenvolvido tendo em vista a criação de uma área de acolhimento empresarial de referência. Futuramente, e desde que a procura assim o justifique, será possível a sua ampliação até aos 100 hectares de área bruta, o que transformará

esta estrutura num nó fundamental da rede de acolhimento empresarial da região do Norte.

FIGURA 19: Principais Vias de comunicação em Vila Nova de Gaia



Fonte: AMIgaia, EEM

Reabilitação das zonas industriais existentes (programa GAIA. Fénix)

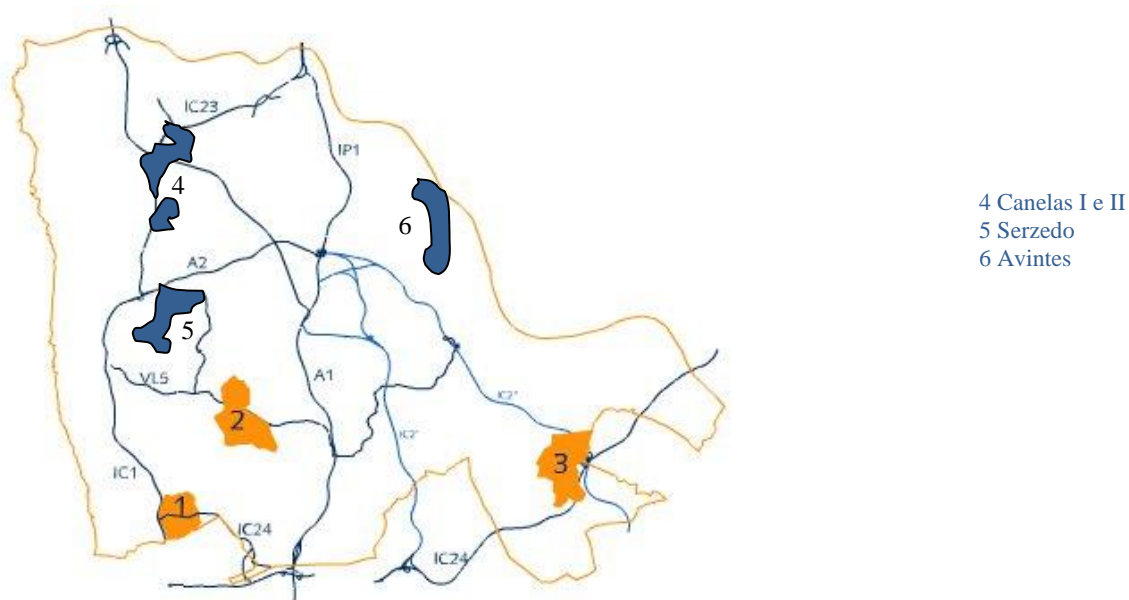
Conforme já referido, outro dos desígnios traçados pela AMIgaia, EEM, foi o processo de requalificação e reorganização do tecido empresarial existente no concelho, estabelecendo as regras e orientações a que deveria passar a obedecer a ocupação, uso e transformação do solo. No sentido de dar cumprimento a este objetivo, no que concerne à modernização das infraestruturas empresariais existentes, considerou-se prioritária a requalificação das zonas industriais de Avintes, Canelas e Serzedo.

O plano de requalificação das zonas industriais, denominado GAIA.FÉNIX, constituiu uma solução urbanística para uma substancial melhoria da relação espaço público/utentes, na definição e enriquecimento do tecido urbano. A intervenção estrutural nestas três zonas industriais, iniciada em 2010, dotou as

empresas nelas instaladas de melhores condições de mobilidade e transporte de mercadorias, de uma rede moderna de telecomunicações e de uma melhoria no funcionamento interno. Com isto pretendia-se criar condições para uma melhoria significativa da eficiência das empresas instaladas nas zonas industriais mencionadas, racionalizando as suas despesas e criando uma maior atratividade para fornecedores e clientes.

Esta intervenção estrutural que o município de V. N. de Gaia realizou nas zonas empresariais referidas, é hoje uma alavanca para as empresas nelas instaladas, criando externalidades positivas na eficiência e produtividade das mesmas.

FIGURA 20: Zonas Industriais



Fonte: AMIgaia, EEM

Pavilhões Empresariais

Ainda em reação à necessidade de respostas para a fixação de investimento em Vila Nova de Gaia, foram envidados vários esforços na identificação dos espaços privados que levassem à criação de uma bolsa de oportunidades concelhias.

Neste intuito foi celebrado, em 21 de setembro de 2006 um protocolo de cooperação entre o município de Vila Nova de Gaia, o IAPMEI – Instituto de Apoio

às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento e a empresa LABORIMÓVEIS – Compra, venda e exploração de imóveis, S.A., com vista a facilitar a criação e deslocalização de novas atividades e empresas para o parque empresarial de Laborim. Visava ainda fomentar o ordenamento do território e o desenvolvimento económico ambientalmente sustentável do concelho, através do incentivo à deslocalização de empresas situadas em áreas residenciais para espaços vocacionados para a atividade empresarial. A promoção, gestão e monitorização da execução deste protocolo foi entregue à AMIgaia, EEM.

Para aumentar o incentivo no parque empresarial de Laborim, foram desenvolvidas condições excecionais para a instalação de empresas, nomeadamente através da criação de espaços com dimensões apropriadas para o seu funcionamento e com custos reduzidos. Este incentivo materializou-se com a fixação de uma redução da renda, às empresas encaminhadas pela AMIgaia, EEM, durante os primeiros 18 meses do contrato de aluguer, correspondente a 50% do valor médio praticado pela LABORIMÓVEIS no momento da celebração do contrato. Esta ferramenta permitiu fixar no concelho cerca de 35 empresas, geradoras de receita, taxas e postos de trabalho.

Paralelamente, foram ainda identificados proprietários privados de outros espaços para o acolhimento empresarial e iniciados processos de negociação de condições especiais para os projetos encaminhados pela AMIgaia, EEM. Assim, foram elencados o Núcleo Empresarial de Serzedo, o Market ONE e Molim Parque em Canelas, o Parque Empresarial da Madalena, o Candal Parque e a CAMO em Santa Marinha.

5.4 Cooperação Institucional

Tendo presente a necessidade de criar e explorar oportunidades para economia local, a AMIgaia, EEM entendeu a cooperação institucional como uma ferramenta estratégica para facilitar o conhecimento e o acesso a mercados internacionais ao tecido empresarial concelhio. Para isso, seria fundamental a dinamização de redes de contactos que permitissem estabelecer pontes entre as empresas,

investidores e entidades institucionais. A promoção dos investimentos, pela criação de mais e melhores oportunidades, poderia constituir valor acrescentado para os decisores económicos, sendo crucial a capacidade de saber encontrar interlocutores adequados. António Martins da Cruz (AMIGAIA, 2010).

No âmbito da promoção da capacidade empreendedora dos agentes económicos locais, logo em 2007 foi assinado com o IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento um protocolo de cooperação com os objetivos de: facilitar o acesso das PME's de Vila Nova de Gaia aos Programas FINICIA (tema desenvolvido no ponto 5.2, Financiamento de PME's) e FINCRESCCE (orientado para otimizar as condições de financiamento das empresas que adotassem estratégias de crescimento e de reforço da sua base competitiva), promover a divulgação e aconselhamento sobre sistemas de incentivo ao investimento disponibilizados pelo QREN, criar uma plataforma concelhia de "Business Angels" que se assumisse como um instrumento de "apadrinhamento empresarial" e estímulo ao empreendedorismo qualificado e dinamizar a aplicação de outros instrumentos de apoio ao empreendedorismo e ao investimento.

Para a promoção da cooperação institucional e de um contexto mais favorável à competitividade empresarial, a AMIgaia, EEM criou o AMIgaia Investors Club. Especificamente vocacionado para investidores, o público-alvo do clube foram as empresas, as entidades e os organismos, cuja capacidade e mérito empresarial fossem reconhecidos pela valia económica e social. Estas instituições contribuiriam ainda para a consolidação e internacionalização das atividades económicas estabelecidas ou a estabelecer no concelho de Vila Nova de Gaia. Assim, as empresas que compuseram o AMIgaia Investors Club foram as seguintes: Sardinha & Leite, SGPS, SA, Mota Engil, SGPS,SA, Aransa Portugal SGPS, Lda, Balonas Projetos, S.A, Auferma Investimentos Imobiliários, SA, Lena SGPS, S A, EMPRIL - Sociedade de Mediação Mobiliária, Lda, LS - Luís Simões, SGPS, SA, Domingos da Silva Teixeira, SA, Nelson Quintas Imobiliária, SA, El Corte Inglés - Grandes Armazéns SA, HABISERVE - Investimento Imobiliários, Lda, Hersal - Investimentos Turísticos, SA, The Fladgate Partnership - Vinhos, SA, FDO - SGPS, SA, Sociedade de Construções A Machado & Filhos, Lda,

Chamartin Imobiliária SGPS, SA, TEGOPI - Indústria Metalomecânica, SA, Brancastilho, Construções, Lda, Consfly, Lda e Gabriel Couto, SA.

A AMIgaia Investors Club disponibilizou aos seus associados um conjunto alargado de serviços de apoio à atividade empresarial, decorrente do aproveitamento de sinergias resultantes da cooperação institucional com um conjunto de sociedades, entidades e organismos de reconhecida capacidade e organização empresarial. Por seu turno, aos associados competia contribuir para a criação de emprego, a renovação da matriz de especialização do tecido empresarial local e, bem assim, para o desenvolvimento sustentado da atividade económica do concelho de Vila Nova de Gaia.

O AMIgaia Investors Club foi mais uma ferramenta na construção de uma resposta global de Vila Nova de Gaia para o desenvolvimento. Foi um vetor de cooperação, gerador de impactos positivos na qualidade de vida da população. A sua atividade foi orientada para a criação de valor acrescentado nas trocas comerciais e na dinamização de interfaces entre investidores, decisores políticos e outros atores dos processos de investimento. António Martins da Cruz (AMIGAIA, 2008a).

Como veículo de comunicação interno e permanente com os associados, foi criada a AMIgaia Investors News, newsletter com vista a promover as boas práticas empresariais em Vila Nova de Gaia, os apoios às empresas e o discurso direto entre as organizações e as empresas.

É apresentado de seguida alguns depoimentos de empresas que, direta ou indiretamente estiveram envolvidas em atividades da AMIgaia, EEM:

"O Grupo-Mota Engil, líder de mercado em Portugal, fortemente diversificado e presente em 19 países, revê-se na missão e objetivos da AMIgaia Investors Club, investindo e apostando no desenvolvimento económico de V. N. Gaia." (Rui Pedroto, diretor de desenvolvimento e sustentabilidade da Mota Engil, SGPS,SA, (AMIGAIA, 2009b).

"A AMIgaia Investors Club sempre me pareceu um excelente instrumento ativo de coordenação, divulgação e colaboração neste dinâmico e inovador processo."

Com toda a certeza servirá como meio de conhecimento e ligação dos presentes e futuros investidores no concelho de V. N. Gaia." (Gonzalo Soto, delegado em Portugal da Aransa Portugal, SGPS, Lda, (AMIGAIA, 2009b).

"A AMIgaia Investors Club tem-se revelado um instrumento estratégico na captação de investimento, proporcionando uma base de cooperação institucional que promove o desenvolvimento económico e a dinamização do concelho de V. N. Gaia." (José Ribeiro dos Santos, administrador da Lena, SGPS,SA (AMIGAIA, 2009b).

"O município de V. N. Gaia tem pautado a sua atividade pelo acompanhamento de perto aos seus empresários e às empresas sedeadas no concelho, transmitindo-lhes a confiança e a segurança decorrentes de o verem como um parceiro institucional dinamizador, a AMIgaia Investors Club é a concretização desta forma de estar. A AMIgaia Investors Club promoveu, com grande qualidade, iniciativas que passaram pelo apoio à internacionalização das empresas, atração de novos investimentos e investidores ao concelho, realização de seminários, conferências e apresentações públicas." (Manuel Luís Rouxinol, sócio gerente da Empril, Lda., AMIGAIA, pág. 18, 2009b).

"Gaia é hoje um concelho dinâmico, voltado para o futuro e no qual o projeto AMIgaia é um modelo a ser seguido pois, ao desenvolver a sua missão de captação de investimento estrangeiro, está a contribuir de forma positiva para um Portugal mais competitivo e pronto para aceitar os desafios do século XXI." (Javier Esteban, diretor do El Corte Inglés, SA, AMIGAIA, pág. 22, 2009b).

"No atual contexto económico, assumem especial relevância entidades como a agência municipal de investimento. A notoriedade e a competitividade do tecido empresarial começa localmente e só assumirá dimensão à escala global se unidos os esforços para a promoção e internacionalização de Portugal." (Carlos Saraiva, presidente da Hersal, SA, AMIGAIA, pág. 23, 2009b).

"A AMIgaia Investors Club veio permitir agregar neste clube empresários interessados no desenvolvimento da cidade e do país, promovendo contactos internacionais e atraindo, deste modo, novos investidores com a conseqüente criação de parcerias para investimentos nesta grande cidade. Os nossos

parabéns a Gaia e aos dinamizadores. Da parte da The Fladgate Partnership-Vinhos, SA, estamos a contribuir com a construção de um hotel de excelência, cujo investimento rondará os 30 milhões de euros." (Adrian Bridge, administrador da The Fladgate Partnership-Vinhos, SA, AMIGAIA, pág. 24, 2009b).

Protocolos institucionais

Com vista à facilitação de serviços a empresas do concelho de Vila Nova de Gaia, e tendo a criação de redes internacionais como foco, a AMIgaia, EEM iniciou um processo de aproximação às Câmaras de Comércio e Indústria (CCI). Em resultado, em 2007 foi iniciada a cooperação com a Câmara de Comércio Britânica e em 2008 com as Câmaras de Comércio e Indústria Luso Espanhola, Franco Portuguesa e Luso Alemã. Em 2009 foi assinado o protocolo de cooperação com a CCI Árabe Portuguesa e iniciadas as negociações com as CCI Angola, Moçambique e Cabo Verde. Aproveitando o protocolo assinado pela AMIgaia, EEM, a INOVAGAIA realizou em 2011, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa, o "Road Show de Diplomacia Árabe" que consistiu na recepção, individual, dos embaixadores árabes com residência oficial em Portugal, a saber: Marrocos, Argélia, Tunísia, Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Iraque, Egito e Emiratos Árabes Unidos. Todos eles visitaram empresas de Vila Nova de Gaia e apresentaram as oportunidades de negócio nos seus países para centenas de empresas do concelho. Esta iniciativa, pioneira em Portugal, resultou em negócios efetivos para 9 empresas instaladas no município, como sendo a Cabelt, Alert, Tegopi, Arcen ou BA vidros.

"A ação de diplomacia económica desenvolvida pelo Município de Vila Nova de Gaia através da AMIgaia, EEM, está a transformar o tecido empresarial do Concelho." Luís Filipe Menezes (AMIGAIA, 2011).

A AMIgaia, EEM assinou ainda em 2010 um protocolo com a ANJE, Associação Nacional de Jovens Empresários, e reforçou laços com entidades internacionais tais como o Círculo Imobiliário de Madrid, a European League of Economic Consultant, a Rio Soft (Brasil), entre outros.

Segundo o Presidente do Círculo Imobiliário de Madrid, Angel Moreno, a ação promocional desenvolvida pela AMIgaia, EEM, que recebeu 27 empresários do Círculo Imobiliário de Madrid no concelho de Vila Nova de Gaia, foi um *"importante momento de troca de experiências, através das quais todos nós ficamos a conhecer melhor a vossa cultura e as vossas gentes, percebendo assim que possibilidades e oportunidades de investimento poderão existir aqui."* (AMIGAIA, 2008a).

5.5 Apoio à internacionalização de empresas

No que concerne à criação de ferramentas de apoio à internacionalização de empresas, a aposta da AMIgaia, EEM passou pela dinamização de iniciativas que privilegiaram a participação em feiras e certames temáticos, de âmbito nacional e internacional, bem como a realização de missões empresariais, que contribuíram para a criação de bases de cooperação e estabelecimento de contactos diretos com empresas e potenciais investidores. Para António Martins da Cruz (AMIGAIA, 2009a), a AMIgaia, EEM contribuiu para uma maior visibilidade das oportunidades de investimento em Vila Nova de Gaia, mas também para ajudar os empresários locais a perspectivar novos negócios e mercados.

A cooperação com instituições públicas e privadas vocacionadas para o apoio à atividade empresarial, constituiu sempre uma via privilegiada para a criação do ambiente necessário para estimular a competitividade empresarial e o investimento. Neste âmbito, foi crucial a consolidação de parcerias estratégicas, nomeadamente com as principais associações empresariais, câmaras de comércio e indústria, agências de investimento, entidades financeiras, entidades de ensino, entre outras, que facilitaram o apoio ao empreendedorismo e a implementação de projetos estruturantes para a atividade económica do concelho. Neste sentido, a AMIgaia, EEM desenvolveu uma estratégia de apoio à internacionalização na qual se combinou, para cada projeto, o investimento público, o investimento privado e os projetos já em execução. O produto final foi

apresentado em importantes praças mundiais de captação de investimento: Londres, Madrid, Barcelona, Cannes e Nova Iorque.

O denominado "Masterplan para a requalificação do Centro Histórico" foi o primeiro eixo identificado para a internacionalização de Vila Nova de Gaia, alavancando o interesse privado no investimento público a realizar (ou entretanto realizado), bem como na concepção global da requalificação. Este projeto teve as maiores honrarias na London School of Economics (2007), no âmbito do qual foram finalizados os investimentos do The Yeatman Hotel (The Fladgatepartnership), da Destilaria do Álcool e do Rei Ramiro Terraces (Squareston).

O Masterplan foi ainda distinguido no Salón Inmobiliário de Madrid (2008), no MIPIM Cannes (2009), no Barcelona Meeting Point (2007) e em Nova Iorque (2007), e atrativo para outros investimentos privados e públicos, nomeadamente a Escola Superior de Tecnologias da Saúde, o CS Vintage Hotel, o Centro de Artes e Imagem, entre outros.

A cooperação entre as entidades públicas e empresas foi fundamental para a organização destas missões empresariais e de diplomacia económica. Em cada uma das ações foram estabelecidos programas próprios e ajustados aos mercados em análise, mas sempre articulados com a AICEP, a embaixada portuguesa e a respectiva Câmara de Comércio e Indústria, bem como com a apresentação das oportunidades concelhias, interesses e ofertas de privados. Para Luís Filipe Menezes (AMIGAIA, 2009a), a agência municipal de investimento soube valer os seus créditos no país e fora dele, através de roadshows de apresentação do concelho e das suas potencialidades.

Houve ainda a oportunidade para a promoção do município de Vila Nova de Gaia em feiras temáticas nacionais: Salão Imobiliário de Lisboa, IMOBITUR – Salão Imobiliário do Porto e a Feira do Empreendedor (anualmente desde 2007).

Fruto de um investimento superior a 300 milhões de euros na última década, o concelho de Vila Nova de Gaia dispõe de uma rede de infraestruturas (saneamento, telecomunicação, vias rodoviárias) que cobre grande parte do território, permitindo a requalificação do espaço público e da totalidade da orla

marítima, sendo igualmente relevante a obtenção do galardão de “Bandeira Azul” para a totalidade das praias do concelho. Esta requalificação foi também um reforço na oferta concelhia para a captação de investidores, trabalhadores e, em particular, de residentes. Estes projetos imobiliários fomentaram ainda a execução de projetos mais ambiciosos e estruturantes, que geraram oportunidades concelhias de investimento escalonáveis internacionalmente, nomeadamente a Douro Marina, Cais do Cavaco, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento das Encostas do Douro, entre outros.

Segundo Luís Filipe Menezes (AMIGAIA, 2008a), *Levamos a “obra feita” nesta última década a Nova Iorque, a Barcelona, a Londres, a Madrid. Neste momento, mais de 1/3 do total do investimento estrangeiro captado para Portugal no último ano foi conseguido por Gaia, pela sua atratividade e pelo seu progresso: no ambiente, nas acessibilidades, na cultura, no lazer. Podemos dizer que já conseguimos captar uma verba muito superior a mil milhões de euros de investimento. Destaco, como simbolismo, o investimento do El Corte Inglés, que garante mais riqueza, mais postos de trabalho e mais turismo para Gaia. No centro histórico estamos a desenvolver novas parcerias público-privadas em áreas como a habitação, a restauração, o lazer. Criamos uma agência municipal de Investimento, a AMIGAIA, que está a desenvolver um trabalho eficaz e que, com os responsáveis camarários, tem vindo a continuar este trabalho de captação de investimento estrangeiro. Estamos no bom caminho.”*

A AMIgaia, EEM procurou ser um valor acrescentado para Vila Nova de Gaia e também para Portugal, reforçando a imagem positiva do concelho dentro e fora do país. Esta visibilidade externa é um ativo, mas também o reflexo das dinâmicas criadas no universo municipal. António Martins da Cruz (AMIGAIA, 2008a).

5.6 Prémios Internacionais

Por último, e para além dos destaques que os projetos angariaram individualmente, conforme já referenciado, é ainda de destacar os prémios que a AMIgaia, EEM conquistou para Vila Nova de Gaia. Em 2010, O Município de Vila

Nova de Gaia conquistou uma Menção Honrosa nos "Prémios Europeus de Iniciativa Empresarial", com a candidatura da AMIgaia - Agência Municipal de Investimento. A iniciativa contou com 44 candidaturas em cinco categorias específicas: promoção do espírito empresarial, investimento em qualificações, desenvolvimento do ambiente empresarial, iniciativa empresarial responsável e inclusiva e apoio à internacionalização de negócios. Foi na categoria de apoio à internacionalização de negócios, dos European Enterprise Awards, um prémio da Comissão Europeia, que a AMIgaia, EEM recebeu a distinção. Segundo o júri, a Menção Honrosa ficou a dever-se à orientação e objetivos estratégicos para internacionalizar as oportunidades concelhias, captação de investimento direto estrangeiro, acolhimento empresarial, modernização do tecido económico local existente e apoio aos investidores".

Desde que foi criada, a AMIgaia, EEM contribuiu para o sucesso das políticas de captação de investimento, tendo o município de V. N. Gaia captado, em período de crise económica e financeira, cerca de mil milhões de euros para o concelho.

5.7 Extinção da AMIgaia, EEM

Em 2011, fruto da alteração legislativa para as empresas municipais, foi proposta a extinção da AMIgaia, EEM na reunião de câmara de 26 de setembro, aprovada em assembleia municipal no dia 30 de novembro e diligenciado o seu encerramento no dia 31 de dezembro desse ano.

Contudo, foi salvaguardado o objecto social, o património e as vitórias alcançadas, bem como todo o capital de conhecimento, competências e experiência dos seus quadros, com a transição para a INOVAGAIA.

Capítulo 6. Conclusão

A criação de condições para o incremento de competitividade das atividades económicas, o incremento de atratividade de investimentos, bem como a promoção do empreendedorismo e inovação dependem das ferramentas colocadas à disposição dos agentes económicos pelos organismos públicos e suas formas de organização do território.

Apesar da globalização, dependemos cada vez mais de redes de cooperação, não sendo de somenos importância as iniciativas e dinâmicas regionais e locais. De facto, apesar da incontornável relevância e necessidade das estruturas europeias e nacionais, para uma maior competitividade territorial global, são necessárias novas respostas a nível local para o incentivo ao empreendedorismo, para a atração de investimentos, para a valorização das dinâmicas locais e por conseguinte, para melhorar a qualidade de vida das populações.

Os indicadores estatísticos relativos à atividade económica, no que concerne à tipologia sectorial das empresas, à sua dimensão estrutural, ao seu coeficiente tecnológico e à sua inserção territorial, revelam a necessidade de uma intervenção pública, capaz de contribuir para o desenvolvimento da economia local.

Neste sentido, e para fazer face ao processo de globalização dos mercados e das atividades económicas, Vila Nova de Gaia elegeu como uma das prioridades o apoio ao investimento e financiamento das empresas, inseridos numa rede de dinâmicas na qual se movimentaram os investidores, as associações, as instituições de conhecimento e investigação, a administração pública, as instituições de ensino, as empresas e a autarquia local.

Foi crucial o conhecimento prévio da realidade empresarial local, através da caracterização e diagnóstico do concelho nos principais domínios relacionados com o investimento empresarial, para a definição dos grandes objetivos estratégicos da intervenção autárquica. Esta foi a base da estratégia, desde logo para a estruturação de um serviço municipal com meios técnicos e humanos capazes de executar com eficácia uma política global, integrada e transversal da

autarquia neste decisivo domínio. Tendo o município definido a promoção do desenvolvimento económico e do ordenamento empresarial como uma prioridade da gestão autárquica para Vila Nova de Gaia, foi considerado essencial o surgimento da entidade empresarial municipal, a AMIgaia, agência municipal de Investimento, EEM, como elemento chave para potenciar o desenvolvimento da atividade económica e o tecido empresarial existente, criando soluções de acolhimento empresarial e de promoção do território a nível internacional. Segundo Luís Filipe Menezes (AMIGAIA, pág. 5, 2009b), mil milhões de euros foi o investimento total, público e privado que Vila Nova Gaia captou, desde a criação da AMIgaia, EEM, tendo gerado como externalidades positivas a criação de riqueza, de postos de trabalho e consequentemente de mais qualidade de vida.

Esta agência municipal de Investimento estava integrada numa estratégia global, que passaria por aproveitar as potencialidades do território, nomeadamente com a renovação do centro histórico, com instalação de novos equipamentos, estabelecimentos de ensino e unidades hoteleiras, com a reabilitação da frente de rio e com o aumento dos espaços verdes concelhios.

A localização do concelho, a capacidade empreendedora revelada pelos agentes económicos locais e a dinâmica demográfica visível na última década, articulados com os projetos estruturantes e estratégicos do município, permitiram saltos significativos no desenvolvimento económico. Foi uma linha de rumo que permitiu a Vila Nova de Gaia ser considerada como um bom exemplo no papel que os municípios poderão ter na promoção do desenvolvimento. A AMIgaia, EEM, orientou a sua estratégia no desenvolvimento de políticas públicas de incentivo e reforço do tecido económico local, estimulando a confiança dos empresários, dos investidores e dos parceiros institucionais. Como referiu o presidente da edilidade em outubro de 2011, foram criadas condições e estímulos para os privados investirem em Vila Nova de Gaia, fazendo deste *"um ótimo concelho para visitar, viver e investir"*. Já António Martins da Cruz (AMIGAIA, pág. 3, 2009b) referiu que *"o caminho feito abre-nos permanentemente novos desafios, novos horizontes, novas metas. A AMIgaia não economizará esforços para que novos empreendedores sonhem, ambicionem e concretizem."*

Hoje, mais do que nunca, territórios e atividades económicas reconhecem entre si uma total interdependência: um território competitivo e sustentável promove e concorre para receber empresas competitivas e sustentáveis.

O desenvolvimento regional passa, em larga medida, pelo seu desenvolvimento económico, porquanto é fundamental o desenvolvimento de ferramentas que maximizem o apoio às atividades económicas e ao tecido empresarial e criem as externalidades positivas que levem à criação e manutenção de emprego. A criação de entidades municipais à imagem da AMIgaia, ou outras entidades públicas com o mesmo âmbito de atuação, permitem a aceleração do processo de dinamização económica e a colocação das oportunidades locais de investimento no radar nacional e internacional. As políticas de proximidade permitem a criação de conceitos específicos e integrais do que deve ser o desenvolvimento de cada região e respetivas prioridades para a geração de valor, criação de emprego e melhoria do bem-estar das populações.

Também a criação de redes de cooperação entre entidades públicas e privadas poderão ser uma excelente via para o desenvolvimento de ecossistemas de empreendedorismo, facilitando a partilha de conhecimento entre empresas e universidades, associado à agilização e simplificação de processos burocráticos.

Conforme Beck (1997), devemos pensar globalmente e agir localmente. O local e o global não se excluem mutuamente, devendo o local ser entendido como um aspeto do global. Beck (1997) entende a globalização como a aproximação e encontro das culturas locais, as quais se devem redefinir nesta nova realidade mundial.

Capítulo 7. Bibliografia

- Alves, S., & Joaquim, A. (2008). A Competitividade dos territórios num contexto de globalização: Uma utopia ou uma realidade? *VI Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais E Humanas Da Universidade Nova de Lisboa*, número de , 4.
- Amaral, J., Serra, A., & Estêvão, J. (2007). *Economia do Crescimento, ISEG, edições almedina*. Lisboa.
- AMIGAIA. (2008a). Gaia oferece acolhimento diferenciado, Newsletter AMIgaia Investors Club, número 1. *AMIgaia Investors News*.
- AMIGAIA. (2008b). Necessitamos de mais e melhor Investimento Directo Estrangeiro, Newsletter AMIgaia Investors Club, número 2.
- AMIGAIA. (2009a). Ousar Empreender, Newsletter AMIgaia Investors Club, número 3.
- AMIGAIA. (2009b, July). AMIgaia Investors Club, AMIgaia EEM, Vila Nova de Gaia.
- AMIGAIA. (2010). Pontes Universais, Newsletter AMIgaia Investors Club, número 4.
- AMIGAIA. (2011). Investir, sempre!, Newsletter AMIgaia Investors Club, número 6.
- Asheim, B. (2005). Regional Innovation System Policy : a Knowledge-based Approach. *Centre for Innovation, Research and Competence in the Learning Economy (CIRCLE), Lund University, paper no.* (ISSN 1654-3149).
- Asheim, B. T. and Cooke, P. (1999). Local learning and interactive innovation networks in a global economy. *Malecki, E. and Oinäs, P. (eds.), Making Connections. Ashgate, Aldershot, 145-178*.
- Barro, R. J., & Sala-i-Martin, S. (2003). *Economic growth second edition*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- Bathelt, H., Malmberg, A., & Maskell, P. (2004). Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. *Progress in Human Geography*, 28(1), 31–56. doi:10.1191/0309132504ph469oa
- Beck, U. (1997). ¿ *Qué es la globalización ? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización, Ediciones Paidós Ibérica, S.A.* (p. 98). Barcelona.

- Budd, L. (1998). Territorial competition and globalisation: Scylla and Charbydis of European Cities. *Urban Studies*, 35(4), 663.
- Camagni, R. (2002). On the concept of territorial competitiveness : sound or misleading ? *Paper Presented at the ERSA Conference, Dortmund*, 39(13), 2395.
- Camagni, R. (2009). Territorial Impact Assessment for European regions: A methodological proposal and an application to EU transport policy. *SciVerse ScienceDirect Journals, Evaluation and Program Planning*, 32(4), 342–350.
- Camagni, R., & Capello, R. (2010). Macroeconomic and territorial policies for regional competitiveness: an EU perspective. *Regional Science Policy & Practice [1757-7802], Primo Central (Ex Libris)*, 2(1), 1–19.
- Câmara Municipal de Gaia. (2011). *Vila Nova de Gaia, um percurso de modernidade* (By the boo.). Vila Nova de Gaia.
- Carkovic, M., & Levine, R. (2002). Does Foreign Direct Investment Accelerate Economic Growth?, 195–220.
- Catroga, E. (2013). O imperativo do ajustamento estrutural e a retoma sustentada do crescimento. *O Economista - 26ª Edição*, 8–26.
- Coates, D., & Warwick, K. (1999). The Knowledge Driven Economy; analysis & background.
- Cooke, P. (1998). Introduction: Origins of the Concept. *Regional Innovation Systems. H.- J. Braczyk, P. Cooke and M. Heidenreich. London, UCL Press:*
- Cooke, P. (2001). *Regional Innovation Systems, Clusters, and the Knowledge Economy. Oxford Journals.*
- Fagerberg, J. (2003). Schumpeter and the revival of evolutionary economics: an appraisal of the literature. *Journal of Evolutionary Economics*, 13.
- Félix Ribeiro, J. (2013). Portugal deve reposicionar-se na globalização. *O Economista, 26ª Edição*, 36–43.
- Ford, T. C., Rork, J. C., & Elmslie, B. T. (2008). Foreign Direct Investment, Economic Growth, and the Human Capital Threshold: Evidence from US States*. *Review of International Economics*, 16 (1), 96-113, 16(1), 96–113. doi:10.1111/j.1467-9396.2007.00726.x
- Freeman, C. (1985). *The Economics of Innovation. Series International Library of Critical Writings in Economics, Edward Elgar Publishing Ltd., 1990.*

- Friedman, T. (2007). *O mundo é plano, Uma história breve do século XXI (Edição Actualizada e Ampliada)*, atual editora. New York, USA.
- GAIURB, E. (2008). *Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia – Processo de Revisão*.
- García, F., & del Corte, J. (2011). La internacionalización como salida a la crisis. *Cinco Días*.
- Hanson, G. H. (2001). Should Countries Promote Foreign Direct Investment ? *G-24 Discussion Paper Series Research Papers for the Intergovernmental Group of Twenty-Four*, (9).
- Krugman, P. (1994). Competitiveness: a dangerous obsession. *Foreign Affairs* 74 (2) *March/April*, 28:44.
- Lains, P. (2003). *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. (Imprensa de Ciências Sociais, Ed.).
- Laranja, M. (2007). *Uma Nova Política de Inovação em Portugal?*, ISEG, edições almedina. Lisboa.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios*, editora Celta. Celta Editora. Oeiras, Portugal.
- Lourenço, C. (2012). *Basta!, o que fazer para tirar a crise de Portugal*, editor matéria prima. Lisboa.
- Lundvall, A., & Johnson, B. (1994). The learning economy. *Journal of Industry Studies*, Vol. 1(2), 23–42.
- Lundvall, B., & Borrás, S. (1999). The Globalising Learning Economy: Implications for Innovation Policy. *Luxemburgo: CCE*.
- Maddison, A. (2001). *The World Economy, a millennial perspective, development centre studies, OECD*,. Paris: OECD Publishing.
doi:10.1787/9789264189980-en
- Markusen, A. (1996). Sticky Places in Slippery Space: A Typology on Industrial Districts. *Econom.Geography*, 72.
- Maskell P. e Malmberg. (1999). localized low tech learning. *28th International Geographical Congress*.
- Melro, F. (2013). Programa de ajustamento e seus desenvolvimentos. *O Economista - 26ª Edição*, 28–35.
- Mendes, J. (2011). *O Futuro das Cidades*, edições Minerva Coimbra.

- Monteiro, A., Medina, E., & Laureano, F. (2001). A globalização e a necessidade de desenvolver competências para a exportação. *Revista de Negócios, Blumenau, 6, nº 2, 33–40.*
- Moura, R. (2009). *Impacto do IDE no crescimento económico do país receptor – teoria e evidência empírica, Mestrado em Economia e Gestão Internacional, Orientadora : Rosa Forte. Tese de Mestrado - Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Porto.*
- Município de Gaia. (2006, April). Agência Municipal de Promoção do Investimento. *Informação Municipal Extra, 1.*
- Nelson, R. (2006). Evolutionary social science and universal Darwinism. *Journal of Evolutionary Economics, 16(5), 491–510.*
- Palmer, T. (2009). *Global Encyclopaedia of Political Geography - Cato Institute.*
- Pires, I. (2007). Geophilia – O sentir e os sentidos da Geografia (homenagem a Jorge Gaspar). *CEG, 433:448.*
- Polany, M. (1967). *The tactic dimension, Anchor books, Garden City, NY (p. 108). Michigan.*
- Porter, M. (1994). *Relatório Porter - “Construir as vantagens competitivas de Portugal.*
- Rodrigues, C. (2001). A dimensão sistémica dos processos de inovação na economia do conhecimento e da aprendizagem.
- Rodrigues, N. (2013). Urge apoiar a cooperação universidades/ empresas. *Revista Cadernos de Economia, 104, 14.*
- Santos Pereira, Á. (2011). *Portugal na hora da verdade, como vencer a crise nacional, Gradiva publicações, coleção trajetos portugueses.*
- Schumpeter, J. (1943). *Capitalism, Socialism, and Democracy, Routledge London and New York, edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2003.*
- Stiglitz, J. E. (2006). *Making Globalization Work (1st ed.). Norton paperback 2007.*
- Vieira da Silva, J. (2010). Desafios da Competitividade da Economia portuguesa. *Cadernos de Economia, 91, 15 – 22.*